UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA
PROLAM/USP

BEATRIZ WALID DE MAGALHÃES NADDI

**A inserção de Brasil e México na integração latino-americana: a UNASUL e a Aliança
do Pacífico**

São Paulo
2018

BEATRIZ WALID DE MAGALHÃES NADDI

A inserção de Brasil e México na integração latino-americana: a UNASUL e a Aliança do Pacífico

Versão Original

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Linha de Pesquisa: Práticas Políticas e Relações Internacionais

Orientador: Profº Drº Amaury Patrick Gremaud

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

N134i Naddi, Beatriz Walid de Magalhães
A inserção de Brasil e México na integração latino-
americana: a UNASUL e a Aliança do Pacífico / Beatriz
Walid de Magalhães Naddi ; orientador Amaury Patrick
Gremaud. - São Paulo, 2018.
189 f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação
Interunidades em Integração da América Latina. Área
de concentração: Integração da América Latina.

1. Integração latino-americana. 2. Brasil. 3.
México. 4. UNASUL. 5. Aliança do Pacífico. I. Gremaud,
Amaury Patrick, orient. II. Título.

BEATRIZ WALID DE MAGALHÃES NADDI

A inserção de Brasil e México na integração latino-americana: a UNASUL e a Aliança do Pacífico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Linha de Pesquisa: Práticas Políticas e Relações Internacionais

Orientador: Profº Drº Amaury Patrick Gremaud

Aprovada em:

Banca Examinadora

Profº Drº Amaury Patrick Gremaud

Instituição: PROLAM/USP

Profº Drº Osvaldo Luis Angel Coggiola

Instituição: FFLCH/USP

Profº Drº Luis Fernando Ayerbe

Instituição: San Tiago Dantas/UNESP-PUCSP-UNICAMP

Dedico a minha avó, Joselir, por ter sido minha base de amor e educação.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me permitido continuar meus estudos e perseguir meus sonhos.

A minha avó, Joselir, por ter sido minha fortaleza, provedora de amor e educação durante todos os anos de minha vida, permitindo-me chegar até aqui.

A meu marido, Vítor, por ter me apoiado sempre com palavras sábias e muito amor ao longo de toda a pesquisa.

Ao Profº Drº Amaury Patrick Gremaud pela orientação dessa dissertação.

À Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP) por ter me acolhido.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro me proporcionado para a realização da pesquisa em dedicação exclusiva.

A meus amigos e companheiros de curso pelo apoio.

*Tú nos dices que debemos sentarnos, pero las ideas
solo pueden levantarnos (...)*
Anita Tijoux e Shadia Mansour, canção *Somos Sur*.

RESUMO

NADDI, Beatriz Walid de Magalhães. **A inserção de Brasil e México na integração latino-americana: a UNASUL e a Aliança do Pacífico**. 2018. 187 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A integração latino-americana recente tem passado por uma propagação de diferentes propostas de integração. Nesse sentido, destacam-se as diferentes estratégias de inserção regional adotadas pelas principais economias da região: Brasil – entre os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014) – e México – nos governos Fox (2000-2006), Calderón (2006-2012) e Peña Nieto (2012-). Esta dissertação busca analisar, portanto, a inserção do Brasil e do México na integração latino-americana, tomando como centro fundamental de análise as iniciativas da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Aliança do Pacífico, respectivamente. Para isso, é utilizado o arcabouço teórico da Teoria Marxista da Dependência, a qual entende tanto o Brasil quanto o México como países inseridos de maneira dependente no sistema capitalista mundial. Partindo disso, a dissertação realiza uma descrição em perspectiva histórica da inserção latino-americana, desde as primeiras tentativas no século XIX. Em seguida, são analisadas as inserções de Brasil e México na integração latino-americana, e para fechar, um capítulo comparativo, com as semelhanças e diferenças encontradas em suas estratégias.

Palavras-chave: Aliança do Pacífico. Brasil. Integração latino-americana. México. UNASUL.

ABSTRACT

NADDI, Beatriz Walid de Magalhães. **Brazil`s and Mexico`s insertion in latin american integration: UNASUR and Pacific Alliance**. 2018. 187 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Recent Latin American integration has experienced a spreading of different integration proposals. In this sense, the different regional insertion strategies adopted by the main economies of the region stands out: Brazil – between the governments Lula (2003-2010) and Dilma (2011-2014) – and Mexico – during Fox (2000-2006), Calderón (2006-2012) and Peña Nieto (2012-) governments. This master thesis seeks to analyze, therefore, the insertion of Brazil and Mexico in Latin American integration, taking as a fundamental center of analysis the initiatives of the Union of South American Nations (UNASUR) and the Pacific Alliance, respectively. For this, the theoretical framework of the Marxist Theory of Dependency is used, which understands both Brazil and Mexico as countries inserted in a dependent way in the world capitalist system. Based on that, this master thesis makes a historical perspective on the Latin American insertion, from the first attempts in the nineteenth century. Next, the insertions of Brazil and Mexico in Latin American integration are analyzed. Finally, in a comparative chapter, the similarities and differences between their strategies are identified and analyzed.

Keywords: Brazil. Latin American Integration. México. Pacific Alliance. UNASUR.

RESUMEN

NADDI, Beatriz Walid de Magalhães. **La inserción de Brasil y México en la integración latino-americana: UNASUR y Alianza del Pacífico**. 2018. 187 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

La integración latinoamericana reciente ha pasado por la propagación de diferentes propuestas de integración. En este sentido, se destacan las diferentes estrategias de inserción regional adoptadas por las principales economías de la región: Brasil - entre los gobiernos Lula (2003-2010) y Dilma (2011-2014) - y México - en los gobiernos Fox (2000-2006), Calderón (2006-2012) y Peña Nieto (2012-). Este trabajo busca analizar, por lo tanto, la inserción de Brasil y México en la integración latinoamericana, estableciendo como centro fundamental de análisis las iniciativas de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) y de la Alianza del Pacífico, respectivamente. Para ello, se utiliza el marco teórico de la Teoría Marxista de la Dependencia, la cual entiende tanto Brasil como México como países insertados de manera dependiente en el sistema capitalista mundial. A partir de eso, la disertación realiza una descripción en perspectiva histórica de la inserción latinoamericana, desde los primeros intentos en el siglo XIX. A continuación, se analizan las inserciones de Brasil y México en la integración latinoamericana, y para cerrar, un capítulo comparativo, con las semejanzas y diferencias encontradas en sus estrategias.

Palabras llave: Alianza del Pacífico; Brasil; integración latinoamericana; México; UNASUR.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Blocos regionais e extrarregionais da América Latina	18
Quadro 2 – Escala Antagonismo-Cooperação	29
Quadro 3 - Acordos México-América Latina	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de GINI (coeficiente de distribuição de renda) – Brasil (1995-2015).....	91
Gráfico 2 – Índice de Preços ao Consumidos (IPC): Acumulado do Ano – Brasil (1995-2017).	91
Gráfico 3 – Produto Interno Bruto (PIB) – Brasil (1995-2016)	92
Gráfico 4 – Saldo comercial Brasil – América Latina e Caribe (1997-2017)	105
Gráfico 5 – Crescimento do PIB mexicano (%) (1990-2016)	133
Gráfico 6 – Origem dos IEDs direcionados ao México (%) (1999-2016)	147
Gráfico 7 – Exportações (X) e Importações (M) México – Aliança do Pacífico (2010-2017)	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação da América Latina e Caribe frente ao total das exportações e importações brasileiras e Variação Anual (V.A.) (1997-2017)	106
Tabela 2 - Porcentagem das exportações (X) e importações (M) mexicanas por região (1993- 2017).....	137

LISTA DE SIGLAS

ACR	Arranjo Contingente de Reservas
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA	Área Sul-Americana de Livre Comércio
APEC	<i>Asia-Pacific Economic Cooperation</i> (Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico)
API	Agenda de Projetos Prioritários de Integração
ASPAN	Aliança para a Segurança e Prosperidade da América do Norte
BDC	Banco de Desenvolvimento da China
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAN	Comunidade Andina de Nações
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CALC	Cúpula da América Latina e sobre Integração e Desenvolvimento
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CCT	Comitê de Coordenação Técnica
CDE	Comitê de Direção Executiva
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEED	Centro de Estudos Estratégicos de Defesa
CMCP	<i>Comisión Mexicana en la Cuenca del Pacífico</i>
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESUDE	Escola Sul-Americana de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCEM	Fundo de Convergência Estrutural do Mercado Comum do Sul
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i> (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)
GTEs	Grupos de Trabalho Executivo
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INEGI	Banco de Informação Econômica do Instituto Nacional de Estatística e Geografia do México
ISI	Industrialização por substituição de importação
MCCA	Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MILA	Mercado Integrado Latino-Americano
MINUSTAH	Missão de Paz da Organização das Nações Unidas para o Haiti

MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAFR	Nova Arquitetura Financeira Regional
NAFTA	<i>North American Free Trade Agreement</i> (Tratado de Livre Comércio da América do Norte)
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
PAE	Plano Estratégico de Infraestrutura
PAN	Partido de Ação Nacional
PEB	Política externa brasileira
PEI	Política Externa Independente
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNR	Partido Nacional Revolucionário
PRD	Partido da Revolução Democrática
PRM	Partido da Revolução Mexicana
PPP	<i>Plan Puebla Panamá</i>
PRI	Partido Revolucionário Institucional
Projeto Mesoamérica	Projeto de Integração e Desenvolvimento Mesoamérica
PSCI	Programa de Substituição Competitiva de Importações
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RCEP	<i>Regional Comprehensive Economic Partnership</i>
SAI	Sistema Andino de Integração
SELA	Sistema Econômico Latino-Americano
SICA	Sistema de Integração Centro-Americano
SRE	Secretaria de Relações Exteriores do México
SUCRE	Sistema Unitário de Compensação Regional
TCP	Tratado de Comércio dos Povos
TEC	Tarifa Externa Comum
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TMD	Teoria Marxista da Dependência
TPP	<i>Transpacific Partnership</i> (Tratado Transpacífico)
TTIP	<i>Transatlantic Trade and Investment Partnership</i> (Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento)
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 A INTEGRAÇÃO E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....	23
2.1 Teoria Marxista da Dependência	23
2.2 Integração Regional	30
3 AS INICIATIVAS INTEGRACIONISTAS LATINO-AMERICANAS: UM RETRATO HISTÓRICO	39
3.1 Prelúdio: os primeiros projetos de integração latino-americana e o contraponto pan-americano	39
3.2 A integração latino-americana no contexto desenvolvimentista (1960-1980)	42
3.3 A guinada neoliberal (1990)	47
3.4 A crise e ascensão de novos projetos (2000)	51
3.4.1 A derrota da ALCA e a nova estratégia de inserção dos Estados Unidos.....	58
3.4.2 A reformulação do MERCOSUL.....	59
3.4.3 ALBA: processo pós-hegemônico?.....	62
3.4.4 UNASUL: regionalismo pós-liberal?.....	64
3.4.5 CELAC: a proposta latino-americanista	74
3.5 Aliança do Pacífico: retorno ou continuidade?	76
4 O BRASIL FRENTE À AMÉRICA LATINA.....	83
4.1 A postura brasileira frente à região: parâmetros e perspectiva histórica	83
4.1.1 Desenvolvimento histórico da inserção brasileira na América Latina.....	86
4.2 Características gerais da política externa de Lula e Dilma: cenário e principais demandas	90
4.3 A inserção regional dos Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014).....	100
4.3.1 A UNASUL.....	110
5 O MÉXICO FRENTE À AMÉRICA LATINA	119
5.1 A postura mexicana frente à região: parâmetros e perspectiva histórica.....	119

5.1.1 Desenvolvimento histórico da inserção mexicana na América Latina	123
5.2 Características gerais da política externa de Fox, Calderón e Peña Nieto: cenário e principais demandas.....	130
5.3 A inserção regional dos governos Fox, Calderón e Peña Nieto.....	138
5.3.1 A Aliança do Pacífico	144
6 ANÁLISE COMPARATIVA DA INSERÇÃO BRASILEIRA E MEXICANA NA AMÉRICA LATINA: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	152
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS – PERSPECTIVAS PARA O NOVO CENÁRIO REGIONAL	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159

1 INTRODUÇÃO

Em análises generalistas, diversas vezes a América Latina é vista erroneamente como um bloco único e homogêneo, em função de elementos culturais e históricos similares. No entanto, os países latino-americanos desenvolveram ao longo de suas histórias, distintas posturas político-econômicas que resultam, conseqüentemente, em diferentes posicionamentos diante do sistema internacional e regional (SIERRA, 2008; BIZZOZERO, 2011). Como afirma Soares de Lima (2014, p. 218) “Essa heterogeneidade é resultado das diferenças nos modelos de integração, regimes produtivos, modelos de democracia e opções de política externa entre os países latino-americanos, bem como de suas respectivas agendas bilaterais com os Estados Unidos”.

Em análise realizada por Bizberg (2015) sobre México, Brasil, Chile e Argentina, o autor defende que até a década de 1970, mais especificamente, até o período de industrialização por substituição de importações (ISI), era possível falar em uma América Latina em geral. Contudo, após isso, estes quatro países passaram a desenvolver o que o autor descreve como “diferentes capitalismos”. Ao considerar-se, por exemplo, a orientação e o tipo de produção, as diferenças são claras: i) O Brasil se orienta fundamentalmente a seu mercado interno e produz tanto commodities quanto manufaturas; ii) a Argentina também se orienta para dentro, mas ainda dependente das exportações, enquanto que produz basicamente commodities e um pouco de manufatura; iii) o Chile é guiado para o exterior e exporta commodities; e, por fim, iv) o México, é também guiado ao exterior, mas grande produtor de manufaturas (BIZBERG, 2015).

Como reflexo, a estratégia de inserção regional e internacional também acaba por obedecer a essa variedade de “capitalismos”. Assim, dentro de tal diversidade, percebe-se que, ao contrário de movimentos de integração latino-americanistas, desenvolve-se uma grande variedade de propostas de integração com diferentes objetivos, podendo ser discutida uma fragmentação regional da América Latina (BIZZOZERO, 2011; BRICEÑO RUIZ, 2013; BERNAL-MEZA, 2013; MALAMUD; GARDINI, 2012). Dentre as divergentes propostas, destacam-se a estratégia brasileira e a estratégia mexicana.

Maior economia da América Latina e nona do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1. 796 trilhões (2016), o Brasil se distingue por sua extensão

territorial – quinto maior território do mundo (8.515.767 km²) – ocupando 48% da área total sul-americana (BANCO MUNDIAL, 2017). Ademais, politicamente, de 2003 a 2014, os governos brasileiros investiram em uma atuação externa proativa, com destaque especial à elevação da América do Sul como prioridade de sua agenda e plataforma de projeção mundial, haja vista o cenário internacional mais multipolar no século XXI (VIZENTINI, 2005; SANTOS, 2005).

Por sua vez, o México se posiciona como a segunda maior economia da América Latina e décima quinta mundial, com um PIB de US\$ 1.045 trilhões (2016). Além disso, o Estado mexicano tem uma interessante posição geoestratégica por ser banhado tanto pelo oceano Atlântico quanto pelo Pacífico e por estar no encontro entre a América Latina e a América do Norte. Politicamente, desde a década de 1990, os governos mexicanos investem em uma inserção regional e internacional pautada no comércio exterior e em sua inserção ao mercado estadunidense, como forma de sustentar seu modelo de desenvolvimento para fora.

Estas distintas estratégias de inserção regional desenvolvidas por Brasil e México são, portanto, resultados da via de desenvolvimento que cada um desses países adota tendo em vista seus respectivos “interesses nacionais”, que são resultado da dialética entre as forças internas e externas. Assim, somado aos constrangimentos do sistema capitalista por se tratarem de economias dependentes, semiperiféricas e em desenvolvimento, é essa dialética interna/externa que influi nas diferentes estratégias de inserção regional levadas a cabo por Brasil e México.

Desta forma, o México, partindo de seu alinhamento político-econômico com os Estados Unidos da América (EUA) a partir da criação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) na década de 1990, mantém uma estratégia de multiplicação e fortalecimento dos Tratados de Livre Comércio e Acordos de Complementação Econômica. Ao mesmo tempo, o Estado mexicano utiliza historicamente a América Latina como uma válvula de escape, no sentido de contrabalancear sua relação com o vizinho do norte (GONZÁLES, 2006). Assim, após o período de afastamento mexicano da região na década de 1990, os governos mexicanos a partir do ano 2000 começaram a, paulatinamente, promover e/ou participar de iniciativas de integração como: o Plan Puebla Panamá (PPP) em 2000 – relançado como Proyecto Mesoamérica em 2008 –, a Aliança do Pacífico em 2011 e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em 2013.

O PPP faz parte de um projeto histórico de projeção mexicana na América Central, que teve seu ápice nas décadas de 1970 e 1980 frente às intervenções estadunidenses na região. No entanto, apesar desse histórico, o Plano entra mais na lógica recente de inserção regional mexicana baseada na atração de investimentos para a impulsão de sua projeção comercial. Quanto à CELAC, o México exerceu grande protagonismo em sua criação, o que simboliza claramente este impulso latino-americano. No entanto, este bloco tem poucas possibilidades práticas, mantendo-se como um mecanismo intergovernamental de diálogo e concertação política.

Por outro lado, a Aliança do Pacífico representa de forma mais clara a estratégia e o momento da inserção mexicana. O século XXI vem apresentando três grandes desafios ao México: i) a dependência econômica aos EUA – que compromete sua estabilidade; ii) o crescimento da região Ásia-Pacífico como maior centro dinâmico; e iii) seu afastamento da integração latino-americana (ou melhor, sul-americana) recente. Desta forma, a inserção mexicana na Aliança do Pacífico pode ser compreendida como uma resposta a estes três desafios, retomando um papel mais ativo e até de liderança no regionalismo latino-americano, diversificando suas relações e buscando integrar-se de maneira mais efetiva ao mercado asiático via pacífico (SERRANO; GALARRETA, 2013; ARANDA, 2014; BARTESAGHI, 2014; BILBAO; FLORES, 2015).

Enquanto isso, a estratégia brasileira entre 2003 e 2014 esteve pautada no seguinte cenário: ascensão política e econômica, a partir da grande liquidez de capital originada no *boom* dos preços das commodities e a tendência à multipolarização do sistema internacional, com a emergência de diversas potências regionais, como China, Índia, Rússia e África do Sul. Neste contexto, o Brasil passou a tomar a América do Sul como prioridade de sua política externa e, assim, a investir na formação de um bloco de apoio à sua projeção internacional.

Primeiro houve uma reformulação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o qual seria o núcleo do bloco sul-americano, ao agregar a ele funções políticas, sociais e infraestruturais, para além do comércio. Em seguida, no lugar da Cúpula Sul-Americana lançada em 2000 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criada em 2004 a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) buscando uma maior institucionalidade ao diálogo entre MERCOSUL e Comunidade Andina de Nações (CAN) e às discussões sobre integração infraestrutural. Em 2008, então, a CASA é reformulada para a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) a qual estabeleceu um projeto amplo de

integração, abrangendo temas sociais, culturais, securitários e infraestruturais. Desta forma, o Brasil ganhou cada vez mais protagonismo, influência (principalmente diplomática, empresarial e econômica) e projeção de seu poder no cenário regional e internacional.

Portanto, percebe-se que as divergentes estratégias de desenvolvimento e inserção regional adotadas por Brasil e México contribuem a um processo de fragmentação da América Latina por meio de sub-blocos (BRICEÑO RUIZ, 2013), como demonstra o Quadro 1, onde se verifica a existência de uma grande variedade de sub-blocos e blocos extrarregionais¹ frente a somente três blocos latino-americanos. Assim, há, por um lado, na América do Sul, processos integracionistas que excluem o restante da América Latina – como a UNASUL – e colocam como principal impulsionador e liderança o Brasil; e, por outro, a integração comercial que o México vem buscando juntamente com os países da costa do Pacífico, pela Aliança do Pacífico.

Quadro 1 - Blocos regionais e extrarregionais da América Latina

Latino-americano	SELA	ALADI	CELAC				
Sub-bloco	ALBA	Aliança do Pacífico	CAN	MCCA	MERCOSUL	Projeto Mesoamérica	UNASUL
Extrarregional	APEC	NAFTA	Tratado Transpacífico ²	OEA			

Fonte: Elaborado pela autora.

Visto este panorama, analisa-se ao longo da dissertação de maneira mais aprofundada a inserção de Brasil e México na UNASUL e na Aliança do Pacífico, respectivamente, sem, contudo, negligenciar os demais blocos ou acordos. Por essas iniciativas serem as mais recentes e nas quais foram depositados maiores esforços durante o século XXI, compreende-se que esta delimitação temática proporcionará um estudo menos generalista e mais aprofundado das estratégias de inserção de Brasil e México na região.

¹ Entende-se como blocos extrarregionais, os blocos que não têm como base a região da América Latina e que tem a participação de um ou mais Estados latino-americanos.

² Como o TTP ainda não foi ratificado internamente por seus membros, este mega-acordo ainda sofre com a incerteza de ser posto em prática ou não, haja vista a retirada dos EUA do acordo pelo novo presidente Donald Trump.

Reconhece-se ainda a divergência de estratégias e objetivos de integração entre a UNASUL e a Aliança do Pacífico. Se tais iniciativas forem examinadas a partir de uma perspectiva somente comercial ou somente política, a análise de uma ou outra será prejudicada. Por esse motivo, a análise aqui proposta considera o desenvolvimento dos blocos naquilo ao que se propõem, analisando-se, portanto, a inserção de Brasil e México a partir dos parâmetros determinados pelos objetivos dos respectivos blocos. Além disso, o uso de uma análise mais breve das demais iniciativas ajudará na construção de um quadro mais amplo da inserção brasileira e mexicana na região.

Quanto à delimitação temporal, entende-se que pela diferença no período dos mandatos presidenciais no Brasil e no México, uma análise baseada num intervalo determinado cortaria a continuidade de um ou outro governo. Nesse sentido, a delimitação temporal aqui realizada se baseia nos governos brasileiros de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (seu primeiro mandato de 2011-2014) e nos governos mexicanos de Vicente Fox (2000-2006), Felipe Calderón (2006-2012) e Enrique Peña Nieto (2012 -), dando-se preferência às estratégias dos governos do que a delimitação temporal perfeitamente equivalente.

Tem-se como objetivo central, portanto, analisar as estratégias de inserção regional adotadas por Brasil e México, com destaque às iniciativas da UNASUL e Aliança do Pacífico. Como objetivos específicos, visa-se: i) descrever a integração latino-americana por meio de um levantamento dos blocos regionais do período de independência até a atualidade, a fim de verificar as diferentes tendências de integração passadas na região; ii) examinar como a dialética dos contextos interno e externo determinam e/ou influenciam a inserção regional do Brasil e México durante os governos selecionados; iii) analisar o papel da UNASUL e da Aliança do Pacífico na estratégia regional e global de inserção de Brasil e México, respectivamente; e iv) elencar as semelhanças e diferenças entre a inserção brasileira e mexicana na integração da América Latina.

Quanto ao método, a dissertação se desenvolve a partir da metodologia histórico-estrutural, onde se busca, por meio de uma análise empírica, indutiva e dialética, compreender os interesses e a evolução dos processos. Como afirma Bambirra (2013), a análise tradicional examina a região (e qualquer outro fenômeno) a partir de uma visão conjuntural e não de um sistema, o qual limita e direciona a ação das economias dependentes. Desta forma, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) se

estabelece como elemento fundamental no processo de análise. Por esse motivo, apesar do foco na inserção regional de Brasil e México, a dissertação será construída levando em consideração suas realidades internas e externas e as demais iniciativas de integração, as quais influenciam na estratégia utilizada por estes países.

Parte-se, portanto, da premissa de que Brasil e México são ambas economias dependentes dentro do sistema capitalista, o que determina automaticamente sua condição de subdesenvolvimento (ou em desenvolvimento). Em função de seu caráter dependente, eles não são capazes de agir autonomamente no sistema internacional, sendo condicionados pelos interesses do centro hegemônico do capitalismo, principalmente, os EUA. Além disso, suas condições internas também interferem em seu modo de inserção regional e internacional, na medida em que a burguesia nacional busca atingir seus interesses até os limites postos pela burguesia central. Assim, estabelece-se um processo dialético entre os atores domésticos, as economias centrais e o cenário (regional ou internacional) que pode aumentar ou diminuir as margens de manobra das economias dependentes.

Além disso, pela característica comparativa intrínseca desta dissertação, o método comparativo é fundamental em sua construção. Neste caso, é adotado o método comparativo de poucos países, o qual permite um maior aprofundamento no estudo de cada um desses casos. A seleção de Brasil e México partiu do peso político e econômico que estes países exercem sobre a região e pelas diferentes estratégias de inserção adotadas por eles nas últimas décadas. Dentro do método comparativo, esta dissertação se desenvolve a partir do esquema *most similar system design* (MSSD), o qual busca comparar sistemas políticos os quais compartilham similaridades, destacando as diferenças. Isto é, “*MSSD seeks to identify the key features that are different among similar countries and which account for the observed political outcome*” (LANDMAN, 2008, p. 70). Além disso,

The intellectual and theoretical justification for area studies is that there is something inherently similar about countries that make up a particular geographical region of the world, such as Europe, Asia, Africa, and Latin America. Whether it is common history, language, religion, politics, or culture, researchers working in area studies are essentially employing most similar systems design, and the focus on countries from these regions effectively controls for those features that are common to them while looking for those features that are not. (LANDMAN, 2008, p. 71)

Desta forma, Brasil e México compartilhariam diversas semelhanças como: o passado colonial (o que lhes garante algumas similaridades culturais), a industrialização pré-1945, as políticas desenvolvimentistas entre 1930 e 1970, a crise da dívida na década de 1980, a abertura econômica (neoliberalismo) na década de 1990 e a relevância geopolítica e econômica frente aos demais países da América Latina. Ao mesmo tempo, como resultado da crise da ISI na década de 1980 e dos diferentes níveis de liberalização econômica na década de 1990, a partir dos anos 2000, as estratégias de inserção regional se distanciaram.

Com o fim de instrumentalizar tal estudo, utilizou-se de um conjunto de fontes bibliográficas, documentais e estatísticas (descritiva). Para as fontes primárias fez-se uso de discursos e notas oficiais, acordos e dados comerciais, utilizando-se dos sítios eletrônicos do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, da Secretaria de Relações Exteriores (SRE) do México, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil, da Secretaria Econômica do México e do Banco de Informação Econômica do Instituto Nacional de Estatística e Geografia do México (INEGI). Além de tais fontes primárias estatais, têm-se a disposição para consulta de acordos e dados comerciais os sítios eletrônicos de diversos blocos – tais como da ALADI, Aliança do Pacífico, MERCOSUL e UNASUL – e organizações regionais e internacionais, e.g., Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e Banco Mundial.

A partir disso, a dissertação desenvolve-se pela seguinte estrutura. Primeiramente, no capítulo 2 (Embasamento Teórico) são desenvolvidos pensamentos e conceitos centrais da TMD e, em seguida, analisam-se alguns conceitos e periodizações sobre a integração regional como um todo e latino-americana em específico. No capítulo 3 (As iniciativas integracionistas latino-americanas: um retrato histórico), é realizado um percurso histórico da integração latino-americana até o momento. Destaca-se aqui, porém, que as iniciativas de integração que ultrapassam o limite geográfico latino-americano (como OEA, NAFTA e ALCA) são apresentadas de forma a favorecer a compreensão da integração da América Latina, sem ser objetivo do capítulo aprofundar em suas características e/ou objetivos. Os capítulos 4 e 5 dedicam-se, respectivamente, ao Brasil e México, iniciando com uma breve análise de sua postura frente à região conceitualmente e ao longo de sua história; depois as características gerais da política externa dos governos selecionados, levantando o cenário e suas principais demandas; em seguida, um panorama geral de sua inserção

regional; até que por fim, analisam-se a UNASUL e a Aliança do Pacífico, respectivamente. No seguinte (6), é realizada uma análise comparativa da inserção de Brasil e México na integração latino-americana levantando-se as semelhanças e diferenças encontradas em suas estratégias. Finalmente, no capítulo das Considerações Finais são levantadas as perspectivas futuras da integração regional e da pesquisa sobre Brasil e México.

2 A INTEGRAÇÃO E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Para este estudo, é utilizado como marco teórico a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Dentre os motivos para tal embasamento estão: a) o fato de ser uma teoria latino-americana, ou seja, analisa-se a região a partir de si mesma³; b) por sua valorização ao método histórico, que é utilizado no desenvolvimento da dissertação; c) por compreender que, mesmo que a partir de estratégias de inserção e desenvolvimento diferentes, todos os países capitalistas estão inseridos na lógica do capital, o que significa que suas ações são sempre para satisfazer os interesses da burguesia central ou da própria burguesia nacional; e d) por contribuir na análise da cooperação antagônica existente, principalmente, entre o país subimperialista e o imperialista. Frente a isso, desenvolve-se a análise dos principais pensamentos e conceitos desenvolvidos por autores da TMD.

Em seguida, levantam-se algumas notas conceituais sobre integração regional, refletindo sobre as diferenças no desenvolvimento da integração nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A partir disso, são descritas quatro ondas de integração na América Latina, finalizando com o estado atual da mesma, dividida em diversos eixos de integração.

2.1 Teoria Marxista da Dependência

Para a TMD, o subdesenvolvimento é um fenômeno concomitante e dialético ao próprio desenvolvimento, na medida em que um alimenta o outro. Nesse sentido, Bambirra (2013) critica as teorias liberais, modernistas e desenvolvimentistas por partirem de uma concepção gradualista do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, não vendo, portanto, estes fenômenos como parte de uma mesma unidade histórica. Acima de tudo, a dependência é entendida como preponderante sobre o subdesenvolvimento, ou seja, a dependência dentro do sistema capitalista é a razão para o subdesenvolvimento e não o oposto.

Desta forma, os países latino-americanos mantendo-se dentro do sistema capitalista automaticamente se inserem como dependentes e estão fadados ao

³ É fato que a TMD tem como base a teoria marxista, que foi construída com base nas experiências do capitalismo europeu. No entanto, a TMD vai além dos parâmetros teórico-conceituais do marxismo, construindo uma análise própria do capitalismo subdesenvolvido da América Latina, inclusive avançando em novos pensamentos em conceitos (Capítulo 2.1).

subdesenvolvimento, haja vista que seu esforço em se desenvolver, na realidade, é transferido aos países centrais. Além disso, o papel da burguesia nacional no desenvolvimento é descartado, haja vista que estes, por serem dependentes financeira e tecnologicamente da burguesia central, não conseguiriam agir em prol dos interesses nacionais, mas sim do capital internacional (DOS SANTOS, 1970).

Nos países dependentes, portanto, o funcionamento da economia esteve historicamente ditado pela relação entre exportações de baixo valor agregado e importações de alto valor agregado – inversamente proporcional aos centrais –, o que resulta na deterioração dos termos de troca, como já descrito na teoria desenvolvimentista cepalina (PREBISCH, 1998; FURTADO, 1968). Contudo, a precariedade dos países subdesenvolvidos aumenta, haja vista que, como forma de tentar compensar essa transferência de mais-valia,

las naciones desfavorecidas por el intercambio desigual no buscan tanto corregir el desequilibrio entre los precios y el valor de sus mercancías exportadas (lo que implicaría un esfuerzo redoblado para aumentar la capacidad productiva del trabajo), sino más bien compensar la pérdida de ingresos generados por el comercio internacional, recurriendo a una mayor explotación del trabajador (MARINI, 1973, p. 123)

Tem-se aqui um conceito central para a TMD: a superexploração do trabalho. Dentre as formas de superexploração apontadas por Marini (1973) estão: a) a intensificação do trabalho; b) o prolongamento da jornada de trabalho; e c) a expropriação de parte do trabalho necessário para que o trabalhador reponha sua força de trabalho – i.e., não é pago nem o mínimo necessário para a sobrevivência do trabalhador, podendo explorá-lo mais. Assim, além da apropriação da mais-valia por meio do intercâmbio comercial desigual, adiciona-se a apropriação por meio da superexploração do trabalho dentro do próprio país.

A viabilidade desse processo se dá, pois, a produção da economia latino-americana é, em grande medida, separada de seu mercado interno, sendo voltada ao mercado externo, ou seja, o trabalhador não é, ao mesmo tempo, um consumidor como nos países centrais. Outro fator que contribui para a superexploração nos países capitalistas subdesenvolvidos é o fato de que, enquanto na indústria manufatureira, quando se aumenta o trabalho, necessariamente acentuam-se os gastos com insumos, na agroindústria ou no extrativismo, a maior exploração do trabalho não significa o

incremento de outro capital adicional, na medida em que o faz com a simples ação do homem sobre a natureza (MARINI, 1973).

É fato que alguns países latino-americanos conseguiram desenvolver sua indústria nacional, alcançando diferentes níveis de industrialização – sendo nenhum deles, contudo, ao nível das maiores economias mundiais. Segundo, Bamberger, em *O Capitalismo Dependente Latino-americano* (2013), existem dois tipos de países latino-americanos: os de tipo A – países com início antigo de industrialização – e os de tipo B – países cuja industrialização foi produto da integração monopólica.

Os países de tipo A, como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai, teriam ainda no século XIX conseguido acumular um pouco de divisas a partir da vinculação nacional entre o setor agroexportador e industrial. A partir desse contexto, quando as importações de manufaturas foram limitadas durante as Guerras Mundiais, estes países puderam impulsionar seu processo de industrialização. Enquanto isso, os países de tipo B (o restante) não teriam conseguido iniciar um processo de industrialização anterior, na medida em que o setor agroexportador/extrativista era em si diretamente controlado pelos países centrais, não permitindo qualquer acumulação nacional. Então, frente à crise das Guerras, ao contrário do impulso gerado nos países de tipo A, os de tipo B só aprofundaram o colapso.

Com o fim da II Guerra Mundial, iniciou-se o período que Bamberger (2013) chama de integração monopólica mundial – ou a dependência tecnológico-industrial de Dos Santos (2011). Por não ter sofrido os efeitos da guerra em seu próprio território – à exceção do ataque à Pearl Harbor – e por ter provido todos os produtos necessários à Europa em conflito, os EUA concentraram em si um imenso poder político, econômico, tecnológico e militar, o qual o permitiu reconfigurar o capitalismo mundial em seu benefício.

Assim, de acordo com Marini (1971), os EUA tentaram reverter sua incapacidade de absorver o rápido crescimento de seu excedente por meio de duas estratégias: grandes investimentos improdutivos – como em publicidade e indústria bélica⁴ – e no mercado exterior, pela exportação de capitais, impulsionando a

⁴ A indústria bélica pode ser vista como um investimento produtivo, haja vista seu papel no desenvolvimento econômico de alguns países, como no próprio EUA. Contudo, investimento “improdutivo” aqui deve ser entendido como aquele que não produz nada que seja revertido para a sociedade.

industrialização em países subdesenvolvidos⁵. A partir de então, o capital internacional não se limitou ao domínio de matérias-primas e mercados (mercadoria-maquinário), mas expandiu e focou nos investimentos nos setores manufaturados (capital-maquinário), intensificando-se três fatores: a monopolização, a concentração e a centralização da economia (BAMBIRRA, 2013).

Assim, criou-se uma nova divisão internacional do trabalho, agora, sob hegemonia dos EUA, o qual detinha abundância de recursos, concentrava o capital internacional e contava, ainda, com grandes multinacionais. Sobre essas últimas, Dos Santos (2011) argumenta que elas seriam desde então as células do imperialismo. Diferente das empresas internacionais anteriores, as quais se dirigiam somente a especular ações, comercializar seus produtos ou exportar as matérias-primas da periferia ao centro, as empresas multinacionais modernas se orientam ao comércio dos próprios mercados internos onde investem. Desta forma, as multinacionais buscam influenciar nas políticas nacionais desses países, com o fim de defender os seus próprios interesses, como nas políticas de inflação, crédito, câmbio, infraestrutura, etc.

Além disso, Dos Santos (2011) destaca que existem situações onde multinacionais se inserem como enclaves, utilizando da mão de obra mais barata de um determinado país para realizar a parte do processo de produção artesanal ou semiartesanal, por exemplo, no processo de montagem, e assim, produzir mercadorias para o seu país de origem e/ou outros mercados centrais. Neste esquema, essas empresas têm pouco contato e encadeamento produtivo com a economia hospede. Dentre os exemplos citados pelo autor estão: Coreia do Sul, Hong Kong, norte do México e China, onde se instalaram diversas empresas maquiladoras dedicadas à complementação final de produtos.

Concomitantemente à necessidade de expansão estadunidense, à medida que a América Latina se industrializou, cresceu a demanda pela importação de maquinários e equipamentos para a indústria, o que resultou em uma profunda crise na balança comercial por não possuir divisas suficientes para tais importações⁶. Frente a isso, o

⁵ Tendo em vista que as inovações tecnológicas levavam a uma redução do prazo de renovação do capital fixo, os EUA precisavam vender os maquinários obsoletos que ainda não tivessem sido totalmente amortizados. (MARINI, 1971; BAMBIRRA, 2013)

⁶ Segundo Marini (1971), a insustentabilidade desse esquema de industrialização dependente do setor agroexportador se dá porque este último constantemente sofrerá com a deterioração dos termos de troca, além de o mercado internacional ser incapaz de absorver as quantidades crescentes de exportação para gerar as divisas necessárias à indústria.

capital internacional passou a ser visto como elemento essencial neste processo, na medida em que poderia trazer a maquinaria e tecnologia que o capital nacional não conseguiria sozinho (DOS SANTOS, 2000).

A partir da década de 1950, então, estimulou-se o investimento estrangeiro, “através de supressão de barreiras fiscais, tais como incentivos tributários, alfandegários, cambiais, etc.” (BAMBIRRA, 2013, p. 136), além de facilidades à remessa de lucros e empréstimos de agências financiadoras do próprio governo dependente. Desta forma, iniciou-se um processo de desnacionalização da indústria, tendo como procedimentos utilizados pelas multinacionais: a) a instalação direta de filiais; b) a compra majoritária de ações; e c) convênios com o capital privado ou estatal para a abertura de novos setores produtivos (BAMBIRRA, 2013).

Arelado a essa dependência tecnológica e desnacionalização da indústria, o pagamento de serviços tecnológicos, assistência técnica, patentes e royalties aprofundam ainda mais os déficits e a dependência (DOS SANTOS, 2011). Além disso, a inserção do capital estrangeiro em si resulta na descapitalização da economia, haja vista que a maior parte dos lucros do capital estrangeiro investido é reenviada à sua origem, resultando em um déficit no balanço de pagamentos, o qual é coberto por empréstimos que aumentam os serviços da dívida externa e, conseqüentemente, o déficit do balanço (BAMBIRRA, 2013) – ou seja, o efeito *escalator up, elevator down*.

Como aponta Dos Santos,

El papel ejercido por el capital extranjero se presenta cíclicamente: los períodos de entrada y de boom económico amplían de manera provisoria la elasticidad de la balanza de pagos y propician saltos tecnológicos, pero éstos son más que compensados por los períodos de crisis, que restablecen los déficits anteriores con mayor profundidad (DOS SANTOS, 2011, p. XXX)

Contudo, aqui se acentua outra problemática da economia dependente: a estreiteza de seu mercado interno. Com a superexploração do trabalhador e a concentração de terras⁷/rendimentos, o mercado das economias dependentes é estruturalmente pequeno e débil. Adicionando o capital estrangeiro, a situação se aprofunda, pois, à medida que ele se introduz na economia dependente e estimula o

⁷ Dos Santos (2010) afirma que passadas as várias fases da industrialização, a articulação estrutural entre a sobrevivência do setor exportador e a industrialização permaneceu e solidificou uma aliança política entre ambos os setores, o que retirava qualquer dimensão revolucionária da burguesia.

avanço tecnológico, a produção aumenta, necessitando de mercados ainda maiores para seu escoamento.

Em resposta a isso, forma-se o fenômeno subimperialista (MARINI, 1971), que, de acordo com Luce (2014),

deve ser compreendido como um nível hierárquico do sistema mundial e ao mesmo tempo uma etapa do capitalismo dependente (sua etapa superior), a partir da qual algumas formações econômico-sociais convertem-se em novos elos da corrente imperialista, sem deixarem a condição de economias dependentes, mas passando também a se apropriarem de valor das nações mais débeis – além de transferirem valor para os centros imperialistas (LUCE, 2014, p. 46)

Ainda segundo o autor, cinco são os elementos necessários para a manifestação do subimperialismo:

a) a ascensão de um país dependente [...] para a condição de subcentro regional respondendo pelas pautas da acumulação mundial, ao se converter em subcentro da indústria pesada com certa escala da produção interna e certo grau de operação do capital financeiro; b) a unidade entre frações burguesas, por meio do deslocamento das suas contradições internas; c) a formulação de um projeto nacional subimperialista; d) a formação de trustes capitalistas nacionais, com a atuação do Estado como instrumento de intermediação na vinculação da economia dependente ao imperialismo; e e) a condição de economia dependente que não apenas apresenta transferência de valor para as economias imperialistas, mas também se apropria de valor das nações mais débeis (LUCE, 2014, p. 52).

Desta forma, foi possível somente ao Brasil replicar os mecanismos de transferência de valor para seus parceiros, enquanto que para países como Argentina e México não, na medida em que o primeiro não tinha o elemento “b” e o segundo não manifestou o “d” (LUCE, 2014). Além disso, Marini (1977) diferencia o fenômeno de exportação de manufaturas de subimperialismo, sendo que no caso de grandes exportadores (como de México, Filipinas, Coreia do Sul e Hong Kong), com a prevalência de maquiladoras, não há uma disputa por mercados – pois estes já estão definidos previamente pela própria origem da maquiladora. Assim, sua situação se assemelha mais a uma “anexação econômica”.

Outra especificação que deve ser feita é que, diferentemente do imperialista, o subimperialista não é capaz de utilizar a mais-valia gerada em sua atuação como forma de elevar seu nível de vida doméstico, pois, por estar subjugado ao imperialismo, precisa apresentar um sobrelucro ao seu parceiro, o qual só é possível a partir da

exploração de seus países vizinhos e da superexploração de seu próprio trabalhador. Além disso, é destacado o caráter de autonomia relativa do país subimperialista frente ao imperialista, pois, apesar de ser autônoma no sentido de criar uma esfera de influência própria, ainda está sujeito à submissão ao imperialista por sua situação de dependência (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2013; LUCE, 2007).

Em análise realizada por Barnett (2003 *apud* LUCE, 2007) – relatório da marinha estadunidense –, o mundo foi dividido em três regiões: i) o centro (países desenvolvidos e aliados); ii) a costura ou elo (zonas de amortecimento, mediações e cooperativos); e iii) a brecha (zonas de perigo, que necessitam uma política agressiva). Com base nisso, Caceña (2005, *apud* LUCE, 2007) analisa que os EUA utilizam da cooperação com potências regionais (“costura”) para garantir o controle dos Estados “brecha” – em troca de concessões.

Nesse sentido, no quadro abaixo, Luce (2007) identificou uma escala de antagonismo e cooperação entre o país dependente e a potência hegemônica.

Quadro 2 – Escala Antagonismo-Cooperação

Modelo	Lógica predominante	Tipo de Alinhamento	Polarização
Integração hierárquica vertical	Incapacidade/Renúncia ao projeto de expansão da hegemonia regional (assentimento em concessões unilaterais ou em troca de concessões desvantajosas)	Alinhamento Automático	++
Integração hierárquica Piramidal (cooperação antagonica)	Busca por hegemonia regional compartilhada em assuntos consentidos pela estratégia do imperialismo dominante (“barganha leal”)	Alinhamento preferencial (“relação especial”) Enfrentamento focalizado	++-
Competição antagonica	Busca por expansão da hegemonia regional para assuntos não consentidos pela estratégia do imperialismo dominante	Enfrentamento direto em questões específicas	+--
Antiimperialismo	Questionamento explícito da hegemonia imperialista	Enfrentamento abrangente e ideológico	--

Fonte: LUCE (2007, p. 26-27)

Como visto acima, quanto maior o nível de alinhamento maior sua relação de cooperação, enquanto que quanto maior o enfrentamento, maior o antagonismo. Nesse sentido, verifica-se que o país subimperialista utiliza de enfrentamentos focalizados, por meio de uma “barganha leal”, sem afetar a relação especial com o imperialista, estabelecendo, o que o autor classifica de cooperação antagonica. A partir disso, lhe é

consentida a criação de uma esfera de influência regional própria, com o fim de reproduzir a divisão regional desigual do trabalho na relação com seus vizinhos e transferir parte de seus lucros às economias centrais do capitalismo.

Desta forma, os projetos de integração regional, segundo Marini (1971), foram a solução encontrada para superar a situação de capacidade crescente de oferta na produção e a restrição sistemática das possibilidades do consumo. Como afirma o próprio autor,

en la medida que la extrema concentración de la propiedad y del ingreso frena el desarrollo de las áreas rurales y de las mismas islas industriales, no se ha pensado en nada mejor que interligar a éstas entre sí y, volviendo la espalda a las hambrientas masas campesinas, integrarlas en un sistema más o menos coherente (MARINI, 1971, p. 21).

Com base nisso, analisa-se em seguida a construção da integração regional.

2.2 Integração Regional

A temática da integração regional surge já nas teorias clássicas do comércio internacional, por Adam Smith e David Ricardo, os quais acreditavam na complementaridade econômica alcançada por meio do comércio. Desta forma, têm-se os conceitos de vantagem absoluta e comparativa, os quais indicam que um país deve produzir e exportar o bem no qual tem maior vantagem produtiva frente aos demais Estados. Desta forma, “sendo o capitalismo um sistema essencialmente internacional” (BAMBIRRA, 2013, p. 137), verifica-se o papel central da expansão e da integração comercial para sua própria sobrevivência. Percebe-se o tema comercial, portanto, como precursor na maioria das teorias de integração regional⁸.

Isso é demonstrado, por exemplo, nas clássicas fases de integração de Béla Balassa (1961), as quais têm sua evolução a partir da complexificação da integração econômico-comercial: i) zona de livre comércio, com a eliminação de tarifas intra-bloco; ii) mercado comum, quando são abolidas outras restrições comerciais e é permitida a livre circulação de fatores de produção; iii) união aduaneira, que adiciona a coordenação de uma tarifa comum a países extra-bloco; e iv) união econômica

⁸ Uma exceção importante a ser levantada é a proposta de Immanuel Kant em *Para a Paz Perpétua* (1795), de um federalismo mundial, o qual seria responsável pela estipulação de um regimento internacional – acabando, portanto, com o caráter anárquico do sistema internacional – para estabelecer-se o fim dos conflitos e a paz.

completa, quando são harmonizadas as políticas econômicas (monetárias e fiscais) dentro do bloco.

Outra importante construção teórica da integração regional é a funcionalista/neofuncionalista⁹, que defende um tratamento descentralizado da integração, passando área por área. A experiência mais próxima disso foi a integração europeia, por ter iniciado na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1951), o que impulsionou a criação em 1957 da Comunidade Econômica Europeia e da Comunidade Europeia de Energia Atômica, até chegar na União Europeia em 1993. Desta forma, a partir do processo que os funcionalistas chamam de *spill over*, a integração em um determinado tema impulsionaria outras, o que resulta no espraiamento da integração regional.

Em relação ao impulso para a integração, Mattli (1999, *apud* MALAMUD, 2011) disserta que existiriam dois tipos: i) a demanda, quando o processo de integração parte de uma pressão da própria sociedade (ou parte dela); e ii) a oferta, onde o Estado toma a liderança em promover o processo de integração para estimular a interdependência entre os membros do bloco. O fenômeno da demanda seria mais comum em economias mais desenvolvidas e que já tenham algum tipo de troca

el incremento de las transacciones transnacionales genera un aumento de interdependencia que, a la larga, conduce a los protagonistas del intercambio (principalmente empresarios y firmas) a solicitar a las autoridades nacionales o transnacionales que adapten regulaciones y políticas a las nuevas necesidades generadas durante el proceso (MALAMUD, 2011, p. 223).

A oferta, por outro lado, é mais comum em economias menos desenvolvidas. No caso da América Latina, assim como de outras regiões subdesenvolvidas, segundo Malamud (2011), a integração não se dá a partir de uma convergência inicial entre os Estados, mas sim de uma atuação central do Estado como promotor desta, ou seja, uma integração baseada na oferta.

Malamud (2011, p. 225) ainda adiciona mais uma categoria: a inércia, a qual seria responsável pela “*supervivencia de la integración en periodos de baja oferta y baja demanda simultânea*”, onde as instituições manteriam as condições prévias de

⁹ Os autores fundadores do funcionalismo e neofuncionalismo são, respectivamente, David Mitrany e Ernest Haas.

oferta e demanda, levando ao cumprimento dos acordos e a continuidade histórica da integração.

Quanto ao funcionamento do bloco regional, existem duas teorias divergentes: o intergovernamentalismo liberal e a governança supranacional. Para o intergovernamentalismo, a soberania dos Estados nacionais é mantida na condução da integração. Enquanto isso, para a teoria da governança supranacional, a integração geraria uma dinâmica própria, alcançando uma governabilidade para além dos Estados nacionais. A União Europeia estaria no meio dessas duas teorias, pela soberania de algumas instituições do bloco (*e.g.* Comissão Europeia e Corte de Justiça), em contraponto com a rejeição da proposta de uma constituição europeia por França e Holanda em 2005.

Boye (2008) destaca o caráter intergovernamental dos processos de integração latino-americanos, o que reflete o controle estatal da integração e o desinteresse na perda de sua soberania em prol de uma instituição supranacional. E isso se relaciona ao conceito de interpresidencialismo utilizado por Malamud (2005) para descrever a integração latino-americana, na medida em que esta estaria totalmente dependente da iniciativa de seus presidentes.

Because of their institutional capabilities and the historical preeminence of the presidency, the presidents were targeted as the only possible suppliers of decisions, enforcement, and dispute resolution. Hence, every demand — from the most significant to the most trivial, arising from national producers or foreign governments — was channeled directly through the presidents (MALAMUD, 2005, p. 148).

Nesse sentido, Frambes Bruxeda (1993) reflete que

En países industriales desarrollados, los aspectos económicos propician y catalizan la integración mientras que los aspectos políticos tienen una importancia secundaria. Para los países subdesarrollados ocurre todo lo contrario, es decir, no existen todas las condiciones económicas que impulsen la integración y, por lo tanto, los aspectos políticos cobran mayor pertinencia. En los países subdesarrollados es posible constatar que otros grandes intereses económicos nacionales e internacionales no se interesan en la integración, y por ello, este tipo de integración depende de una acción directa política por parte del Estado (FRAMBES BRUXEDA, 1993, p. 305)

Adentrando na TMD, mais especificamente, para Marini (S/D) e Souza (2012), a integração econômica latino-americana é pré-requisito para sua integração à economia

mundial, na medida em que, separados, os países da região estariam sujeitos a serem anexados, sendo levantada até a formação de um Estado supranacional.

Chegamos àquele ponto em que nossa sobrevivência como brasileiros, mexicanos, chilenos, argentinos depende da nossa habilidade para construir novas superestruturas políticas e jurídicas, dotadas de capacidade de negociação, resistência e pressão que se requer para ter efetiva presença ante os super-Estados que existem já ou que estão emergindo na Europa, na Ásia e na própria América (MARINI, 1992, p.146)

Por isso, deve-se lutar contra as forças que buscam dilacerá-la e anexá-la separadamente. Para o Marini (1992), mesmo com o risco de destruir os setores menos competitivos de alguns países em benefícios de outros, o desenvolvimento conjunto compensaria, por meio da criação de novos setores produtivos e de serviços, baseados, principalmente, em alta tecnologia. Para isso, seria necessário deslocar a integração da administração exclusiva dos governos e da burguesia, para as mãos das forças populares, para, assim, se converter em um projeto, não só econômico, mas político e social. Ou seja, incorporar a população na integração, direcionando os investimentos à revolução educacional, à redução das altas taxas de superexploração do trabalho e à melhor distribuição de renda. (MARINI, 1992; S/D)

Contudo, ao mesmo tempo, Marini destaca que a sua própria dependência frente ao sistema capitalista impossibilita a região de integrar-se. Assim, Marini (1992) e Souza (2012) concordam que quão mais subordinada é a inserção latino-americana no sistema internacional, maior sua desintegração. Por isso, os processos de integração latino-americanos seriam impulsionados em momentos que sua inserção ao sistema estivesse em crise e a influência das potências fosse menor. Nesse sentido, Souza (2012) divide a integração latino-americana em quatro ondas.

A primeira onda (da independência às Guerras Mundiais) é caracterizada pela disputa entre os EUA e a Inglaterra pela divisão da América Latina, a qual impede a integração regional. Em um lado, estava a Inglaterra, potência política, econômica, financeira e comercial da época em função de sua alta produtividade pela Revolução Industrial. No outro, estavam os EUA com sua projeção expansionista e a Doutrina Monroe – “América para os americanos” – utilizando-se de duas estratégias: a ocupação territorial e/ou controle dos governos da região (primordialmente na América do Norte,

Central e Caribe) e o próprio avanço de sua economia pujante via acordos comerciais¹⁰ (na América do Sul, principalmente). Nesta primeira onda inclui-se a primeira tentativa frustrada de integração: o projeto integracionista da Simón Bolívar na América Espanhola por meio do Congresso Anfictiônico do Panamá (1826).

A segunda onda (da crise de 1929 ao fim dos anos dourados do capitalismo em 1973) já se estabelece sob hegemonia dos EUA, em meio ao seu controle no âmbito

econômico, convertendo o dólar em dinheiro mundial, controlando as instituições multilaterais (FMI, BIRD) e promovendo o avanço de suas transnacionais; [...] militar e geopolítico, mantendo suas tropas na Europa, patrocinando a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e tentando evitar o avanço do socialismo na Ásia (guerra contra a Coreia); e, [...] político-ideológico, erigindo o anti-comunismo a doutrina central da sua propaganda ideológica, deflagrando a chamada Guerra Fria (SOUZA, 2012, p. 100).

Neste período é propulsada a industrialização nos países da região, haja vista a oportunidade criada pela crise no período das Guerras Mundiais e a política desenvolvimentista adotada por seus governos, o que levou a uma atuação mais político-ideológica (como pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR – e a Organização dos Estados Americanos – OEA) de guerra contra o comunismo, do que uma inserção econômica. Nesse sentido, a diversificação econômica na América Latina favoreceu o surgimento de iniciativas de integração. A primeira delas foi um acordo de integração comercial entre Brasil e Argentina em 1941, o qual fracassou por conta dos obstáculos postos pelos EUA frente à neutralidade da Argentina na II Guerra Mundial. Posteriormente, a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (1948) foi um importante passo em prol da construção de um pensamento latino-americano. O seu principal resultado em termos de integração foi a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) (1960), mas o expansionismo estadunidense teria obstaculizado seu progresso, na medida em que necessitava buscar renovar sua indústria e buscar mercados frente a competição alemã e japonesa – vide os golpes militares na região.

A terceira onda (da crise da década de 1970 até o neoliberalismo dos anos 1990) se estabelece em um período de “esfriamento” da Guerra Fria e a ascensão da Alemanha e Japão frente aos EUA. Nesse contexto, foi criado o Pacto Andino (1966), o Sistema

¹⁰ Vale lembrar que a primeira proposta de uma “Alca” se deu nesse período, no ano de 1889.

Econômico Latino-Americano (SELA) (1975), a reformulação da ALALC para Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (1980), o Grupo de Apoio a Contadora (1983), o Grupo do Rio (1986) e ainda a aproximação entre Brasil e Argentina na década de 1980 – que resultou no MERCOSUL. Ainda assim, a influência dos EUA prejudicou algumas dessas iniciativas, como na reconfiguração do Pacto Andino¹¹ e da proposta do MERCOSUL aos moldes do neoliberalismo. Desta forma, Souza (2012, p. 113) conclui que “A ação dos EUA não conseguiu bloquear o processo de integração latino-americano [...], mas o moldou segundo os interesses de suas corporações, ao provocar a ênfase nas relações de comércio e no regionalismo aberto”¹².

Por fim, a quarta onda (dos anos 2000 aos dias de hoje) reflete a emergência de governos progressistas, frente à contestação política gerada pelas crises econômico-sociais nos governos neoliberais, e o fracasso da ALCA, com a forte atuação do MERCOSUL e da Venezuela. Nesse sentido, Souza (2012) afirma que a integração latino-americana passou a fomentar os âmbitos produtivos, físico-energéticos, sociais, políticos e culturais, com a criação da ALBA, da UNASUL e da CELAC. Segundo o autor, esta seria a onda com maiores possibilidades de consolidação. Frente a isso, a estratégia dos EUA tem sido a de dividir o movimento, a partir da oferta de acordos bilaterais.

Desta forma, nesta última onda criou-se um ambiente propício para ações conjuntas e coordenadas na América do Sul construindo o que Sanahuja (2012) chama de regionalismo pós-liberal, onde se enfatiza a contraposição ao regionalismo aberto das décadas de 1980-90, e Riggirozzi (2012) de regionalismo pós-hegemônico, o qual tem como base a resposta da região à hegemonia estadunidense.

Por outro lado, Malamud e Gardini (2012, p. 118, 131) são críticos de tais conceitos, afirmando que na realidade não haveria novos “paradigmas”, mas sim uma confusão na região, com a sobreposição de acordos de cooperação, mais do que de acordos de integração de fato: “*it goals and outcomes are no longer integration but cooperation, in line with the revitalized will of the larger states*”, sendo que a estratégia desses países seria de “*speak regional, act unilateral, and go global*”. Ou seja, haveria a

¹¹ Além de sua fragmentação com a saída da Venezuela.

¹² De acordo com Saludjian (2013), o regionalismo aberto ou “novo regionalismo” foi uma forma de incluir as novas teorias econômicas de comércio internacional – neoliberais – à integração regional, restabelecendo o modelo de desenvolvimento para fora (export-led grow) em contraposição ao protecionismo, nacionalismo e desenvolvimentismo anterior.

disseminação de “acordos de cooperação” em prol do interesse das potências regionais, o que reflete na sobreposição do regionalismo e o conflito dos interesses nacionais.

Neste contexto, a

América Latina ha heredado en el siglo XXI, las opciones y los condicionantes estructurales de la década de los noventa, que se traducen en distintas orientaciones de política exterior atinentes a la posición en la estructura del sistema internacional por parte de los Estados y diferentes concepciones de desarrollo (BIZZOZERO, 2011, p. 40).

Segundo Briceño Ruiz, há atualmente uma grande variedade de blocos econômicos com diversos eixos de “*integración regional, que expresan la adopción de distintos modelos económicos, lo que a su vez es resultado de complejos procesos políticos y económicos que están teniendo lugar en la región desde inicios de la primera década del nuevo milenio*” (BRICEÑO RUIZ, 2013, p. 12). Nesse sentido, são analisados três eixos de integração regional na América Latina elencados por Briceño Ruiz (2013): o eixo do regionalismo aberto, o eixo revisionista e o eixo antissistêmico.

O eixo do regionalismo aberto faz parte ainda da estratégia de integração profunda desenvolvida ao longo da década de 1990, sendo que sua estratégia de integração se dá pela liberalização comercial, primordialmente por meio de tratados bilaterais. Este eixo segue o que o autor chama de modelo do “regionalismo estratégico”, o qual tem uma marcada inclinação comercial via livre comércio para a abertura da região integrada à economia internacional. Dentre os exemplos levantados, para além dos próprios tratados bilaterais, estão o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), a tentativa frustrada da ALCA e, mais recentemente, a Aliança do Pacífico, o que prova a sua permanência como estratégia de integração contemporânea na região.

O eixo revisionista, por outro lado, é descrito por meio do MERCOSUL, o qual “*sufre la transformación de un modelo de regionalismo estratégico a un híbrido que incluye elementos de los modelos de regionalismo social y productivo*” (RUIZ, 2013, p. 23). Desta forma, o MERCOSUL teria adicionado à sua origem como regionalismo aberto a dimensão social e produtiva¹³, como com a criação do MERCOSUL Social

¹³ A dimensão produtiva também é abrangida no eixo do regionalismo aberto, vide a integração produtiva (mesmo que desigual) existente entre EUA e México pelas maquiladoras. No entanto, tal integração partiu mais da iniciativa privada do que de políticas públicas promovidas pelo NAFTA, por exemplo. É

(2005), do Plano Estratégico de Ação Social (2010), do Programa de Integração Produtiva e do Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM). Outro exemplo levantado pelo autor é a Unasul, a qual estabelece um projeto de integração que abrange a esfera política (projeto de liderança brasileira sul-americana), social, infraestrutural (IIRSA/ Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN) e securitária (Conselho de Defesa). Seu hibridismo se apresenta na transformação de sua origem em 1993 na Área Sul-Americana de Livre Comércio (ALCSA) – com um foco no comércio e na infraestrutura –, para, em 2004, tornar-se Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), até, em 2008, ser nomeada como UNASUL.

Finalmente, o eixo antissistêmico é caracterizado por seu foco no regionalismo social e produtivo, onde se busca o desenvolvimento por meio da cooperação (e não pela competição), ao mesmo tempo em que se concebe como um modelo anticapitalista e anti-imperialista. Sua representação se dá pela Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), a qual nasceu como resposta da investida estadunidense da ALCA. Dentre suas principais iniciativas estão o Sistema Unitário de Compensação Regional (SUCRE), a Eco ALBA, as empresas Grannacionais (desenvolvimento produtivo conjunto), a Petrocaribe e a Petrosur. Ainda assim, Briceño Ruiz (2011) destaca que

El ALBA se presenta como un nuevo modelo de integración, pero no existe literatura que lo explique conceptualmente. En otras palabras, no se conoce la teoría del “modelo de integración ALBA”. Apenas se ha mencionado el concepto de “ventajas cooperativas”, pero no existe ni una definición de éstas ni una explicación de la forma como operan. Por otra parte, el ALBA se describe como “un modelo no capitalista”, pero tampoco se dan muchos detalles de este modelo (Briceño Ruiz, 2011, p. 62, apud LANA SEABRA, 2014)

Neste contexto, Souza (2012) elenca seis desafios os quais devem ser enfrentados para o avanço da integração latino-americana. O primeiro deles é a problemática da abrangência territorial de projetos como a UNASUL e a ALBA, os quais se limitam a determinadas sub-regiões, sendo a CELAC uma importante ferramenta de integração total da América Latina. O segundo desafio diz respeito à ênfase comercialista que ainda permanece em blocos como o MERCOSUL e CAN, os quais funcionam basicamente como áreas de livre comércio. O terceiro desafio aponta

neste ponto, portanto, que se agregou a dimensão produtiva ao regionalismo híbrido, ao terem sido fomentadas políticas nesse sentido.

para uma questão estrutural: a dependência externa das economias da região, o que reflete na fórmula “+ *dependência* = - *integração*”. O quarto desafio se preocupa com a projeção político-econômica do Brasil na região, a qual é incontestavelmente a mais poderosa da região. O quinto desafio trata da necessidade de passar o protagonismo dos processos de integração das mãos do Estado à dos povos latino-americanos, sendo a ALBA um avanço nisso. Por fim, a questão cultural é posta como o sexto desafio, na medida em que a diversidade cultural na América Latina pede a realização de uma integração cultural sem submeter uma à outra.

3 AS INICIATIVAS INTEGRACIONISTAS LATINO-AMERICANAS: UM RETRATO HISTÓRICO

Vistos os conceitos sobre integração regional, tanto sob o âmbito geral quanto latino-americano, este capítulo desenvolve, de maneira cronológica, as iniciativas integracionistas na América Latina, desde o período independentista até o início do século XXI. Desta forma, podem-se identificar cinco momentos, onde são analisadas as características gerais das iniciativas de integração, assim como suas contradições e dificuldades para o estímulo ao debate. O primeiro período diz respeito à tentativa de integração hispano-americana liderada por Simón Bolívar e a posterior contribuição do cubano José Martí na construção da “Nossa América”, ambos ao longo do século XIX. Neste primeiro momento também se dedica a uma breve descrição do antagonismo pan-americano e interamericano.

Em seguida, surgem os primeiros blocos latino-americanos, criados no contexto desenvolvimentista entre os anos 1960 e 1980. No entanto, a partir da crise sistemática do desenvolvimentismo, ascende uma nova proposta político-econômica (neoliberalismo) e de integração (regionalismo aberto) na região durante a década de 1990. A posteriori, frente à profunda crise econômico-social, assim como a grande liquidez de capitais, na primeira década dos anos 2000, têm-se a crise do neoliberalismo, a ascensão do projeto sul-americano, a derrota da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a reformulação do MERCOSUL. Neste contexto, o ápice deste novo momento é analisado a partir da criação da ALBA, UNASUL e CELAC. Por fim, é explorada a criação da Aliança do Pacífico, como o mais novo bloco da região, que vêm questionando as iniciativas de integração desenvolvidas neste início de século.

3.1 Prelúdio: os primeiros projetos de integração latino-americana e o contraponto pan-americano

Justamente durante um processo de “desintegração” – das colônias – foram desenvolvidas as primeiras iniciativas de “integração” ou, até mesmo, de “união” na América Latina, mais especificamente hispânica, como afirma Guerra Vilaboy (2016, p. 325), “*Los primeros proyectos integracionistas, concebidos para la extensa región al*

sur de los Estados Unidos de América, comprendían exclusivamente a los territorios hispanoamericanos”.

Nesse sentido, o nome que se destaca é o de Simón Bolívar, também chamado de “O Libertador”, sendo quem investiu na proposta mais próxima – ainda que distante – à concretude na época. A partir de seu sucesso inicial na independência e fundação do Estado da Gran Colômbia (hoje Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador), Bolívar foi quem levou a cabo o primeiro grande movimento integracionista na América Hispânica, ao convocar, em 1826, o Congresso Anfictiônico do Panamá. Para este Congresso foram convidados todos os países hispano-americanos, no entanto, somente Peru, América Central (hoje Guatemala, Honduras, Costa Rica, Nicarágua e El Salvador), México e a própria Gran Colômbia compareceram¹⁴.

Na condição de observadores, foram convidados ainda Brasil, EUA, Grã-Bretanha e Países Baixos, mas somente os dois últimos enviaram seus representantes. Neste caso, fica clara a delimitação à América Hispânica, ao colocar os dois grandes países da região (Brasil e EUA) como observadores, sendo o primeiro visto como um risco por seu sistema monárquico, escravagista e expansionista (Guerra Vilaboy, 2016), e o segundo destinado “*por la Providencia para plagiar la América de miserias a nombre de la Libertad*” (BOLÍVAR, 1829, N/A). No entanto, destaca-se, ao mesmo tempo, o convite a Grã-Bretanha e Países Baixos, mesmo estes estando completamente fora da região e por serem grandes potências europeias da época. Neste caso, supõe-se uma estratégia de angariar apoio destes dois centros para contrapor-se ao colonialismo espanhol.

Visto isso, sua proposta se baseava na

construção de uma autoridade política superior aos estados formados na América de colonização espanhola após as independências. Tal autoridade teria como órgão máximo uma assembleia permanente, composta por ministros plenipotenciários representando os estados integrados e com autoridade delegada por esses estados para arbitrar seus conflitos e, inclusive, manter uma força armada própria e sob o comando direto da Assembleia (FIGUEIREDO; BRAGA, 2017, p. 311-312)

No entanto, as diferentes percepções dos recém-independentes Estados hispano-americanos criaram, de imediato, um primeiro obstáculo:

¹⁴ Rio da Prata (hoje Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai) e Chile mandaram delegados, mas eles não conseguiram chegar ao Congresso a tempo (LOGUERCIO, 2007).

Bolívar acreditava em uma unidade estreita, com atributos que modernamente podem ser chamados de supranacionais, enquanto o Congresso chegou a uma proposta intergovernamental, sem a cessão de parcela da soberania de cada estado-parte. (FIGUEIREDO; BRAGA, 2017, p. 310)

Desta forma, o Tratado de União, Liga e Confederação assinado pelos presentes no Congresso não mantinha a proposta original de Bolívar. Figueiredo e Braga (2017) destacam os seguintes fatores que resultaram no insucesso e, posterior, não ratificação do Tratado (somente ratificado pela Gran Colômbia): i) as dificuldades de locomoção e comunicação impostas pela geografia; ii) a resistência das oligarquias internas, e iii) a atuação de potências estrangeiras contra o projeto.

Com a derrota deste projeto, destaca-se no plano político-ideológico outro importante pensador sobre a união da América Latina: o cubano José Martí na década de 1880. Sua principal contribuição se dá pelo fato de que, ao contrário de Bolívar, que tinha como sua maior preocupação o colonialismo espanhol, a maior apreensão de Martí, naquele momento, era o expansionismo e a ingerência dos EUA sobre a América Latina, principalmente na América Central e Caribe. Martí, então, defendia a união da América Latina como uma contraposição aos EUA, cunhando o termo “*Nuestra América*” como antítese à “*Outra América*”. (GUERRA VILLABOY; MALDONADO GALLARDO, 2000)

No entanto, as forças fragmentárias foram muito mais fortes do que os pensamentos integracionistas da época. Os Estados latino-americanos, então, independentes, passaram a enfrentar diversos desafios, como sua própria consolidação nacional, seja ela política, econômica ou territorialmente. Além disso, definiu-se para a região uma inserção internacional individual, buscando garantir um bom relacionamento com o seu centro de preferência (Grã-Bretanha ou EUA). Dessa forma, as relações intrarregionais se viram cada vez mais debilitadas e fragmentadas, culminando, em alguns casos, em rivalidades – como Brasil e Argentina – e até em conflitos diretos – como a Guerra do Pacífico (1879-1883) entre Chile, Bolívia e Peru.

A partir disso, o pan-americanismo se consagrou à medida que os EUA se desenvolviam e expandiam sua influência na região. Em 1889, os EUA patrocinaram a I Conferência Internacional Americana, na qual foi proposta a criação de uma união aduaneira (negada por Argentina e Chile). Segundo Marini (1992), o pan-americanismo

teria assumido, primeiramente, uma postura ofensiva, determinada pela política do *Big Stick* estadunidense, em que estabeleceu o controle imperialista na região. Posteriormente, contudo, frente à crise econômica da década de 1930 e a industrialização de alguns países da região, foi implementada a política da boa vizinhança, em busca de angariar maior apoio dos países latino-americanos.

Como continuidade, o interamericanismo se estabeleceu com a hegemonia incontestada dos EUA ao final da II Guerra Mundial. Em 1947, foi criado o TIAR, no qual se estabeleceu a defesa da região frente a ataques externos e, no ano seguinte, na IX Conferência Interamericana foi lançada a carta constitutiva da OEA. No entanto, a região esperava mais deste vizinho poderoso e pressionava por um Plano Marshall para a região. Uma das pressões vieram do então presidente brasileiro Juscelino Kubitschek com a proposta da Operação Pan-Americana (OPA), a qual se basearia em créditos de longo prazo a juros baixos. No entanto, em 1961, a OPA foi substituída pela Aliança para o Progresso pelos EUA, na qual se preponderavam os investimentos privados. Ainda assim, concomitantemente a este período, iniciativas mais endógenas latino-americanas passaram a ser pensadas e impulsionadas, tendo sido a CEPAL um importante contraponto às iniciativas e instituições interamericanas, como é explicitado abaixo.

3.2 A integração latino-americana no contexto desenvolvimentista (1960-1980)

Foi só então a partir da criação do Grupo de Trabalho sobre Mercado Regional Latino-Americano pela CEPAL em 1957 que iniciaram as negociações para o primeiro grande bloco na região: a ALALC¹⁵. Instituída pelo Acordo de Montevideu em 1960, a ALALC estabelecia um objetivo ambicioso de formar uma área de livre comércio em toda a região até 1980, por meio de reduções tarifárias e não-tarifárias. A partir disso, a liberalização comercial da ALALC se baseava em duas listas: uma de caráter nacional, onde cada Estado anualmente compartilhava as reduções tarifárias realizadas, e outra de caráter regional, onde as desgravações eram decididas coletivamente, vinculando todo o bloco. (CARVALHO, 2013)

Além disso, a Associação ambicionava uma integração mais ampla, incluindo a coordenação de planos de desenvolvimento, a partir, por exemplo, da articulação das

¹⁵ Membros: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

políticas de industrialização dos países-membros (DESIDERÁ NETO; TEIXEIRA, 2012). No entanto, não foram previstos canais formais de cooperação para o avanço da convergência entre os Estados parte, pois “Os Estados deixavam à iniciativa privada, particularmente às filiais estrangeiras localizadas nos maiores mercados da região, a tarefa de operacionalizar acordos de complementação econômica” (BASTO, 2012, p. 11).

Igualmente,

A ideia seria realmente magnífica se fosse exequível, isto é, se todas fossem igualmente soberanas, de modo a formar uma unidade política e econômica e se a maioria delas concordasse em renunciar à sua própria industrialização, conformando-se a serem abastecidas pelos parques industriais de São Paulo, de Buenos Aires e do México, trocando de amos (PEREIRA, 1959, *apud* LUCE, 2007, p. 65)

Soma-se a essa debilidade organizacional da instituição, o fato de que, durante as décadas de 1960 e 1970, Paraguai (1954), Argentina (1962), Brasil (1964), Peru (1968), Uruguai (1973) e Chile (1973) passaram por ditaduras militares, as quais limitaram, em grande medida, o desenvolvimento do bloco¹⁶. Segundo Desiderá Neto e Teixeira (2012, p. 21) “*Las políticas nacional-desarrollistas de estos gobiernos autoritarios fueron uno de los motivos por el que la ALALC no podría prosperar*”, haja visto que o projeto de industrialização via substituição de importações que mantinham, impunha altas tarifas de importação, atravancando a liberalização almejada pelo bloco.

Além disso, Calixtre e Barros (2011) ainda apontam que a ALALC ignorava as particularidades dos países latino-americanos. Mais especificamente, Barbosa (1996) dividiu a ALALC em dois grupos: os comercialistas (Brasil, Argentina e México) e os desenvolvimentistas (o restante). Enquanto, os comercialistas, já haviam desenvolvido sua indústria e buscavam uma rápida liberalização intrarregional, os desenvolvimentistas, que ainda tinham uma industrial débil, exigiam um programa regional de investimentos e salvaguardas como forma de proteção e promoção de seu desenvolvimento.

A fim de driblar tais dificuldades, os “desenvolvimentistas” Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e, posteriormente, Venezuela (1973) criaram, em 1969, o

¹⁶ A exceção do bloco, o México, apesar de não ter passado por um golpe militar, passou setenta anos com o mesmo partido no poder (PRI), exercendo políticas semelhantes às ditaduras militares no restante do continente, inclusive com repressão.

Grupo Andino. Com uma proposta de integração profunda, o Grupo Andino almejava, para além da integração comercial, a "*planificación conjunta de sectores económicos y definió una política de restricción al capital extranjero y desarrollo tecnológico regional*" (DOS SANTOS, 2010, p. 90).

Segundo Malamud (2011) e Luciano e Bressan (2014), o Grupo se diferenciava ao aspirar, no plano econômico, uma união aduaneira, e, no plano político, uma estrutura de tomada de decisões supranacional, como pela "*Junta (formada por tres miembros, de cualquier nacionalidad latinoamericana[...]), de carácter más técnico de acompañamiento y de proposición de mejoras al ejercicio de integración*" (DESIDERÁ NETO; TEIXEIRA, 2012, p. 24).

Ainda dentro desta onda integracionista, quatro países centro-americanos (El Salvador, Honduras, Guatemala e Nicarágua) criaram, em 1960, o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)¹⁷, o qual matinha como objetivo "*establecer entre ellos un mercado común que deberá quedar perfeccionado en un plazo máximo de cinco años a partir de la fecha de entrada en vigencia de este Tratado*" (MCCA, 1960). No entanto, apesar de seu sucesso inicial, chegando a ser conhecido como "*the underdeveloped world's most successful regional integration effort*" (WYNIA, 1970, p. 319), inclusive com avanço em questões supranacionais, um conflito entre Honduras e El Salvador em 1969 pôs fim à harmonia e ao progresso do bloco.

Outra ferramenta integracionista criada na época, inclusive com um importante apoio do México, em meio a sua política externa proativa e de liderança regional, foi o SELA¹⁸, em 1975, o qual nasceu com o objetivo de promover e coordenar estratégias regionais relacionadas à economia do subcontinente, a fim de se estimular a cooperação e a integração na América Latina e Caribe (GONZÁLES, 2006). Vale ressaltar que a SELA mantém suas atividades até a atualidade.

Em seguida, a onda de crises econômicas sistêmicas na década de 1970¹⁹, assim como o enrijecimento político na região deram o primeiro choque nos processos de integração que vinham sendo desenvolvidos na América Latina na década anterior.

¹⁷ Tratado de Managua.

¹⁸ Os seus membros são: Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

¹⁹ Choques do petróleo em 1973 e 1979, aumento da taxa de juros internacionais pelos EUA e a consequente explosão do endividamento externo da América Latina.

Conforme as crises afetavam seu equilíbrio financeiro e político, os países passaram a adotar políticas mais nacionalistas para seu desenvolvimento.

No caso do Grupo Andino tal conjuntura foi intensificada pelo golpe militar ao governo de Salvador Allende no Chile e a chegada de Augusto Pinochet a presidência, em 1973, incorporando uma profunda reforma liberal. A partir disso, alegando a incompatibilidade entre as políticas nacionais e as intenções do bloco, o Chile se retirou do Pacto em 1976. Além disso, Goldbaum e Luccas (2013) levantam o conflito fronteiriço entre Peru e Equador, em 1981, e o golpe de Estado na Bolívia, em 1980, como fatores complicadores do avanço do Grupo Andino.

Nesse sentido, Desiderá Neto e Teixeira (2012) resumem os cinco elementos que levaram ao insucesso das iniciativas de integração desenvolvidas até a década de 1980 nos seguintes pontos:

- A assimetria entre os países, o que gerou resistência de abertura dos países menores;
- O forte nacionalismo de governos autoritários, alinhados aos EUA e sua política anticomunista;
- O protecionismo exacerbado pela estratégia ISI, mas principalmente pela influência das burguesias industriais nacionais que exigiam tal proteção;
- As multinacionais, as quais se instalaram nos setores mais importantes e que por sua lógica de inserção global (não preocupada com a integração regional), concentravam seus investimentos em poucos países sem criar quaisquer encadeamentos produtivos (tampouco a nível nacional); e por fim
- A instabilidade macroeconômica internacional (colapso do Sistema de *Bretton Woods*, choques do petróleo) e regional (crise da dívida, alta inflação).

3.2.1 A resistência da década de 1980

Como resposta a insustentabilidade e paralisia da ALALC, foi promovida uma reformulação do bloco, instituindo a ALADI em 1980 por meio do Tratado de Montevideu²⁰. Com pretensões menos ambiciosas, pautadas no estímulo a acordos menos abrangentes, a ALADI passou a admitir acordos parciais, concedendo maior flexibilidade à integração latino-americana. O resultado foi uma multiplicação de

²⁰ Países signatários: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Adesões posteriores: Cuba (1999), Panamá (2012) e Nicarágua (em processo).

acordos, sejam eles de complementação econômica sejam de livre comércio, entre os países latino-americanos, em sua maioria, bilaterais.

Além disso, apesar do cenário político e econômico deteriorado, durante a década de 1980, a integração seguia sendo vista como uma estratégia de proteção e fortalecimento dos países da região, principalmente no âmbito político (CORAZZA, 2006). Um exemplo disso é a aproximação política iniciada entre a Argentina e o Brasil, rivais históricos na região do Cone Sul.

Com o fim da ditadura militar tanto na Argentina (1983) quanto no Brasil (1985), estes países avançaram no processo de aproximação política e redução da rivalidade e desconfiança presentes desde antes mesmo de suas independências. Nesse sentido, a partir de um encontro entre o presidente brasileiro José Sarney e o argentino Raúl Alfonsín, em 1985, para a inauguração da Ponte Internacional entre as cidades de Porto Meira (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina) foi elaborada a Declaração de Iguazu, a qual destacou a busca pelo estreitamento de laços entre os países e a importância da coordenação e integração latino-americana frente à crise da dívida externa e os conflitos centro-americanos (DECLARAÇÃO DE IGUAZU, 1985).

No ano seguinte, foi firmada a Ata para a Integração Argentino-Brasileira estabelecendo o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), o qual não buscava uma integração comercial generalizada, mas focava nos setores estratégicos com o fim de aprofundar os processos de industrialização, a partir da tradição estruturalista de integração produtiva e harmonização das políticas econômicas (BERNAL-MEZA, 2013; DESIDERÁ NETO; TEIXEIRA, 2012).

Outra iniciativa de extremo simbolismo na região foi o Grupo de Contadora, criado em 1983 por Colômbia, México, Panamá e Venezuela, com o objetivo de promover a pacificação dos conflitos os quais a América Central vinha enfrentando. Em consonância a esta iniciativa, Argentina, Brasil, Peru e Uruguai criaram o Grupo de Apoio a Contadora em 1985. Contudo, de fato, os conflitos na América Central só conseguiram encontrar seu final pela 1ª e 2ª Cúpula Presidencial Centro-Americana (respectivamente em 1986 e 1987), as quais resultaram nos Acordos de Paz de Esquipulas. Com base nessa sequência de articulação político-diplomática, foi criado o Grupo do Rio (1986), que buscava ser um centro de articulação das políticas externas dos países latino-americanos. (SÁNCHEZ CABARCAS, 2017)

Ainda nessa onda de resistência da integração latino-americana na década de 1980, o Grupo Andino deu um importante passo, em 1987, com a criação de um Tribunal de Justiça, um Parlamento Andino e um Conselho Consultivo Empresarial e Laboral Andino. Segundo Luciano e Bressan,

O reforço da institucionalidade da integração andina veio em conjunto à democratização dos países da região, os quais passaram a demandar a participação social, tanto por vias representativas (Parlamento) como participativas (Conselho Consultivo), além do reforço da segurança jurídica (Tribunal Andino) do processo de integração (LUCIANO; BRESSAN, 2014, p. 3).

3.3 A guinada neoliberal (1990)

No entanto, com o aprofundamento da crise da dívida ao longo de toda a década de 1980, o sistema financeiro internacional, controlado pelos países centrais, passou por uma profunda reformulação: o Consenso de Washington. A partir de uma reunião realizada em Washington, no ano de 1989, com a participação do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Departamento do Tesouro estadunidense foi elaborado um receituário para a superação da crise e a retomada do crescimento econômico, o qual tinha como base: a liberalização comercial, a desregulamentação econômica e a redução da participação do Estado na economia (BATISTA, 2009).

A partir dos anos 1990, portanto, o neoliberalismo, baseado no modelo de crescimento impulsionado pelas exportações (*export-led growth*), avançou sobre toda a América Latina. Fortalecendo ainda mais a política econômica capitalista, a União Soviética se desintegra, colocando como grande líder mundial os EUA. Assim, capitalismo, neoliberalismo e globalização são impulsionados ao máximo no sistema internacional, a partir da abertura econômica multilateral, vide a atualização do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) de 1947 na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995.

Paralelamente a essa liberalização econômica multilateral, foi estimulado o fenômeno da regionalização, mais especificamente o regionalismo aberto, definido pela CEPAL como

un proceso de creciente interdependencia económica a nivel regional, impulsado tanto por acuerdos preferenciales de integración como por otras políticas en un contexto de apertura y desreglamentación, con el objeto de aumentar la competitividad de los países de la región y de constituir, en lo posible, un cimiento para una economía internacional más abierta y transparente (CEPAL, 1994, s/p).

Desta forma, multiplicaram-se os acordos parciais, em grande medida bilaterais, chamados de acordos de “nova geração” ou “integração profunda”, os quais almejavam avançar em temas que abarcassem desde regimentos em negociação no âmbito da OMC, chamados de OMC Plus, até os que iam além do marco da Organização, chamados OMC Extra²¹ (BOYE, 2005). Soma-se a isso, ainda, a ascensão dos acordos “norte-sul”, os quais eram firmados entre países centrais e periféricos, inviabilizando qualquer mecanismo de tratamento especial (BRICEÑO RUIZ, 2014; QUILICONI, 2014).

O grande propulsor desses acordos de nova geração na região foram os EUA, a partir da reunião *Iniciativa para as Américas*, em 1990, convocada pelo presidente George Bush. Em meio a um contexto de formação de grandes blocos econômicos na Europa e na Ásia, os EUA passaram a promover a criação de uma área de livre comércio “do Alasca à Terra do Fogo” (exceto Cuba), formalizando sua proposta em 1994, na I Cúpula das Américas. Assim, nasce a proposta da ALCA, a qual estipulava até o ano de 2005 a entrada em vigor do acordo.

Em função da reforma liberal que vinha sendo desenvolvida na região, “a postura dos governos latino-americanos e caribenhos diante da ALCA foi de aceitação plena” (ESTAY, 2008, p. 70). Ainda assim, dois conflitos marcaram suas negociações. O primeiro diz respeito aos subsídios agrícolas concedidos pelo governo estadunidense a seus produtores, o que dificultaria a inserção dos demais países a seu mercado. Paralelamente, estava a negativa de países como Brasil e Argentina em aceitar a inclusão de temas como investimentos, compras governamentais e direitos de propriedade intelectual no acordo, na medida em que facilitaria a entrada dos grandes capitais, reduziria a autonomia da política econômica e dificultaria a transferência tecnológica e científica. (ESTAY, 2008)

²¹ Dentre os temas da OMC Plus estão serviços, barreiras técnicas e propriedade intelectual, enquanto que em relação a OMC Extra entram as regras de investimento, concorrência, meio ambiente e leis trabalhistas.

Concomitantemente, foi firmado o NAFTA entre EUA, Canadá e México em 1992, entrando em vigor no ano de 1994. O bloco se estabeleceu como uma “mini ALCA”, exacerbando o caráter norte-sul do acordo, frente à profunda discrepância de poder (em todos os âmbitos) entre EUA e Canadá e o sócio menor, México. Para Malamud (2011, p. 236), “*su funcionamiento se asemeja más a un par de acuerdos bilaterales con centro en Estados Unidos que a una relación triangular*”.

Segundo Vizentini (2001) o interesse estadunidense na criação da ALCA estava pautado na “Estratégia da Lagosta” de Alfredo Valladão:

o NAFTA constituiria a cabeça, o centro nevrálgico; a América Latina seria o rabo, a retaguarda e reserva de mercado e recursos; as garras projetam-se sobre o Pacífico e o Atlântico, apoiadas nas alianças militares na Ásia e na Europa. Sua presença estaria destinada a evitar a emergência de potências hegemônicas nessas regiões [...], e seus golpes (intervenções) estariam voltados às áreas de instabilidade da linha que vai da Rússia ao leste da África, cortando o Oriente Médio. (VIZENTINI, 2001, p. 13)

Nesta mesma onda, o Grupo Andino reestruturou-se e voltou-se à promoção de um modelo aberto de integração, dando maior ênfase ao aspecto comercial. Em 1987, “O Protocolo de Quito permitiu aos membros a celebração de acordos bilaterais entre si, reduziu os instrumentos de política industrial conjunta e diminuiu a competência da Junta nas negociações” (GOLDBAUM; LUCCAS, 2012). Em 1996, o Grupo, dando continuidade à sua reforma pró-mercado, firmou o Protocolo de Trujillo, o qual renomeou o bloco para Comunidade Andina de Nações (CAN) e institucionalizou uma nova estrutura de organização, chamada Sistema Andino de Integração (SAI) (DESIDERÁ NETO; TEIXEIRA, 2012; GOLDBAUM; LUCCAS, 2012). Além disso, “O Protocolo de Trujillo instituiu uma Secretaria Geral da CAN, que substituiu a antiga Junta do Acordo de Cartagena, entidade supranacional de caráter administrativo na integração” (LUCIANO; BRESSAN, 2014, p. 4).

Paralelamente, o MCCA passou por processos semelhantes, de liberalização de seu processo de integração, transformando-se no Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2013; BOYE, 2008).

Neste contexto, os governos neoliberais de Fernando Collor e Carlos Menem firmaram um Acordo de Complementação Econômica em 1990, o qual foi, em seguida, aderido por Paraguai e Uruguai, criando-se, então, o MERCOSUL pelo Tratado de Assunção (1991). Assim, ao final de 1994, o bloco se transformou em uma zona de

livre-comércio, com poucas exceções. Além disso, ainda neste ano, foi firmado o Protocolo de Ouro Preto, o qual “*determinó la estructura institucional y el sistema de adopción de decisiones del MERCOSUR y, además, estableció su condición de persona jurídica de derecho internacional*” (BERNAL-MEZA, 2013, p. 5).

Com base em seu recorte neoliberal, seu sucesso comercial inicial é claro. A partir de um profundo programa de liberalização comercial, em seus primeiros sete anos, triplicaram-se os fluxos de comércio intrarregional. Apesar da mudança do caráter do MERCOSUL, Marini (1993) defende que o bloco assumiu um papel relevante, contrapondo-se à política de entendimento direto com o centro que Chile e México desenvolveram. Ou seja, apesar da “comercialização” do MERCOSUL, ele mantinha o seu fundo político, unindo os dois principais países sul-americanos para um maior poder de barganha na relação com o centro, que já é demonstrado no Acordo 4+1 (ou Acordo do Jardim das Rosas), firmado em seu primeiro ano de constituição (1991), o qual “estabelecia uma nova forma de negociação dos Estados Unidos com os países do MERCOSUL, evitando negociações bilaterais dos membros do bloco com a superpotência” (DESIDERÁ NETO *et al.*, 2014, p. 29).

Outra expressão política do MERCOSUL é o Protocolo de Ushuaia, de 1998, o qual adicionou uma cláusula democrática ao regramento mercosulenho. Sua relevância não deve ser desconsiderada, na medida em que, formado por jovens democracias, as quais passaram por longos períodos ditatoriais, o bloco, por meio desta cláusula, permitiu uma maior estabilidade de seus Estados membros, como, por exemplo, no caso da tentativa de golpe no Paraguai em 1999 que foi evitada graças à evocação do Protocolo pelo Brasil (CALIXTRE; e BARROS, 2011).

Ou seja, como afirma Sturaro (2011), ao MERCOSUL são atribuídos quatro papéis: (1) o econômico, pelo próprio bloco ter sido constituído com base no interesse econômico-comercial; (2) o negociador, ao funcionar como um poder de barganha de seus Estados-membros em negociações com a ALCA e União Europeia; (3) o securitário, na medida em que o bloco nasceu a partir do apaziguamento da rivalidade existente entre Brasil e Argentina; e (4) o geopolítico, sendo uma plataforma de projeção internacional como potência regional.

Enfim, Bernal-Meza (2013) verifica, então, a homogeneidade na integração latino-americana na década de 1990, em função da adoção comum (mas com matizes²²) do modelo neoliberal pelos países da região. Desta forma, todos os governos na América Latina desenvolveram uma profunda liberalização econômica (o que inclui a abertura unilateral, desregulamentação dos mercados, privatizações e redução do Estado), apoiaram a promoção do multilateralismo através de negociações globais, mantiveram uma visão otimista frente à globalização e investiam no regionalismo aberto como estratégia de integração.

3.4 A crise e ascensão de novos projetos (2000)

A partir da virada do século XXI, contudo, a insatisfação com as políticas neoliberais postas pelo Consenso de Washington era latente. Com um baixo índice de crescimento, aumento do desemprego e da desigualdade social, além das sucessivas crises e instabilidade financeira²³, iniciou-se a chamada “onda rosa”, “primavera sul-americana” ou “giro à esquerda” na América Latina. Tal fenômeno é descrito como a ascensão de diversos líderes nacionalistas, desenvolvimentistas ou socialistas (FIORI, 2011), como Hugo Chávez, Luiz Inácio Lula da Silva (seguido por Dilma Rousseff), Néstor Kirchner (seguido por Cristina Fernandez Kirchner), Manuel Zelaya, Evo Morales, Michelle Bachelet, Rafael Correa, Daniel Ortega, Fernando Lugo, Tavaré Vázquez (seguido por José Mujica) e Ollanta Humala.

No entanto, Onuki e Oliveira (2006) destacam que a relação entre governos de esquerda e uma atitude próintegracionista não é direta e automática. Como afirma Mariano (2014), a ascensão do nacionalismo em vários desses governos, tornou-se também um desafio à integração, pois potencializou, em alguns casos, conflitos entre países da região²⁴. Mas, ainda assim, o que contribuiu para tal ascensão da integração regional na América do Sul foi a própria agenda dos partidos que ascenderam ao poder, na medida em que

²² Bernal-Meza (2013) diferencia a velocidade da liberalização implementada, por exemplo, por Menem na Argentina e FHC no Brasil, assim como entre o NAFTA e o Mercosul.

²³ Efeito Tequila no México, crise Asiática, crise Russa, crise brasileira, crise Argentina.

²⁴ Dentre os conflitos que podem ser relacionados ao maior nacionalismo de determinados países sul-americanos e que serão tratados ao longo do capítulo, estão: a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia (2006), a renegociação do valor pago pelo Brasil a energia gerada pelo Paraguai posto pelo acordo de Itaipu, o conflito do Equador contra a invasão de tropas colombianas a seu território, o protecionismo argentino frente às exportações brasileiras.

Partidos de centro-esquerda tendem a dar apoio mais intensivo à integração regional em sua dimensão política, sobretudo tratando-se de um esforço de ação coletiva que vise reequilibrar as relações com as grandes potências. Além disso, partidos neste espectro político tendem a ser mais favoráveis a políticas integrativas de tipo keynesiano, de investimentos estatais (ou mobilização) de fundos estruturais em prol da integração regional (ONUKI; OLIVEIRA, 2006, p. 152).

Além disso, três fatores sistêmicos também contribuíram para tal onda. O primeiro deles foi a empreitada unipolar estadunidense na invasão ao Iraque, a qual colocou a América Latina em segundo plano na lista de prioridades dos EUA – então focada na Guerra ao Terror (BOYE, 2008; DESIDERÁ NETO; TEIXEIRA, 2012). O segundo foi a crise financeira nos países centrais a partir da bolha imobiliária dos EUA em 2008/2009, o que evidenciou as potências emergentes (como os BRICS) e a estratégia de Cooperação Sul-Sul. Por fim, o terceiro foi o boom dos preços das *commodities* no sistema internacional impulsionado pela forte demanda e crescimento chineses.

Uma das primeiras iniciativas lançadas pela região foi a Cúpula Sul-Americana²⁵, convocada pelo então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso em 2000, na qual foram debatidos temas como democracia, comércio, infraestrutura, drogas ilícitas e delitos conexos e, informação, conhecimento e tecnologia (COMUNICADO DE BRASÍLIA, 2000). Conjunturalmente, as negociações da ALCA e o início da Rodada de Doha em 2001, exigiam uma maior coordenação dos países da região, contudo, Sánchez Cabarcas destaca que esta iniciativa

obedece a uma estratégia política concebida en las altas esferas políticas de la presidencia brasileña (Planalto) y del Ministerio de Relaciones Exteriores (Itamaraty) en Brasil para la suramericanización de la agenda política regional. (SÁNCHEZ CABARCAS, 2017, p. 31)

Dentre os temas centrais das três cúpulas realizadas entre 2000 e 2004²⁶, destacam-se dois. O primeiro foi a convergência entre o MERCOSUL e a CAN, buscando estabelecer uma zona de livre comércio entre os blocos até 2002 (COMUNICADO DE BRASÍLIA, 2000). Segundo Sánchez Cabarcas (2017), este primeiro tema que, apesar de não ter sido cumprido no ano em específico, em 2004 foi

²⁵ Esta é a primeira vez que são reunidos todos os países sul-americanos, inclusive Guiana e Suriname.

²⁶ I Cúpula Sul-Americana em Brasília (2000), II Cúpula Sul-Americana em Guayaquil (2002) e III Cúpula Sul-Americana em Cuzco e Ayacucho (2004).

convencionado o Acordo de Complementação Econômica No. 59, estabelecendo tal zona de livre comércio entre os blocos.

O segundo, foi a integração infraestrutural da América do Sul. Nesse sentido, logo na primeira Cúpula, foi criado o Plano de Ação para IIRSA, o qual definia como objetivo a

ampliação e modernização da infraestrutura física na América do Sul, em especial nas áreas de energia, transportes e comunicações, com vistas a configurar eixos de integração e de desenvolvimento econômico e social para o futuro espaço econômico ampliado da região, tendo presente, em particular, a situação dos países que enfrentam dificuldades geográficas para ter acesso por via marítima aos mercados internacionais (COMUNICADO DE BRASÍLIA, 2000)

De acordo com Couto (2012, p. 41), dentro de um cenário internacional de diversas crises financeiras (como a asiática e a mexicana), “a IIRSA representou uma tentativa de resgatar a corrente de investimentos em infraestrutura para a região”.

A construção dos projetos da IIRSA foi dividida a partir eixos de integração e desenvolvimento, sendo eles o: Andino, de Capricórnio, do Amazonas, do Escudo das Guianas, do Sul, Interoceânico Central, MERCOSUL-Chile e Peru-Brasil-Bolívia. No entanto, segundo Costa e Ferreira (2013) e Luce (2007), a IIRSA passou a ser criticada e posta em cheque na medida em que se baseava em uma proposta neoliberal de promoção da integração regional, não como forma de aumentar o comércio intrarregional, mas sim de criar “corredores de exportação” de matérias-primas para grandes empresas (não necessariamente sul-americanas) aos mercados internacionais, como seu próprio objetivo explicita. Para Novoa (2009, p. 200), “A IIRSA é uma arma imperialista/sub-imperialista inteligente com embalagem de desenvolvimento e integração”. Uma demonstração disso foi o maior enfoque em projetos pequenos de transporte, envolvendo, em sua maioria, apenas um país²⁷, enquanto que a integração energética era relegada a um segundo plano. (BARROS; PADULA, 2011; MARIANO, 2014; HONÓRIO, 2013)

No caso da integração energética, Milani e Muños (2014) destacam a contradição existente na região: apesar de a América do Sul ser superavitária na produção energética, existe uma desigualdade na distribuição e demanda por este bem, muito em função da débil integração energética sul-americana. Assim, enquanto

²⁷ 83% dos projetos são de âmbito nacional, 15% binacional e 2% multinacional (IIRSA, 2011).

Venezuela e Colômbia são grandes produtores e têm grandes superávits, Argentina e Brasil não conseguem cobrir o seu consumo.

Como fulcro da problemática está a presença das agências financiadoras internacionais como coordenadora dos projetos, dando-lhes a liberdade de selecionar as obras infraestruturais que melhor beneficiem os interesses do capital. O trabalho técnico da IIRSA era dividido em Grupos de Trabalho Executivo (GTEs), subordinados ao Comitê de Coordenação Técnica (CCT), composto pelas instituições financiadoras²⁸, que, por sua vez, receberiam as orientações do Comitê de Direção Executiva (CDE), fórum de ministros de infraestrutura e planejamento dos doze países da região (COUTO, 2010, p. 40). Isso demonstra, segundo Barros e Ramos (2013), a insuficiência do modelo de financiamento via organizações internacionais de fomento e a centralidade política e econômica dos Estados-nação para a viabilização das obras de integração na América do Sul.

O tempo de maturação de investimentos em infraestrutura para a integração regional sul-americana é muito grande vis-à-vis as condições de crédito disponíveis ao setor privado. Deixados ao mercado, os critérios de rentabilidade e de tempo de retorno do investimento, elementos que compõem o cálculo da taxa interna de retorno (TIR), tornariam estas obras inviáveis, a menos que o Estado crie as condições de financiamento de longo prazo (que o setor privado não possui). (CALIXTRE; BARROS, 2010, p. 20)

Em busca de institucionalizar o diálogo multilateral iniciado pelas Cúpulas Sul-Americanas, no ano de 2004 foi lançada a CASA a partir da iniciativa do então presidente Lula. No entanto, Sánchez Cabarcas (2017) aponta que tal iniciativa foi vista com certa desconfiança de alguns líderes, resultando na ausência do argentino Eduardo Duhalde, do paraguaio Nicanor Duarte e do uruguaio Jorge Batlle, todos parceiros mercosulistas do Brasil. O receio destes líderes era o MERCOSUL ser colocado em segundo plano por parte do Brasil, na medida em que expandia seu projeto de integração para a América do Sul como um todo, inclusive Guiana e Suriname.

A I Reunião de Chefes de Estado da CASA aconteceu em Brasília, no ano seguinte, e resultou na Declaração de Brasília a qual estabelece que

²⁸ Sua principal fonte de financiamento eram as instituições financeiras internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a antiga Corporação Andina de Fomento (CAF – hoje Banco de Desenvolvimento da América Latina) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

No campo econômico, os propósitos da Comunidade Sulamericana de Nações incluem o avanço e consolidação do processo de convergência rumo ao estabelecimento de uma zona de livre comércio sul-americana, com vistas a seu aperfeiçoamento, assim como a promoção do crescimento econômico e a redução das assimetrias, quando possível, mediante a complementação das economias dos países da América do Sul (CASA, 2005).

No entanto, a tensão em relação ao projeto comercial brasileiro se mantinha. Além da ausência de alguns líderes (Argentina, Colômbia, Guiana, Suriname e Uruguai), a CASA sofria duras críticas do presidente venezuelano Hugo Chávez, quem via neste projeto uma simples expansão da integração tradicional e neoliberal levada a cabo por MERCOSUL e CAN (COELHO e SCOLESE, 2005). Frente a isso, dois meses após o encontro em Brasília foi convocada uma reunião extraordinária onde se estabeleceu uma Comissão Estratégica de Reflexão sobre o Processo de Integração Sul-Americano, onde foi discutida a integração em todos seus âmbitos (SÁNCHEZ CABARCAS, 2017).

Com base no documento elaborado em tal comissão foram elencadas na II Cúpula de Chefes de Estados da CASA em Cochabamba (2006) os seguintes objetivos da integração sul-americana: i) superação das assimetrias para uma integração equitativa, ii) um novo contrato social sul-americano, iii) integração energética, iv) infraestrutura, v) integração financeira, vi) integração industrial e produtiva, e vii) reconhecimento dos direitos civis, políticos, trabalhistas e sociais do povo sul-americano (CASA, 2006). Ou seja, a temática da zona de livre comércio presente na declaração da reunião anterior foi abafada, emergindo temas sociais e infraestruturais.

Frente ao fracasso do desenvolvimento das obras infraestruturais sob a estrutura original da IIRSA e a cobrança que os novos governos começaram a fazer por uma planificação territorial que atendesse aspectos sociais e de desenvolvimento econômico, em 2006 foram instituídos os Coordenadores Nacionais, formado pelos ministros dos Estados-membro, os quais passaram a ter um espaço formal na IIRSA para discutir as linhas da iniciativa sem a presença do CCT (COUTO, 2010, HONÓRIO, 2013).

Ainda assim, Mariano (2014) afirma que

não foram introduzidas mudanças significativas na Iirsa que permitissem superar os problemas já relatados. Os projetos desenvolvidos a partir de parcerias público-privadas (PPP), coordenados por agências regionais de fomento e com participação limitada dos Estados não conseguiram avançar, permanecendo a maioria na fase de estudos, apesar do reconhecimento de sua

importância para os países da região e para a integração como um todo (MARIANO, 2014, p. 247)

Além disso

o elemento central para explicar essa lentidão permanece sendo a falta de instituições próprias para gerir os projetos, pois o Comitê de Direção Executiva (CDE) encarregado de acompanhar essas questões reuniu-se com uma periodicidade que variava entre quatro a onze meses, tornando todo o procedimento bastante moroso. (MARIANO, 2014, p. 248)

Paralelamente à construção da IIRSA, se criou o PPP em 2001, como um acordo entre o México (mais especificamente a parte sul mexicana) e os países centro-americanos, em busca de desenvolver a região, com atenção especial à integração infraestrutural. Segundo Toussaint Ribot (2014), o PPP tinha como base três dimensões: o crescimento econômico; a administração sustentável dos recursos naturais; e o desenvolvimento social e humano.

No entanto, Vega (2011a) aponta que as reações ao PPP foram diversas:

en México, los medios de comunicación argumentaron que no se tomaba en cuenta la opinión de los pobladores, las organizaciones no gubernamentales (ong) expresaron un rechazo contundente, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (ezln) argumentó que el PPP formaba parte de una estrategia de contrainsurgencia y, por último, los intelectuales criticaron el plan por considerar que existía una contradicción entre la integración regional y la nacional. En cambio, en el escenario centroamericano las opiniones fueron encontradas: por un lado, los gobiernos y los empresarios locales manifestaron su opinión en favor del PPP, mientras que los analistas pusieron en evidencia que las asimetrías entre México y Centroamérica podrían distorsionar los logros y manifestaron serias dudas en torno al financiamiento de los proyectos. (VEGA, 2011a, p. 216)

Para Alvarez Béjas (2001), o PPP

se trata más bien del aseguramiento pactado de un codiciado enclave transnacional para el comercio global, una macrorregión rica en recursos energéticos, hidráulicos, bióticos y de mano de obra barata, con enorme potencial en servicios de transporte multi-modal transoceánico, amenazada desde hace mucho por la inestabilidad social que genera el agravamiento de una polarización extrema de la riqueza, lo mismo entre los habitantes del sur-sureste mexicano que entre los de Centroamérica (ALVEREZ BÉJAS, 2001, p. 131-132)

Em 2008, o PPP foi reavaliado, considerando que era necessária a criação de “*un espacio político de alta jerarquía para articular los esfuerzos de cooperación,*

desarrollo e integración de nueve países” (VEGA, 2011a, p. 221). A partir disso, o PPP foi relançado como Projeto de Integração e Desenvolvimento Mesoamérica (Projeto Mesoamérica) tendo como principais objetivos: *“fortalecer la institucionalidad, mejorar la articulación con otros mecanismos regionales, establecer procesos sistemáticos de gestión de proyectos y mejorar la comunicación de objetivos y logros”* (VEGA, 2011a, p. 221). Ainda segunda a autora, a principal mudança foi a substituição do esquema original de oito Iniciativas Mesoamericanas, por algo mais pragmático, com projetos específicos, como projetos de integração: energética; de telecomunicações, de transporte; comercial; de saúde pública; de sustentabilidade e de redução de riscos de desastres naturais.

Em termos geopolíticos, para Velázquez Flores (2010, p. 144), *“México y Colombia buscaban ser el ‘factor de equilibrio’ en América Latina frente a los populismos de izquierda de otros países y contrarrestar otros procesos de integración como la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América”*.

No entanto, ainda segundo a autora, o Projeto tem três grandes dificuldades:

La primera está relacionada con la capacidad de gestión de los distintos gobiernos para obtener recursos, la disposición de los organismos financieros internacionales para el otorgamiento de estos, y las posibilidades presupuestales internas de cada uno de los países. La segunda apunta a que, más allá de los cambios en la estructura organizacional y en la dinámica de trabajo, persiste una buena cantidad de instancias organizativas, técnicas y de enlace que hacen más compleja la estructura y dificultan la operatividad de los proyectos. Y, la tercera, que está vinculada a la idea de que el Proyecto Mesoamérica se interesa más en garantizar las condiciones para el libre tránsito de mercancías y contribuir al fortalecimiento de los tratados de libre comercio, que en buscar el desarrollo y la prosperidad de los habitantes de la región. (TOUSSAINT RIBOT, 2014, p. 189)

Ou seja, tanto a IIRSA quanto o PPP são projetos de uma mesma época, desenvolvidos em regiões diferentes na região, promovidos por diferentes lideranças (Brasil e México, respectivamente) mas com propósitos e dificuldades muito parecidas. Assim,

Observados a partir de uma perspectiva ampla, o IIRSA e o Plano Puebla-Panamá são duas partes de um mesmo projeto: os dois foram supostamente idealizados por algum presidente da região, no primeiro caso Fernando Henrique Cardoso, do Brasil e no segundo Vicente Fox, do México. Com toda distância cultural, intelectual e política que há entre ambos, os dois supostamente traçaram, ao mesmo tempo, projetos similares e geograficamente conectados. As negociações e realizações específicas variam de acordo com as condições sub-regionais, mas os fundamentos dos projetos,

não: construir uma infra-estrutura de comunicações, transportes e geração de energia que constitua um ágil e dinâmico sistema circulatório que permita enlaçar as economias regionais ao mercado mundial (CACENA, 2009, p. 207).

Concomitante com essa preocupação infraestrutural, que ainda carrega o caráter comercialista de integração, a integração latino-americana passou por uma reformulação e intensificação. Enquanto Tussie e Trucco (2010, *apud* BRICEÑO RUIZ, 2014) chamam esse período de “regionalismo poscomercial”, Veiga e Rios (2007) e Sanahuja (2009) definem-no como “regionalismo posliberal”. Basicamente, estes conceitos advogam que neste momento o fulcro do regionalismo deixou de ser a liberalização comercial, reposicionando o Estado como pedra fundamental e propulsora da integração. Riggiozzi e Tussie (2011) vão além e cunham o termo “regionalismo pós-hegemonico”, o que estabelece uma contestação direta ao poder hegemônico capitalista, no caso, os EUA. Dentre as iniciativas que podem ser elencadas estão: a derrota da ALCA, a reformulação do MERCOSUL, a criação da ALBA, a UNASUL – e seus projetos, como o Conselho de Defesa Sul-Americano e o Banco do Sul – e a CELAC.

3.4.1 A derrota da ALCA e a nova estratégia de inserção dos Estados Unidos

Podem ser elencados quatro fatores, além da nova realidade política sul-americana, para a derrota da ALCA na IV Cúpula das Américas em 2005. O primeiro deles foi a precarização da situação do México no NAFTA ao passar dos anos, seja social (com o aumento da miséria e da violência) ou economicamente (com sua desnacionalização e vulnerabilidade) resultando em uma rejeição do modelo de integração regional ao qual o Estado mexicano foi inserido (OURIQUES, 2015). O segundo foi o fracasso das negociações sobre subsídios agrícolas na OMC durante a reunião ministerial em 2003, na medida em que os EUA justificavam aos países latino-americanos que esta temática seria negociada multilateralmente no âmbito da organização (QUILICONI, 2013).

O terceiro foi a própria pressão de setores estadunidenses que seriam prejudicados com a formação da ALCA via congresso, pois o *fasttrack* dado ao presidente já havia expirado, tendo o acordo, portanto, que ser debatido no âmbito legislativo (LUCE, 2007). E por fim, o quarto foi o trabalho em bloco do MERCOSUL durante as negociações da ALCA.

A partir dessa derrota, os EUA passaram a investir, então, na promoção de acordos bilaterais de livre comércio. Dentre os países que firmaram acordos de livre comércio com os EUA estão: Chile (2004), El Salvador (2006), Honduras (2006), Nicarágua (2006), Guatemala (2006), República Dominicana (2007), Costa Rica (2009), Peru (2009), Colômbia (2011) e Panamá (2012) (DESIDERÁ NETO; TEIXEIRA, 2012). Um dos resultados dessa proliferação de acordos na integração latino-americana foi a retirada da Venezuela da CAN em 2006, denunciando Colômbia, Equador e Peru pela negociação de tratados de livre comércio com os EUA, o que iria contra os interesses do bloco.

3.4.2 A reformulação do MERCOSUL

Frente ao cenário de crise econômica tanto no Brasil (1999) como na Argentina (2001), em função das políticas neoliberais adotadas por seus respectivos governos, a ascensão de governos progressistas como Lula (2003), Néstor Kirchner (2003), Tavaré Vázquez (2005) e Fernando Lugo (2008) provocou uma reformulação do MERCOSUL. A primeira iniciativa nesse sentido foi a assinatura por Lula e Kirchner já em 2003 do Consenso de Buenos Aires – que faz uma analogia com o Consenso de Washington –, onde estes se comprometeram a

intensificar a cooperação bilateral e regional com vistas a garantir a todos os cidadãos o pleno usufruto de seus direitos e liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento, em um âmbito de liberdade e justiça social (CONSENSO DE BUENOS AIRES, 2003).

Assim, o MERCOSUL passou a dar relevante peso a temas sociais e políticos, como demonstram as seguintes iniciativas: (a) o lançamento do FOCEM, em 2004, com operações a partir de 2007; (b) a assinatura do Protocolo de Direitos Humanos, em 2005; (c) a transformação da Comissão Parlamentar Conjunta em Parlamento do MERCOSUL, em 2006²⁹; (d) a realização das Cúpulas Sociais do MERCOSUL, a partir de 2006, como espaço aberto à participação de quaisquer atores da sociedade civil

²⁹ O PARLASUL (Parlamento do MERCOSUL) se estabelece como um órgão meramente consultivo, sem qualquer poder decisório.

organizada; (e) fomento à integração produtiva³⁰; (f) fortalecimento – mas sem real autonomia – da Secretaria do MERCOSUL 2007); (g) instauração de um sistema de solução de controvérsias pelo Protocolo de Olivos³¹ (2004); (h) estímulo da participação de outras esferas executivas pelo Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos; (i) livre circulação de bens e serviços culturais pelo Selo MERCOSUL Cultural (2008); entre outras (CAETANO *et. al.*, 2009 *apud* BARROS; RAMOS, 2013; GRANATO, 2014).

Desta forma, segundo Briceño Ruiz (2013), o MERCOSUL nasceu pautado em um cenário de regionalismo estratégico (com a marcada inclinação comercial), mas a partir do Consenso de Buenos Aires se estabeleceu como um modelo híbrido, adicionando a agenda do regionalismo social e produtivo. Granato (2014), ainda assim, destaca que o âmbito econômico-comercial do bloco não foi abandonado, como na eliminação da dupla cobrança da tarifa externa comum (TEC) (2005), na interconexão dos sistemas de informática das alfândegas nacionais (2010), na aprovação do Código Aduaneiro do bloco (2010), no plano de ação para o aprofundamento da liberalização do comércio de serviços (2008), nas diretrizes para a celebração de um acordo de investimentos (2010) e a criação de um sistema de pagamentos em moeda local para o comércio intrabloco (2007).

No entanto, Saraiva (2013) argumenta que o MERCOSUL teve um aumento das áreas abrangidas, sem aumentar, contudo, a capacidade decisória e a partilha de soberania, o que o neofuncionalista Schmitter define como *spillararound*. Isso converge com o que Carcanholo e Saludjian (2013) defendem, na medida em que para estes autores o Brasil e Argentina não fizeram mudanças significativas frente ao modelo anterior. Um dos exemplos levantados pelos autores é a continuidade das divergências econômicas entre os membros do MERCOSUL, mesmo com o estabelecimento do Protocolo de Olivos, em 2002, o qual criou um mecanismo de solução de controvérsias dentro do bloco³².

³⁰ Criação, em 2008, do Programa de Integração Produtiva, do Grupo de Integração Produtiva e de fundos de apoio à micro, pequenas e médias empresas. Segundo Granato (2014, p. 143) “A contribuição total inicial do Fundo é de U\$S 100 milhões, integrados conforme as seguintes porcentagens: 70% do Brasil, 27% da Argentina, 2% do Uruguai e 1% do Paraguai. Os benefícios são obtidos de forma inversamente proporcional às contribuições realizadas”.

³¹ Somente os Estados podem entrar com uma ação.

³² “*Por ejemplo el caso Botnia entre Argentina y Uruguay, el caso de Itaipú entre Brasil y Paraguay y las innumerables controversias comerciales entre Brasil y Argentina sobre un amplio conjunto de productos.*” (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2013, p. 50)

Como centro deste problema, Bernal-Meza (2013) destaca o posicionamento dos maiores do bloco:

Mientras Argentina ataba su proyección externa al MERCOSUR y su alianza con Brasil —ambos como los mecanismos centrales de su inserción internacional— la importancia del MERCOSUR, para Brasil, pasaba por ser el camino para la diversificación de sus relaciones internacionales, principalmente económicas y comerciales (BERNAL-MEZA, 2013, p. 5-6).

Além disso, o autor vê as relações Brasil-Argentina prejudicadas pelas medidas protecionistas deste último e pela “chavinização”³³ da política de Cristina Kirchner. Segundo Barreto Morales (2012), essa aproximação da Argentina à Venezuela teria conformado um triângulo estratégico na região.

Outra debilidade do MERCOSUL é a dificuldade na instituição da TEC, a qual colocaria o bloco como uma união aduaneira. Segundo Quiliconi (2013) a dificuldade na negociação da TEC se dá por sua estrutura baseada no sistema tarifário brasileiro, prejudicando os membros menores. Desta forma, produtos sensíveis ao Brasil mantêm altas tarifas enquanto que os que o país lidera (como o automotor e o açúcar) baixas.

Tema polêmico no MERCOSUL também é a negociação com a União Europeia. Iniciada em 1999, tal negociação jogou papel relevante na estratégia de barganha frente a negociações com os EUA. No entanto, as dificuldades fizeram com que fosse interrompida em 2004 e retomada em 2010. Segundo Sanahuja,

Las negociaciones con Mercosur están estancadas debido a unas ofertas de acceso al mercado que ambas partes consideran insuficientes, debido a la resistencia europea a abrir su mercado agrícola, y a la resistencia de Mercosur a una apertura amplia y relativamente rápida de los sectores industrial y de servicios (SANAHUJA, 2007, p. 93-94)

Soma-se a essas dificuldades ainda o desafio duplo pelo qual o MERCOSUL passou no ano de 2012. A partir da denúncia de ruptura da ordem democrática no Paraguai por meio da destituição do então presidente paraguaio Fernando Lugo, o país teve sua participação suspensa do bloco e, ao mesmo tempo, foi incorporada a Venezuela como membro pleno. A explicação para isso se inicia em 2006, quando o Estado venezuelano entrou com um pedido de adesão ao bloco, que só não havia sido

³³ Sánchez Cabarcas (2017) aponta para a proximidade da Argentina de Kirchner a Chávez, haja vista a intensa compra pelo governo venezuelano de títulos argentinos em socorro a crise que se instaurava no país.

ratificado pelo congresso paraguaio. Desta forma, com a suspensão do Paraguai, automaticamente foi liberada a incorporação da Venezuela. Nas análises, se por um lado autores denunciam a manobra realizada pelos demais membros do bloco na suspensão do Paraguai (LAFER, 2013), outros destacam os benefícios – geopolíticos, econômicos e energéticos – da Venezuela ao MERCOSUL (SLOBODA, 2014; SEVERO, 2012)³⁴.

Enfim, hoje o MERCOSUL é uma união aduaneira imperfeita, condicionada a estrutura intergovernamental que impede o avanço de suas estruturas institucionais sem o empenho político de seus Estados-membros (BERNAL-MEZA, 2013). Como afirma Ventura (2011, *apud* GAJATE, 2013), o processo decisório do MERCOSUL ocorre em “18 dias por semestre”, quando são reunidos o Conselho Mercado Comum e o Grupo Mercado Comum, ou seja, é uma integração “episódica e assistemática”. Nesse sentido, Malamud (2011, p. 236) vai além e afirma que “*En el corto plazo, es más probable que el Mercosur retroceda a zona de libre comercio a que se convierta en una organización supranacional*”.

3.4.3 ALBA: processo pós-hegemônico?

Com a chegada de Chávez à presidência da Venezuela no ano de 1999, iniciou-se um processo de aproximação e parceria entre seu governo e o do cubano Fidel Castro, onde a relação se pautava na troca de barris de petróleo venezuelano por médicos, técnicos, esportistas, educadores e etc. de Cuba (LANA SEABRA, 2014). A partir disso, o presidente Chávez propôs em 2001, durante a III Cúpula de Chefes de Estado e Governo da Associação do Caribe, a criação de um bloco que estimulasse tal relação e se contrapusesse a proposta da ALCA. Contudo, foi só em 2004, pela Declaração Conjunta realizada entre Chaves e Castro, que foi criada a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), que, em 2009, passou a chamar-se Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP). Tendo esse acordo entre Venezuela e Cuba como base, posteriormente, agregaram-se ao bloco: Bolívia (2006), Nicarágua (2007), Dominica (2008), Equador (2009), São Vicente e Granadinas (2009) e Antígua e Barbuda (2009).

Segundo Souza e Silva (2013), a ALBA é o bloco que mais se aproxima da visão de Marini sobre integração, na medida em que: a) tem uma postura anti-imperialista; b)

³⁴ Com a realização de eleições no Paraguai em 2013, o país foi reinserido ao MERCOSUL e seu Congresso aprovou (“confirmou”) a adesão da Venezuela ao bloco.

expande e privilegia a integração a nível político e social, como, por exemplo, no Tratado de Comércio dos Povos (TCP)³⁵ e no Conselho dos Movimentos Sociais; c) parte do princípio da cooperação e não competição entre seus membros; d) mantém uma busca de um projeto “grannacional”; e) estabelece instrumentos autônomos e conjuntos de integração em diversas áreas, como o SUCRE³⁶, o Banco da ALBA, as empresas grannacionais, a Petroamérica³⁷ e a Telesur; e f) assume o caráter socialista de seu movimento.

Gardini (2010), contudo, levanta algumas contradições dos membros da ALBA. A primeira delas é a entrada da Venezuela ao MERCOSUL, mesmo com um discurso contrário à postura comercialista que ainda desenvolve este bloco. Desiderá Neto (2011) destaca, contudo, que no caso particular da Venezuela, que tem um maior interesse e potencial para se estabelecer como uma das lideranças na América Latina, seu discurso altamente ofensivo frente ao capitalismo e aos EUA não é atrativo à maior parte da região. Por isso, para além da ALBA, a Venezuela busca inserir-se em outros blocos, como na CASA, posteriormente, UNASUL e MERCOSUL.

Além disso, Gardini (2010) também destaca o caso da participação da Nicarágua tanto na ALBA quanto no Tratado de Livre Comércio da América Central e República Dominicana impulsionado pelos EUA. Quanto ao Equador é questionado o Acordo de Preferências Tarifárias Andinas e Erradicação das Drogas entre Equador e EUA. E, por fim, indaga-se a permanência da Bolívia na CAN, mesmo este bloco estando em negociação de um Tratado de Livre Comércio com a União Europeia. Frente a isso, Gardini conclui que

Por un lado, esto confirma la inexorable necesidad de afrontar las realidades del comercio en detrimento de la retórica de la ideología. Por otro lado, también sugiere que las considerables ganancias comerciales tienden a prevalecer sobre los principios retóricos (GARDINI, 2010, p. 21)

³⁵ A partir de uma comparação com o conceito de “vantagens comparativas” desenvolvida pela teoria liberal do comércio, Cerezal, Molero Simarro e Montero Soler (2013) afirmam que a ALBA promove um regime de “vantagens cooperativas”, onde os Estados membro realizam um intercambio solidário.

³⁶ “El sistema funciona de manera que los pagos son contabilizados a través de la Unidad de Cuenta Común, en que el Sucre o XSU 1 gira alrededor de US\$ 1,25, y cada fin de semestre es hecha una compensación entre compras y ventas entre los países y solamente la diferencia es pagada en dólares” (LANA SEABRA, 2014, p. 62)

³⁷ A Petroamérica tem como objetivo defender a soberania sobre o petróleo, garantir a realização de todo o processo (desde a extração até o refino e distribuição), além da independência das flutuações especulativas do preço internacional do barril. Nomeado como Petroamérica, o projeto é dividido nos projetos subregionais Petrosul, Petroandina e Petrocaribe, sendo este último o mais avançado (LANA SEABRA, 2014).

Por fim, outra divergência identificada é de projetos, na medida em que *“mientras Bolivia y Ecuador enfatizan, respectivamente el ‘vivir bien’ y el ‘buen vivir’, inspirados en raíces indígenas, Venezuela está más cerca del modelo socialista cubano”* (GIACALONE, 2013, p. 144). Nesse sentido, pode-se inferir que a ALBA seja *de facto* um híbrido desses dois projetos.

3.4.4 UNASUL: regionalismo pós-liberal?

Em 2007, durante a I Cúpula Energética Sul-Americana, o presidente Chávez propôs a mudança de nome da CASA para UNASUL, por acreditar que o termo “união” desse um caráter mais político ao bloco, dando continuidade ao debate político que já vinha acontecendo na CASA.

Segundo Hirst (2013, *apud* SÁNCHEZ CABARCAS, 2017), a

Unasur fue una invención de Chávez y Lula. Realmente combinó en su momento las dos visiones, una más para el tema de desarrollo, de infraestructura, y el otro para una bandera política personal. Pero, en algo cumplió la función que Venezuela necesitó, y la Unasur lo trajo: puso a Venezuela adentro de la región (HIRST, 2013 *apud* SÁNCHEZ CABARCAS, 2017, p. 47).

No entanto, Barbosa (2013 *apud* SÁNCHEZ CABARCAS, 2017) destaca que

[...] no es exactamente la Unasur que Brasil quería, Celso Amorim propugnaba que la Unasur sería la extensión del Mercosur, tenía un sesgo más comercial- económico que político. Después, por lo que yo entiendo, por influencia de Chávez, Unasur cambió, se tornó una institución más política que comercial (BARBOSA, 2013 *apud* SÁNCHEZ CABARCAS, 2017, p. 79)

Dotando-se de personalidade jurídica internacional, a UNASUL, segundo Barros e Ramos (2013), sublinha o lado político e internacional da integração e a própria identidade sul-americana³⁸, tendo como objetivo

construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a

³⁸ Segundo Saraiva e Gavião (2015), em seu Tratado Constitutivo é mencionada três vezes a identidade sul-americana, enquanto que o comércio só uma.

infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (UNASUL, 2008a)

Quanto a seu organograma, para além do Conselho de Delegados, da Secretaria-Geral e da Presidência Pro-tempore, exercida por um dos Estados-membros anualmente, Pedroso (2014) resume a estrutura institucional da UNASUL da seguinte forma:

a Unasul é composta por conselhos formados por presidentes, chanceleres e outros funcionários da alta cúpula dos governos. O Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo é a instância máxima do organismo, o detentor de fato do poder de decisão e que atua de forma consensual. O Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores é responsável por implementar as decisões dos mandatários. Na sequência, seguem os conselhos temáticos. Os setores contemplados por esses conselhos são coerentes com os objetivos do organismo, cujos temas são: energia; defesa; saúde; desenvolvimento social; infraestrutura e planejamento; o problema mundial das drogas; economia e finanças; eleições; educação; cultura; ciência, tecnologia e inovação; segurança cidadã, justiça e crime transnacional (PEDROSO, 2014, p. 85)

Ou seja, mais uma vez, verifica-se a ausência da temática comercial entre seus objetivos e organograma, o que confirma a transformação iniciada na CASA. Segundo Meurier e Medeiros (2013), por análise realizada das formações discursiva na UNASUL, destacam-se:

i) uso de terminologia identitária conduzindo à dinâmica de formação do “nós” e, em consequência, dos “outros”: referências a “nações-irmãs”, “família sul- americana”, “Pátria Grande”; ii) busca de uma projeção internacional para a identidade coletiva, ligada à construção da Unasul como ator de defesa e exposição dos interesses de seus membros internacionalmente; iii) dimensão de conteúdo: baseada em experiências históricas e elementos culturais compartilhados, fazendo-se uso especialmente de simbologia relacionada aos movimentos de independência; iv) dimensão normativa: remete-se ao compartilhamento de valores como princípios da integração regional ou como seus objetivos; v) está inserida em uma narrativa cíclica que envolve passado, presente e futuro em comum (MEUIER; MEDEIROS, 2013, p. 704-705).

Desta forma, a UNASUL parte de uma lógica inversa à normalmente aplicada nos processos de integração: primeiramente busca-se a concertação política, para depois, ter, como consequência, a expansão comercial (MEUIER; MEDEIROS, 2013).

Segundo Saraiva (2013), a UNASUL se aproximaria mais de um instrumento de “governança regional” – ou de “cooperação política”, segundo Llenderrozas (2012) –,

do que de um clássico processo de integração. Utilizando-se de um caráter intergovernamental – baseado em consenso – de baixa institucionalidade, a UNASUL permite a manutenção da autonomia de seus membros, como demonstra o artigo 13º de seu Tratado Constitutivo: “Qualquer Estado Membro poderá eximir-se de aplicar total ou parcialmente uma política aprovada, seja por tempo definido ou indefinido, sem que isso impeça sua posterior incorporação total ou parcial àquela política” (UNASUL, 2008a).

Tal intergovernamentalismo, somado à baixa institucionalização, no entanto, pode levar a uma paralisia do bloco, na medida em que ao mesmo tempo em que a participação dos doze países lhe dá peso e legitimidade, também pode gerar problemas na coordenação dos diferentes modelos e projetos tidos por seus membros (GARDINI, 2010; DABBÈNE, 2012; MEUIER; MEDEIROS, 2013). Nesse sentido, Briceño Ruiz e Hoffmann (2015, p. 49) definem a UNASUL como uma “*umbrella organization*”, a qual busca uma cooperação política e securitária, fugindo, portanto, da temática comercial onde as diferenças tendem a serem maiores.

Nesse sentido, é interessante analisar o processo de ratificação da UNASUL. Como estipulado por seu Tratado Constitutivo, este só entraria em vigor no momento que fosse ratificado por, no mínimo, nove membros. Desta forma, o processo de ratificação do Tratado por parte de todos os seus membros se deu entre 2008 e 2011, seguindo a seguinte ordem: Bolívia (2008), Equador (2009), Guiana (2010), Venezuela (2010), Peru (2010), Argentina (2010), Chile (2010), Suriname (2010), Uruguai (2010), Colômbia (2011), Paraguai (2011) e, por fim, Brasil (2011). Dentre as motivações para a ratificação, pode-se levantar o interesse na: a) resolução de conflitos e disputas territoriais (Bolívia, Peru, Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia, Venezuela), b) consolidação da democracia (Peru, Chile), c) inserção mais profunda na região (Suriname e Guiana) (SANCHÉZ CABARCAS, 2017) e d) projeção de agendas/projetos regionais (Brasil e Venezuela).

Dentre as ações que compõem a UNASUL, destacam-se: a IIRSA/COSIPLAN, no plano infraestrutural; o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), no plano securitário; e o Banco do Sul, no plano financeiro (CALIXTRE; BARROS, 2011).

3.4.4.1 IIRSA/COSIPLAN

Com a constituição da UNASUL, houve a criação do COSIPLAN em janeiro de 2009, e em 2011 a IIRSA foi incorporada por esse novo conselho. Segundo Desiderá Neto e Teixeira (2012), isso se deu como forma de manter o processo de integração infraestrutural sob a liderança política do bloco, atendendo os interesses regionais, e não de escoamento de exportação. É importante também destacar que com isso, a questão energética passou a ser trabalhada especificamente pelo Conselho Energético Sul-Americano que compõe também o quadro institucional da UNASUL. Dessa forma, o COSIPLAN outorga à integração infraestrutural sul-americana uma estrutura institucional, onde o comitê coordenador é composto pelos ministros de infraestrutura (e/ou equivalentes). Ainda assim, suas decisões tomadas por consenso e a falta de clareza hierárquica (MARIANO, 2014) prejudicam o funcionamento pleno da instituição.

Dentro do COSIPLAN, existe a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) e o Plano Estratégico de Infraestrutura (PAE). Enquanto este último determina as ações necessárias para o avanço da infraestrutura regional em uma perspectiva de 10 anos, a API “*consiste en un conjunto de 31 proyectos estructurados por un monto de inversión estimado en US\$20.148,6 millones, de carácter estratégico y de alto impacto para la integración física y el desarrollo socio-económico regional*”³⁹ (COSIPLAN, 2017, N/A).

Quanto ao financiamento, as ações desenvolvidas pelo Comitê Coordenador e Grupos de Trabalhos são financiadas pelos próprios Estados membros, enquanto que as instituições financeiras seriam responsáveis pelos projetos levados a cabo pela IIRSA. Desta forma, Honório (2013, p. 64) avalia “uma tentativa de diminuir a participação dos bancos multilaterais regionais nas reuniões do Comitê de Coordenadores, uma vez que ao CCT só caberá financiar as ações que forem de caráter técnico no âmbito da IIRSA.”

No horizonte deste Plano de Ação Estratégico, o Cosiplan deverá ampliar a promoção dos empreendimentos de sua carteira, especialmente daqueles que integram a API, visando à obtenção de recursos de outras fontes além dos órgãos que constituem o CCT, para que os países possam avançar nas etapas preliminares desses projetos (PAE, 2011, *apud* HONÓRIO, 2013, p. 64)

³⁹ Segundo a COSIPLAN (2017), “Un proyecto estructurado es aquel que consolida redes de conectividad física con alcance regional, con el propósito de potenciar sinergias existentes y solucionar las deficiencias de la infraestructura implantada”

No entanto, a instituição que realmente se destacou no financiamento da infraestrutura na região foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) brasileiro. Segundo Santos (2013), fatores como a dificuldade de acesso a outros financiadores, a ausência de grandes empresas regionais de infraestrutura e a inexistência de condicionalidade facilitam a atuação brasileira na região. Ou seja, a infraestrutura foi o carro-chefe da atuação do Brasil (e de empresas brasileiras) na América do Sul, tema este que será aprofundado no Capítulo 4.

3.4.4.2 CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO

A América do Sul é frequentemente considerada uma região pacífica, haja vista seu não envolvimento em grandes conflitos e guerras. No entanto, para além de guerras interestatais, a segurança de uma região também pode ser medida por outros riscos, como a ingerência de potências extrarregionais, narcotráfico e contrabando. No caso da América do Sul, estes três últimos fatores de risco são preponderantes quando se pensa em segurança da região, sem negligenciar também, claro, os conflitos “tradicionais”, como por delimitação fronteiriça presentes da região (MALAMUD; RODRIGUEZ, 2013).

Entre os acordos e mecanismos criados na região em termos de segurança, estão:

o “Tratado Americano de Soluções Pacíficas”/Pacto de Bogotá (1948), a “Zona Livre de Armas Nucleares na América Latina”/Tratado de Tlatelolco (1967), a “Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul” (1986), o “Acordo de Mendoza”, entre Argentina, Brasil e Chile (1991), proibindo a proliferação, a posse e o uso de armas químicas e biológicas, a “Zona de Paz Sul-Americana”/ Comunicado de Brasília (2000), a inauguração das “Reuniões de Ministros da Defesa da América do Sul” (a primeira ocorrendo no Rio de Janeiro em 2003), além do crescente adensamento das relações bilaterais entre Brasil e Argentina, desde a década de 1980, na área nuclear, com a abdicação da fabricação e emprego por ambos de armas atômicas e a instituição da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares/ABACC (única organização binacional de salvaguardas nucleares do mundo), culminando no “Acordo Bilateral de Cooperação em Matéria de Defesa”, firmado em 2007. (FUCILLE, 2014, p. 122)

De acordo com Saint-Pierre (2009), o Brasil já havia demonstrado seu interesse na criação de um conselho de defesa sul-americano. No entanto, naquele momento, a desconfiança dos vizinhos em uma possível política subimperialista brasileira estava mais em voga, como demonstra a reprovação pública por parte do então presidente

colombiano Álvaro Uribe. Desta forma, frente à impossibilidade da criação de tal conselho sem um apoio unânime, o Brasil adiou a votação para um momento mais oportuno.

Esse momento logo apareceu. O primeiro desafio à região foi a crise boliviana em 2008. Com a eleição de Evo Morales à presidência da Bolívia, sendo o primeiro presidente indígena do país, iniciou-se um processo profundo de reformas políticas, econômicas e tributárias, as quais provocaram um confronto direto com os grandes empresários, latifundiários e políticos locais. (SÁNCHEZ CABARCAS, 2017)

O grupo de oposição a Morales lançou, então, um processo separatista do departamento de Santa Cruz, região essa onde se concentra a elite branca boliviana e sua maior riqueza econômica: os hidrocarbonetos. Além disso, a influência estadunidense na região e no próprio processo separatista era latente, levando a expulsão do embaixador estadunidense por Morales. Frente a isso, a mobilização sul-americana em defesa de Morales foi geral, sendo dividido em dois grupos,

El grupo “moderado” estaba compuesto por los presidentes Lula, Bachelet y Álvaro Uribe, que deseaban una negociación entre los actores en pugna; mientras que el grupo “fuerte” lo conformaban los presidentes Chávez, Correa y Fernández de Kirchner, que buscaban intervenir política o militarmente (de ser necesario) en Bolivia (SÁNCHEZ CABARCAS, 2017, p. 122)

Após debates, a UNASUL optou por adotar o tom mais moderado e elaborou a Declaração da Moeda (UNASUL, 2008d), na qual condenou o movimento separatista e destacou a grande aprovação das medidas de Morales a partir do referendo realizado em agosto de 2008.

Outra crise instaurada na região, agora no Equador, em 2010, gerou um confronto direto entre os setores policiais e militares equatorianos contra o presidente Rafael Correa. Segundo Sánchez Cabarcas (2017), o cenário político, econômico e social do Equador já vinha deteriorando-se desde os governos neoliberais dos anos 1980 e 1990. Frente a isso, Correa foi eleito com uma proposta nacionalista e de justiça social. No entanto, a revolta do setor policial frente à redução de bônus e incentivos à categoria, provocou uma grande greve e violentos protestos, chegando até em agressão ao presidente.

Mais uma vez, a UNASUL condenou o que, em consonância a Correa, chamou de “tentativa de golpe de Estado”, defendendo a ordem democrática, a paz social e o

respeito aos direitos humanos. A partir desta crise, foi elaborado o Protocolo Adicional de Compromisso com a Democracia, o qual estipulou a

Suspensión del derecho a participar en los distintos órganos, e instancias de la UNASUR, así como del goce de los derechos y beneficios conforme al Tratado Constitutivo de UNASUR. b. Cierre parcial o total de las fronteras terrestres, incluyendo la suspensión y/o limitación del comercio, tráfico aéreo y marítimo, comunicaciones, provisión de energía, servicios y suministros. c. Promover la suspensión del Estado afectado en el ámbito de otras organizaciones regionales e internacionales. d. Promover, ante terceros países y/o bloques regionales, la suspensión de los derechos y/o beneficios del Estado afectado, derivados de los acuerdos de cooperación de los que fuera parte. e. Adopción de sanciones políticas y diplomáticas adicionales (UNASUL, 2010).

Por fim, entre os anos de 2008 e 2010 se desenvolveu a crise andina, a qual pode ser dividida em três momentos:

la Operación Fénix de 2008, que implicó el bombardeo de Colombia a un campamento de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) en territorio de Ecuador; las consecuencias políticas de la firma del Acuerdo de Cooperación Militar entre Colombia y Estados Unidos de 2009; y la denuncia ante la OEA de Bogotá a Caracas sobre la presencia de las FARC en su territorio en 2010 (SÁNCHEZ CABARCAS, 2017, p. 149)

Quanto aos casos envolvendo as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), seu maior desafio imposto à UNASUL foi a divergência de posicionamentos sobre grupo. Enquanto a Colômbia matinha uma ofensiva (política, militar e ideológica) contra as FARC, denunciando-os como um grupo guerrilheiro, terrorista e narcotraficante, a Venezuela via o grupo como uma resistência às políticas neoliberais e ao alinhamento colombiano aos EUA. Nesse sentido, a grande vitória ficou para a Colômbia, a qual conseguiu criminalizar as FARC, como mostra o artigo 3 da Cúpula Extraordinária da UNASUL (UNASUL, 2008b): “rechaça a presença ou ação de grupos armados à margem da lei, que exerçam ou propiciem a violência qualquer que seja sua origem”.

Quanto à crise diplomática gerada na assinatura da cooperação militar entre Colômbia e EUA, os governos de Chávez, Correa e Morales não conseguiram alcançar um acordo coletivo de rechaço a tal acordo, o que garantiu mais uma vitória para a Colômbia. Em seu comunicado sobre o tema, a UNASUL declarou o reconhecimento dos acordos de cooperação militar seguindo os princípios de soberania, integridade e

inviolabilidade territorial, sem condenar, portanto, tal acordo. Além disso, Sánches Cabarcas (2017) destaca que apesar de o Brasil ter assinado um tratado na mesma natureza com os EUA dois dias depois da assinatura da Colômbia, a condenação ao governo brasileiro⁴⁰ foi mínima em comparação ao colombiano.

Frente a estas crises políticas e diplomáticas, a nível doméstico e regional⁴¹, o Brasil aproveitou esse cenário para propor o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) já na reunião de chefes de Estado da UNASUL em 2008.

Via de regra, conforme os modelos teóricos tradicionais, a defesa nacional acaba por aparecer como um dos últimos estágios do processo de integração regional. No caso sul-americano, esta proposta parece ter sido invertida, aparecendo como a pavimentadora de outros processos integrativos e na formação discursiva da construção de identidades e interesses comuns na América do Sul (FUCCILLE, 2015, p. N/A).

Firmado seu estatuto em dezembro deste mesmo ano, o CDS se define como “*un órgano de consulta, cooperación y coordinación en materia de Defensa*” (UNASUL, 2008c). Ou seja, não se estabelece como um sistema de defesa coletiva, tampouco uma aliança militar, mas sim um órgão consultivo. Dentre seus objetivos estão: consolidar a América do Sul como uma zona de paz, construir uma identidade sul-americana de defesa e gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa. (UNASUL, 2008c)

Para Fuccille,

Entre uma Colômbia que se enxergava insulada, cercada de governos esquerdistas (para não falarmos dos estreitos vínculos político-ideológicos com Washington e a colaboração na área castrense via Plan Colombia), e uma Venezuela histrionica que defendia a criação de um instrumento militar operacional comum chamado Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS, nos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte/OTAN), acabou vingando a proposta de implementação de uma estrutura suavizada – subordinada a um bloco regional multipropósito como a UNASUL –, de concertação entre seus integrantes, capaz de fomentar o intercâmbio nos campos da segurança e defesa, cujas decisões só têm validade se acordadas por consenso e com previsão de ao menos um encontro anual ordinário entre seus ministros da Defesa (FUCCILLE, 2014, p. 117).

⁴⁰ Chávez disse: “*Así como el acuerdo con Colombia fue una modernización de los que teníamos de mucho antes, este no cambia en forma sustancial las relaciones. Lo que se está haciendo con Brasil es algo muy parecido*” (SÁNCHEZ CABARCAS, 2017, p. 171).

⁴¹ Yuanqui Guerra (2017) também destaca a reativação da IV Frota dos EUA em julho de 2008, como um dos motivos para a iniciativa brasileira.

Assim, para além do interesse brasileiro na construção da instituição, Fuccille (2015) destaca os possíveis interesses dos demais países da região

da perspectiva argentina interessava aglutinar novos atores ao pleito de que “as Ilhas Malvinas são argentinas” e todos os desdobramentos que esta questão encerra; o passando por um Paraguai acossado por problemas internos que culminou no surgimento do grupo guerrilheiro Exército do Povo Paraguaio (EPP); uma Venezuela que, ainda que aquém do modelo desejado pelo comandante Chávez, o enxergava como um importante instrumento para evitar o encapsulamento ou até mesmo uma ação direta por parte dos EUA; aos outros bolivarianos da região, Bolívia e Equador, que interessavam buscar garantias ante ações desestabilizadores do tipo que se passou com e após o episódio de Angostura; para a Colômbia, ainda que reticente a princípio e temendo o isolamento, a possibilidade de um maior comprometimento e compreensão dos países vizinhos com o flagelo do conflito interno vivido por este; o Peru e Chile, com preparos e capacidades militares bastante distintos, buscavam reforçar a solução dos litígios por vias diplomáticas e eventualmente por meio de tribunais internacionais; ao norte Guiana e Suriname enxergando uma possibilidade para o aprofundamento de sua “sulamericanização” (em contraste com a histórica vocação caribenha); e, finalmente, com o CDS o Uruguai conseguia superar suas ressalvas a uma preocupante colaboração militar mercosulina entre Brasil e Argentina que causava grande desconforto em Montevidéu. (FUCCILLE, 2015, p. N/A)

Segundo Barreto (2012) e Santos (2013), o CDS se estabelece como um marco de autonomização da questão da defesa na região, reduzindo a importância do TIAR e da Junta Interamericana de Defesa, os quais contam com presença dos EUA. Além desse caráter geopolítico, se destaca o Registro Sul-Americano de Gastos em Defesa, o qual busca promover o compartilhamento dos gastos de seus Estados membros em prol de uma maior transparência e aumento de confiança na região. A partir de uma análise dos dados do Registro, Sánchez Cabarcas (2017) afirma que

Las cifras permitieron desmentir el supuesto de una escalada militar en la región, demostrando que con la excepción de Ecuador ningún Estado superó el 2 % de su PIB en gasto militar, ni tampoco se presentó un promedio elevado (25 USD b.) durante el período 2006-2010. También se develó que gran parte del gasto procedía de pagos a personal y operaciones, y solo un 17.3 % se destinó a inversiones y un irrisorio 0.5 % a investigación. (SÁNCHEZ CABARCAS, 2017, p. 249)

Ou seja, há uma clara contribuição para a paz na região, a partir da redução das desconfianças e rivalidades entre seus membros. Soma-se a isso, ainda, a criação de um Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), em Buenos Aires, e a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE, em Quito, com o objetivo de estimular a harmonização

das políticas de defesa e o “intercâmbio em matéria de formação e capacitação militar.” (FUCCILLE, 2015, p. N/A).

No entanto, Fuccille (2015) classifica o CDS como uma política de governo e não de Estado, refletindo, portanto, em seu possível desaparecimento durante o processo de alternância de poder.

3.4.4.3 BANCO DO SUL

O projeto do Banco do Sul surge a partir de propostas tanto do governo argentino de Kirchner quanto venezuelano de Chávez. No entanto, só foi em 2007 assinada a ata fundacional por Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Observa-se, portanto, a presença somente dos membros do MERCOSUL e da ALBA. Dessa forma, na realidade, o Banco do Sul não faz parte em si da UNASUL, mas sim de uma parte de seus membros, ainda que os demais membros do bloco possam subscrever quantias ao banco.

É, então, em 2011 que a ata fundacional é concretizada a partir da assinatura do Convênio Constitutivo do Banco do Sul (BANCO DO SUL, 2011).

Depois da ata de fundação, a decisão mais relevante parece ter sido a definição do capital autorizado do Banco do Sul, no total de US\$ 20 bilhões. O capital subscrito totalizaria US\$ 7 bilhões. Este último seria dividido, conforme o quadro 2, em quatro grupos entre os fundadores. O grupo 1 comporta os países de grande porte entre os fundadores (Brasil, Argentina e Venezuela), e cada um deles aportaria US\$ 2 bilhões. O grupo 3 (Equador e Uruguai) é composto pelos países fundadores de porte médio (aporte de US\$ 400 milhões cada país), enquanto o grupo 4 (Bolívia e Paraguai) é formado pelos países de porte pequeno entre os países fundadores (aporte de US\$ 100 milhões para cada país). Os demais países da Unasul estariam divididos entre o grupo 2, de países médios (Colômbia, Chile e Peru), aportando US\$ 970 milhões cada, e o grupo 5, de países pequenos (Guiana e Suriname), cada um contribuindo com US\$ 45 milhões. (CARCANHOLO, 2011, p. 273)

O Banco do Sul, desta forma, se estabelece em meio a um debate mais amplo sobre a Nova Arquitetura Financeira Regional (NAFR), o qual iniciou na crise financeira de 2008/2009. Essa nova arquitetura teria como objetivo “diminuir a dependência da região dos fluxos financeiros internacionais, reduzir os custos, facilitar a obtenção de divisas para o comércio e financiar de maneira autônoma o desenvolvimento na região” (CARCANHOLO, 2011, p. 259). Segundo o Carcanholo (2011), a NAFR estaria assentada em três pilares: i) Um fundo regional de contingência

para gerenciar problemas de liquidez de curto prazo; ii) Um banco de desenvolvimento regional, no caso, o Banco do Sul; o qual financiaria projetos de médio/longo prazo, com o fim de desenvolver a capacidade produtiva da região e aumentar a autonomia frente aos bancos extrarregionais⁴²; e iii) a construção de um espaço monetário regional, criando um sistema de pagamentos regional e reduzindo a dependência do dólar, como o SUCRE gerenciado pela ALBA.

Em 2012, a partir da ratificação de cinco de seus membros, o Convênio Constitutivo entrou em vigência; no entanto, o processo de ratificação de seus membros ainda não foi finalizado, especificamente, pelos congressos do Brasil e do Paraguai. Isto é, as perspectivas para a concretização do bloco são vagas e vem perdendo força.

3.4.5 CELAC: a proposta latino-americanista

A onda integracionista na América Latina ganhou, em 2010, uma característica adicional: o latino-americanismo. Em meio à crise econômico-financeira mundial de 2008/2009, o Brasil convocou neste último ano a Cúpula da América Latina e sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) convocando os 33 países da América Latina e Caribe para sua primeira Cúpula neste mesmo ano na Costa do Sauipe. O resultado deste encontro foi a Declaração de Salvador, a qual “preconizava o alinhamento de posicionamentos em relação à crise financeira e a promoção da cooperação regional nas áreas de energia, infraestrutura, combate regional à fome e à pobreza, manejo sustentável de recursos naturais e desenvolvimento sustentável e proteção dos direitos humanos” (SILVA e DA SILVEIRA, 2013). Frente a isso, o México sugeriu que esta Cúpula se juntasse ao Grupo do Rio para formar uma comunidade dos Estados latino-americanos e caribenhos. No entanto, segundo Covarrubias Velasco (2016), o Brasil teria preferido manter a CALC.

Nesse contexto, o México convocou, em 2010, a Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe e então foi anunciada a união do Grupo do Rio com a CALC culminando na criação da CELAC. Segundo Covarrubias Velasco (2016, p. 337), “*el hecho de que la CALC no haya sobrevivido fue también un éxito para la diplomacia mexicana*”.

A CELAC teria, então, o objetivo de

⁴² Como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial.

construir un espacio común con el propósito de profundizar la integración política, económica, social y cultural de nuestra región, renovar y reforzar la unidad regional mediante el establecimiento de objetivos y mecanismos compatibles con la realidad de la misma y el desarrollo de los vínculos de solidaridad y cooperación entre los países de América Latina y el Caribe (CELAC, 2010).

Desta forma, a CELAC se estabelece – em um momento de crise nos países centrais (EUA e Europa) e ascensão dos países periféricos – como um bloco inovador por ser o primeiro a incluir todos os 33 países da América Latina e Caribe, inclusive Cuba, sem a presença dos EUA e Canadá⁴³. Ou seja, o bloco atualiza o latino-americanismo e tem a possibilidade de reduzir o peso da OEA e de Cúpulas como a das Américas e a Ibero-Americana, o que impulsiona a soberania da região.

Além disso, o bloco agradaria, principalmente, a dois Estados latino-americanos. O primeiro seria o México, pela elevação da integração sul-americana à latino-americana, permitindo sua reinserção nos projetos ao sul do continente. O segundo, seria a Argentina, pois *“it holds an instrumental view of the Latin American region as a whole and aims to include Mexico as a balancer to a possible hegemonic project on the part of Brazil”* (FLEMES; WEHNER, 2012, p. 15). Ou seja, a CELAC amplia a margem de manobra dos países médios frente ao Brasil.

No entanto, um obstáculo claro que o grupo enfrenta é sua abrangência, na medida em que ao mesmo tempo em que isso fortalece a ideia da América Latina mais unida, essa amplitude também se torna um obstáculo. Ou seja, os diferentes modelos de desenvolvimento adotado por seus membros e a própria preferência brasileira à América do Sul (SARAIVA, 2013) refletem uma profunda heterogeneidade política, econômica, infraestrutural, social, demográfica e cultural entre seus membros, que pode paralisar o bloco. Desta forma, o bloco só resistirá a partir de uma intensa mobilização e concertação política entre toda a região; o que a história até então descrita sobre a integração latino-americana mostra pouco factível.

⁴³ Além disso, destaca-se a formação de foros de convergência com a China (Foro CELAC-China) e União Europeia (Cúpula CELAC-UE).

3.5 Aliança do Pacífico: retorno ou continuidade?

Apesar de toda essa proliferação de iniciativas de integração de espectro temático mais amplo, Briceño Ruiz (2014) deixa claro que não houve uma ruptura total com o modelo de regionalismo aberto, na medida em que a “onda rosa” não atingiu a todos os países da região, como é o caso de Colômbia e México, e em menor medida Peru e Chile, os quais tiveram governos mais moderados. Além disso, os blocos como a CAN e a SICA mantiveram seu caráter comercial sem modificações e o próprio MERCOSUL, apesar de haver adicionado pautas políticas, sociais e infraestruturais em seu programa, ainda concentra sua essência na liberalização comercial.

Nesse sentido, a novidade está na contradição de ter sido criado um bloco regido pelo regionalismo aberto em meio a um período de auge de propostas mais amplas. Este é o caso da Aliança do Pacífico, anunciado em 2011⁴⁴, a partir da iniciativa do presidente peruano Alan García, inspirada em um projeto anterior, a Iniciativa do Arco do Pacífico.

O Arco do Pacífico foi criado em 2007, também por iniciativa de García, em resposta a crise institucional causada na CAN pela saída da Venezuela no ano anterior. Segundo Briceño Ruiz (2010), em um primeiro momento, a proposta de García era criar um bloco interno ao Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), no entanto, sua estratégia foi modificada para um bloco latino-americano mais amplo (incluindo não-membros da APEC – como a Colômbia).

Desta forma, a Iniciativa já deslumbrava a nova configuração do sistema internacional – a ascensão da Ásia-Pacífico – objetivando, portanto, aproveitar de seu posicionamento geoestratégico (banhados pelo Oceano Pacífico) para estabelecer uma aproximação econômico-comercial à região ascendente. A seguinte fala de Alan García deixa clara, tanto sua intenção, quanto a da Iniciativa:

El mesianismo internacional no es un elemento de la política peruana. No pretendemos ningún liderazgo ni exportación de ideas, sino simplemente tener criterios comunes con los países de América Latina que pertenecen al APEC, con los países que tienen Tratados de Libre Comercio (TLC) o están en vías de tenerlo con Estados Unidos y con los países que confían que la inversión y el comercio son instrumentos esenciales para derrotar a la pobreza (GARCÍA, 2007 apud BRICEÑO RUIZ, 2010, p. 57)

⁴⁴ Declaração de Lima (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2011).

No entanto, a abrangência do grupo⁴⁵ também refletia discrepância de interesses, na medida em que países como Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Panamá e Peru mantinham-se com governos neoliberais ou moderados, enquanto El Salvador, Honduras e Nicarágua estavam com governos de centro-esquerda (BRICEÑO RUIZ, 2010). Assim, como forma de melhor delimitar os interesses dos governos de tendência mais neoliberal, no ano de 2011, foi anunciado por Chile, Colômbia, México e Peru a formação da Aliança do Pacífico, formalizada no ano seguinte pela assinatura do Acordo Marco (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2012). Ou seja, de fato, a Aliança do Pacífico não teve nenhum custo para seus membros, na medida em que mantêm suas estratégias de inserção internacional baseadas no regionalismo aberto (SERRANO; GALARRETA, 2013, p. 20-21).

Para além do Arco do Pacífico, os fatores conjunturais que impulsionam a Aliança do Pacífico são: a) o boom econômico da Ásia; b) os acordos multirregionais sendo negociados na região da Ásia Pacífico, como o *Trans-Pacific Partnership* (TPP) e o *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP)⁴⁶; e c) a ascensão dos projetos de integração pós-neoliberais na América do Sul⁴⁷. Quanto a este último, Regueiro Bello esclarece que

La Alianza del Pacífico no nace en un contexto de penurias de la integración latinoamericana y caribeña, por tanto, no es la respuesta a una crisis de propuestas sino que responde a la emergencia de propuestas de naturaleza diferente a la de los TLC, es decir, nace como contrapropuesta a la filosofía de un nuevo regionalismo más autónomo del que también participan los miembros de la Alianza, pero al que temen devenga espacio privilegiado de interlocución, negociación y concertación. (REGUEIRO BELLO, 2016, p. 231)

Quanto à ligação do bloco aos acordos megarregionais, a autora afirma que pela consonância de interesses entre com TPP, a Aliança do Pacífico poderia ser temporal ou de médio prazo, até ser absorvida por essa instituição maior, classificando-a como um “acordo ponte”. No entanto, a própria autora destaca a possibilidade de se estabelecerem dificuldades no avanço do TPP, o que se mostrou verdadeiro com a retirada dos EUA

⁴⁵ Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Peru.

⁴⁶ TPP liderado pelos EUA e RCEP pela China.

⁴⁷ “As crises econômicas decorrentes da queda no preço do petróleo e de outras commodities como minério de ferro e soja, além de problemas de gestão macroeconômica, atingiram a estabilidade de diversos países da região. Diversos governos progressistas experimentaram desafios econômicos, junto com contestações e instabilidades políticas internas.” (SARAIWA e VELASCO JUNIOR, 2016, p. 309).

pelo presidente Donald Trump, aumentando, assim, a responsabilidade da Aliança do Pacífico como ator em si e por si nas negociações com os países asiáticos.

Assim, estando as partes

decididas a fortalecer los diferentes esquemas de integración en América Latina, como espacios de concertación y convergencia, orientados a fomentar el regionalismo abierto, que inserte a las Partes eficientemente en El mundo globalizado y las vincule a otras iniciativas de regionalización (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2012, N/A).

definem-se como objetivos do bloco:

- *“Construir, de manera participativa y consensuada, un área de integración profunda para avanzar progresivamente hacia la libre circulación de bienes, servicios, capitales y personas.*
- *Impulsar un mayor crecimiento, desarrollo y competitividad de las economías de las Partes, con miras a lograr un mayor bienestar, la superación de la desigualdad económica y la inclusión social de sus habitantes.*
- *Convertirse en una plataforma de articulación política, de integración económica y comercial, y de proyección al mundo, con especial énfasis al Asia Pacífico” (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2012, N/A)*

Na análise de seus objetivos, Gazol Sánchez (2017) identifica uma contradição, na medida em que ao buscar a liberalização do movimento de pessoas, estaria almejando a construção de um mercado comum, contudo, na parte seguinte do acordo, onde é descrita a forma como esses objetivos seriam alcançados é destacada a ação de *“liberalizar el intercambio comercial de bienes y servicios, con miras a consolidar una zona de libre comercio entre las partes” (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2012, N/A).*

Como afirma Menezes

Aunque los objetivos inscritos como la libre circulación de personas, bienes, servicios y capitales, la mejora del bienestar de sus poblaciones, el desarrollo y la construcción de una plataforma de proyección política, la Alianza tiene como fuerza mayor la liberalización comercial entre sus integrantes a fin de atraer más inversiones extranjeras bien como insertarse en las cadenas de valor global (MENEZES, 2014, p. 89)

Nesse sentido, a entrada em vigor do Protocolo Adicional do Acordo Marco em maio de 2016 se destaca como momento da concretização da zona de livre comércio no bloco. Em análise realizada por Hernández Bernal e Muños Angulo (2015) a partir dos dados de trocas comerciais, a Aliança do Pacífico, em função de suas economias pouco diversificadas, sofre pela falta de complementaridade, o que pode gerar disputas pelos mesmos mercados. Outra questão é o fato de todos os seus membros terem tratados de livre comércio com os EUA, o que também poderia resultar em atritos entre os membros da Aliança na disputa por seu mercado e atração de seus investimentos (QUILICONI, 2014). No entanto, ao mesmo tempo, Hernández Bernal e Muños Angulo (2015) destacam que, como sua meta é inserir-se no mercado Ásia Pacífico, há a possibilidade de serem estimulados encadeamentos produtivos intrabloco.

Outro questionamento levantado é a diferença entre a liberalização já alcançada com os acordos de livre comércio anteriores entre estes países e o que o próprio bloco propõe. Nesse sentido, Oliveira (2015) afirma que tal liberalização teve um caráter mais simbólico do que prático, haja vista que, em função de acordos bilaterais prévios, a desgravação tarifária entre os membros da Aliança do Pacífico já alcançava, em média, 90% de seus produtos. Gazol Sanchez complementa:

no hay mucho espacio para la reducción o eliminación de aranceles NMF (Nación más Favorecida): el promedio de los aranceles aplicados por Colombia en 2013 era del 8,8 por ciento; de 6 por ciento en Chile; de 7,9 por ciento en México y de 3,4 por ciento en Perú, si se considera que los cuatro mantienen esquemas de libre comercio con otros países, para los que por lógica el arancel es inferior a la tasa NMF (o inexistente) (GAZOL SÁNCHEZ, 2017, p. 27).

Quanto a sua institucionalidade, Giancalone (2017, p. 60) destaca seu caráter pragmático, na medida em que, apesar de serem tomadas em consenso, “*no espera a que todos sus miembros aprueben o ratifiquen las decisiones para implementarlas entre los países dispuestos a hacerlo*”, além de não contar com uma estrutura burocrática complexa e custosa (como parlamentos ou secretaria). Ademais, uma característica vital do bloco é não ter personalidade jurídica, permitindo que as negociações externas ao bloco se desenvolvam de maneira bilateral e não em grupo.

Um elemento de destaque em seu organograma é a presença de um Conselho Empresarial, que reúne um grupo de empresários de cada membro com o objetivo de debater, recomendar e promover avanços na integração econômico-comercial do

bloco⁴⁸. A relevância deste Conselho para a Aliança é tão grande que no documento de constituição é reconhecido “*el papel protagónico del sector empresarial privado como el principal actor y operador del proceso de integración y cooperación*” entre seus membros (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012b, p. 1). Dentre os temas de trabalho do Conselho estão: competitividade, homologação e harmonização de normas e regulamentos técnicos, facilitação logística, promoção e apoio às exportações, integração financeira, facilitação do fluxo de pessoas, conveniência na homologação de normas, dupla tributação e tecnologia de informação e comunicações.

Outro elemento que se destaca na Aliança do Pacífico é o Mercado Integrado Latino-Americano (MILA), o qual integra as bolsas de valores dos quatro Estados membros. O MILA nasceu ainda antes da criação da Aliança, a partir da aproximação entre as bolsas do Peru e da Colômbia em 2008 e, posteriormente, do Chile em 2009. A partir disso, em novembro de 2009, estes três países lançaram o MILA. Então, com a adesão do México em 2014, o MILA se tornou o maior mercado de ações da América Latina, seja em valor de capitalização, seja em número de ações (ARAÚJO, 2015, p. 1; MILA, 2016).

O MILA, desta forma, pode ser definido como

una iniciativa de integración bursátil transnacional sin fusión o integración corporativa a nivel global, mediante el uso de herramientas tecnológicas, adecuación y armonización de la regulación sobre la negociación de mercados de capitales, y custodia de títulos en los países participantes, para facilitar a los inversores alternativas sobre instrumentos financieros, mayores posibilidades de inversión, reducción del riesgo de retorno y la creación de nuevas cartera (HURTADO BRICEÑO, 2017, p. 126)

Desta forma, o MILA permite a manutenção da independência e autonomia regulatória de cada mercado, ao passo que o uso da integração sem fusão permite um crescimento integrado destes. Quanto a sua operação, Hurtado Briceño (2017, p. 129) aponta que “*Todas las negociaciones se realizan en moneda local y mediante anotaciones en cuenta, facilitando las operaciones internacionales sin necesidad de salir de cada país*”

Apesar de seu enfoque comercial e financeiro, diversos autores destacam, ainda, elementos os quais politizam a Aliança do Pacífico, gerando desafios tanto para o

⁴⁸ Seus são escolhidos a partir do reconhecimento e da representatividade que determinados empresários têm no setor empresarial de seu país.

próprio bloco quanto para a América Latina. Primeiramente, destacam-se dois desafios internos ao bloco. O primeiro deles é a falta de um *paymaster*⁴⁹ que coloca em xeque o bloco, na medida em que, apesar do México representar 60% do PIB do bloco, ele não se estabelece como líder da Aliança, o que pode ser explicado, segundo Hendler (2015, p. 233), pelo “escopo liberal da integração e a não contiguidade territorial entre os países”. Ortiz Morales (2016) também aponta o México como um líder regional, mas com debilidades no que tange, principalmente, a sua posição geográfica dual e aos problemas de segurança internos.

O segundo desafio refere-se ao número de observadores no bloco que já somam 52⁵⁰. Segundo Regueiro Bello (2016, p. 233), a diversidade geográfica deles (Europa, Ásia, Oriente Médio, África e Oceania), leva a dois questionamentos/possibilidades: caso esses observadores não se tornem membros, tornar-se-iam um “*club de adeptos pero sin contenido práctico*”; por outro lado, caso eles passem um dia a compor o bloco como membros, “*la gestión del consenso y la toma de decisiones podrían hacerse más complejas y dilatadas en el tiempo*”, afetando o desenvolvimento da Aliança.

Os outros desafios, por outro lado, estão relacionados à sua relação com a região. Primeiramente, tem-se sua própria defesa do regionalismo aberto frente à onda de regionalismo pós-liberal e pós-hegemônico na América do Sul, como a ALBA e a UNASUL (GIANCALONE, 2017). Segundo declarações de membros da ALBA, a Aliança do Pacífico seria um eixo de inserção estadunidense na região (FIORI, 2013), sendo que Rocha Valencia e Preciado Coronado (2016) complementam que essa reinserção dos EUA na região pode ser não no sentido de relançar a falida ALCA, mas sim de contrapor a presença chinesa na região. No entanto, Hendler (2015) destaca que o contrário pode ser verdadeiro, na medida em que a Aliança do Pacífico também pode impulsionar uma maior aproximação à China, haja vista seu objetivo de aproximação à Ásia.

⁴⁹ O conceito de *paymaster* foi desenvolvido por Mattli (1999), quem observou que somente os processos de integração que eram liderados e/ou financiados por, pelo menos, um Estado se desenvolviam instituições comunitárias fortes. Briceño Ruiz (2010) aponta a falta de uma liderança desde a Iniciativa do Arco do Pacífico.

⁵⁰ Argentina, Alemanha, Austrália, Canadá, China, Coreia do Sul, Equador, Egito, El Salvador, Eslováquia, Espanha, EUA, Finlândia, França, Guatemala, Honduras, Índia, Israel, Bélgica, Trinidad e Tobago, Itália, Japão, Marrocos, Noruega, Nova Zelândia, Paraguai, Portugal, Grã Bretanha, República Checa, República Dominicana, Romênia, Singapura, Suíça, Turquia, Uruguai, Ucrânia, Indonésia, Tailândia, Geórgia, Áustria, Haiti, Suécia, Dinamarca, Hungria, Grécia, Polônia, Croácia, Lituânia, Bélgica, Holanda. Costa e Panamá estão em processo de incorporação.

O segundo desafio regional seria a contraposição criada na região ao conceber-se um bloco sem a liderança e nem mesmo a participação do Brasil. Nesse sentido, Rocha Valencia e Preciado Coronado (2016, p. 13) sugerem que a Aliança do Pacífico teria uma utilidade geopolítica como um “*mecanismo de contención del Mercosur y de Brasil*”.

Desta forma, isso se relaciona com um terceiro e último desafio: a incorporação do México na integração sul-americana. Segundo Malamud (2015b *apud* GIANCALONE, 2017), a Aliança do Pacífico direcionou a integração regional do âmbito sul-americano para o latino-americano ao agregar o México. Desta forma, a presença do México e a ausência do Brasil criam uma balança de poder na região, com o fim de diminuir a assimetria da América do Sul frente ao Brasil, favorecendo a atuação de potências intermediárias como Chile e Colômbia (NOLTE e WEHNER, 2013) e até sendo uma opção para mercosulenhos menores, como Paraguai e Uruguai (GIANCALONE, 2017).

4 O BRASIL FRENTE À AMÉRICA LATINA

Neste capítulo, analisa-se a atuação brasileira frente à América Latina durante o governo Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014). Para isso, em um primeiro subcapítulo (4.1) é descrita a relação do Brasil com a América Latina, levantando seus parâmetros e perspectiva histórica. O segundo subcapítulo (4.2) discorre sobre as características gerais da política externa dos governos Lula e Dilma, dissertando tanto sobre o cenário nacional quanto internacional. No capítulo seguinte (4.3) é trabalhada a inserção brasileira na América Latina durante estes governos. Em seguida, é analisada, em específico, a postura do Brasil frente à UNASUL durante estes dois governos, com destaque ao Conselho de Defesa Sul-Americano, ao Banco do Sul e à IIRSA/BNDES.

4.1 A postura brasileira frente à região: parâmetros e perspectiva histórica

De acordo com Pinheiro (2004), um elemento constante na política externa brasileira é a busca pela autonomia, sendo que, para além de um conceito, a autonomia para o Brasil tem um significado político. Dessa forma, “O termo autonomia, no caso brasileiro, remete à ideia de ampliação das margens de atuação ou de escolha do Estado, tendo em conta a percepção das condições do sistema doméstico e internacional em um determinado período” (VIGEVANI; ARAGUSUKU, 2014, p. 166). Assim, ao final, o que mudaria é a estratégia adotada pelos diferentes governos brasileiros para alcançar tal “autonomia”: autonomia pela distância, autonomia pela participação, autonomia pela diversificação (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2004; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Contudo, questiona-se: até que ponto o Brasil consegue ser e desenvolver políticas autônomas? Pois, baseando-se no simples fato do país inserir-se no sistema capitalista como dependente, sua atuação no sistema internacional já não alcança uma autonomia plena, como defende a TMD. Neste caso, portanto, o que emerge é seu caráter subimperialista, ou seja, a partir da relação da cooperação antagônica estabelecida com os EUA, lhe é permitida certa autonomia na região sul-americana, enquanto ela for benéfica aos interesses hegemônicos. (LUCE, 2007)

Nesse sentido, delimita-se aqui o termo de “autonomia”, mormente, no que se refere às suas relações com seus vizinhos latino-americanos. Segundo Malamud e Rodriguez (2013), o Brasil se caracteriza como um Estado bifronte, onde suas iniciativas estariam divididas entre a região sul-americana e a própria inserção global.

Dessa forma, o Estado brasileiro investe em sua inserção regional já objetivando sua projeção global (ex.: assento permanente no Conselho de Segunda da ONU – CSNU –, participação nos BRICS). Para o Brasil, portanto, a integração regional seria o meio e a autonomia o fim, o que resulta na promoção da integração regional até o ponto que não prejudique sua autonomia regional (SPEKTOR, 2010). Um exemplo disso é a baixa institucionalidade das iniciativas regionais com a participação do Brasil (MARIANO, 2014).

No que tange às relações bilaterais, contudo, Sennes (2010) aponta para seu investimento em projetos mais profundos, seja por decisões governamentais ou privadas, a partir do apoio do governo brasileiro, o que, logicamente, lhe garante maior “autonomia” e poder de barganha, como

o acordo e a usina de Itaipu; o acordo energético Brasil- Bolívia; o gasoduto Brasil-Bolívia, e mesmo os investimentos da Petrobras neste país; o sistema de pagamento em moedas locais entre o Banco Central do Brasil e o da Argentina; assim como os projetos financiados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na área de infraestrutura nos países da região (SENNES, 2010, p. 116)

Ainda assim, apesar dessa influência, Malamud (2011b) questiona a solidez da base sul-americana, na medida em que sua liderança teria crescido mais no discurso do que na prática, definindo o Brasil como um líder sem seguidores. Por exemplo,

Argentina, Colômbia e México se recusam a amparar a candidatura do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, e candidatos brasileiros para a Diretoria-Geral da OMC e para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram desafiados exitosamente por outros candidatos sul-americanos em 2005. (MALAMUD; RODRIGUEZ, 2013, p. 180)

Como fulcro dessa desconfiança destaca-se o temor ao subimperialismo brasileiro. Segundo Diego Cardona,

Brasil es muy temeroso de que su liderazgo se note, trata de ejercerlo tras bambalinas, baja el ritmo, no quiere aparecer, tampoco quieren hacerlo brasileiros en cargos de dirección. Pero sí están ahí, todo el tiempo están ahí (sic). Yo insisto en que la política exterior brasileña es como un pato que se mueve en un río a contracorriente, uno lo ve por encima y es como si no pasara nada, pero se pone una careta y mira uno por debajo y se da cuenta que hay un movimiento frenético en todas las direcciones (sic). (CARDONA apud SÁNCHEZ CABARCAS, 2017, p. 48)

Nesse sentido, Burges (2009) aponta a ênfase em negociações por consenso como forma de driblar possíveis denúncias de subimperialismo, o que ele conceitua de “hegemonia consensual” “em função do seu perfil de liderança, que envolve, essencialmente, a difusão de suas ideias e o predomínio de meios de negociação não impositivos e não coercitivos” (LEÃO; MORINI, 2013, p. 212).

By encouraging negotiations to reach a consensus version of the idea originally presented by Brazilian diplomats, Itamaraty was in effect able to diffuse ownership of the final decision across all of the participating countries, thereby marking a leadership role that might otherwise be attributable to Brazil. (BURGES, 2009, p. 50)

Contudo, a assimetria de poder existente entre o Brasil e seus vizinhos torna esse discurso consensual e não-hegemônico difícil de ser aceito na prática por conta da enorme assimetria existente com os demais países da região. Nesse sentido, Luce (2007) destaca que, em função da profunda assimetria de poder político e econômico que o Brasil tem historicamente com a região, sua inserção reproduz a mesma lógica de intercâmbio desigual que uma relação de um país hegemônico com a América do Sul, ou seja, os países sul-americanos produzindo commodities e o Brasil manufatura.

Ainda assim, segundo Couto (2012), o Brasil não teria interesse em ser um empecilho ao desenvolvimento dos demais países sul-americanos, mas sim em promovê-los, como forma justamente de diminuir a interferência externa na região e, paralelamente, aumentar sua credibilidade na projeção internacional – ou seja, mais que uma postura altruísta, o Brasil desenvolve uma relação estratégica.

Nesse sentido, destaca-se seu papel como *paymaster*, vide iniciativas como o FOCEM e os investimentos em infraestrutura pelo BNDES, que veremos a frente. Para Hakim (2010, p. 49), contudo, “O Brasil talvez seja mais um *primus inter paris* do que um líder na região” e isso se apresenta de forma problemática, na medida em que, segundo Sanahuja (2011), a integração sul-americana só teria futuro a partir da liderança brasileira. Assim, verifica-se um país dividido entre um líder regional e um *player* global.

Visto estas características gerais da atuação do Brasil frente à América Latina, parte-se no seguinte subcapítulo para uma análise histórica de como se deu essa relação desde sua independência.

4.1.1 Desenvolvimento histórico da inserção brasileira na América Latina

A construção da identidade latino-americana no Estado brasileiro foi um processo lento e até questionável se um dia foi de fato alcançado. Desde sua formação como Estado nação, diversos pontos o diferenciava de seus vizinhos: i) sua colonização portuguesa e, por conseguinte, seu idioma diferenciado; ii) sua independência apaziguada por meio do próprio príncipe de Portugal, instituindo-se uma monarquia escravista frente às repúblicas americanas; iii) e sua dimensão continental, colocando-o como um gigante expansionista em meio a diversos pequenos países. Frente a isso, o Brasil enquanto império se sentia muito mais vinculado às cortes europeias, principalmente Portugal e Inglaterra, do que com os países e projetos regionais (GUERRA, 2016). Outrossim, como apontado em capítulo anterior (3. As Iniciativas Integracionistas Latino-Americanas: Um Retrato Histórico), a desconfiança era reciprocamente verdadeira das repúblicas hispano-americanas para com o Brasil.

A grande exceção a esse desinteresse brasileiro à América Latina, segundo Bethell (2009), seria a região do Rio da Prata. Ao contrário de sua postura indiferente ao restante da América Latina, a Bacia do Prata sempre recebeu uma atenção especial do Brasil, inclusive enquanto colônia. Já como independente, o reino brasileiro participou de três guerras na região:

a primeira contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, pelo controle da Banda Oriental (o que resultou na Independência do Uruguai), em 1825-8; a segunda contra o ditador argentino Juan Manuel de Rosas, fazendo aliança com a província argentina Entre Rios e com o Uruguai, em 1851-2; e a terceira contra o ditador paraguaio Francisco Solano López, fazendo aliança com a Argentina e o Uruguai, a Guerra do Paraguai (1864-70) (BETHELL, 2009, p. 295).

Quando a república foi proclamada – igualando-se ao sistema dos demais –, o Brasil começou a mudar seu eixo da Europa para a América, mas mais especificamente para os EUA em ascensão econômico-comercial, definindo, assim, sua identidade americana no contexto do pan-americanismo. O grande símbolo disso foi a “aliança não escrita”, estabelecida por Barão de Rio Branco, entre Brasil e EUA no início do século XX, como forma de obter apoio na delimitação fronteiriça brasileira e de afastar interferências europeias pela Doutrina Monroe. (SANTOS, 2013; BURNS, 1966; CERVO; BUENO, 2002; BETHELL, 2009)

Bethell (2009) defende que foi só a partir da instituição do conceito de América Latina pelos EUA nas décadas de 1920 e 1930 – definido como todos os países ao sul do Rio Grande⁵¹ – que o Brasil começou a ver-se e ser visto como parte desta grande categoria. Em seguida, a partir da expectativa frustrada do governo brasileiro em manter uma relação especial com os EUA no pós-Segunda Guerra Mundial – visto que o foco da hegemonia mundial estava na reconstrução da Europa e na contenção do comunismo –, a identidade latino-americana passou a ser promovida, não só pelo Brasil, mas por todos os países da região. Neste contexto, houve a criação da CEPAL em 1948 e, no Brasil, a implantação da Política Externa Independente (PEI) nos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), reforçando a identidade latino-americana e terceiro-mundista do país. Como resultado regionalista de tal ímpeto latino-americanista criou-se a ALALC, em 1960 (SANTOS, 2014; CERVO; BUENO, 2002).

Ao longo da ditadura militar, à exceção do governo Castelo Branco (1964-1967), a identidade latino-americana e desenvolvimentista se manteve, mas sem, contudo, buscar maiores aproximações com os países da região, na medida em que adotava uma política protecionista pela ISI. Reflexo disso foi a troca do plano ambicioso de criação de uma área de livre comércio da ALALC pela proposta amena da ALADI (SANTOS, 2014; BARROS; RAMOS, 2013).

Na retomada democrática em meados dos anos 1980, a identidade latino-americana foi reafirmada, como pode constatar-se na disposição do artigo 4º da Constituição de 1988, o qual determina que o Brasil “buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, 1989).

No entanto, acontecimentos subsequentes passaram a modificar a percepção brasileira sobre a América Latina, focalizando-se na América do Sul. Segundo Sánchez Cabarcas (2017), houve três antecedentes nesse sentido: os clássicos, os intermediários e os recentes. O primeiro momento de aproximação do Brasil à América do Sul (antecedente clássico) remete à atuação de Barão de Rio Branco e Ruy Barbosa, os quais viam a região como um espaço vital ao país, vide o trabalho intenso na delimitação pacífica das fronteiras brasileiras com seus vizinhos e a assinatura do Pacto de Não Agressão, Consulta e Arbitragem – conhecido como Pacto ABC – entre Argentina, Brasil e Chile ainda em 1915. Segundo Cervo e Bueno (2002), contudo, esta

⁵¹ O Rio Grande delimita a fronteira entre o estado do Texas e o México.

última iniciativa não conseguiu prosperar frente à intensa rivalidade entre brasileiros e argentinos à época.

Como antecedentes intermediários, o autor indica a aproximação e redução da rivalidade de Brasil e Argentina desde o período militar até a instituição do MERCOSUL⁵², com: o Acordo Tripartite (1979) entre Argentina, Brasil e Paraguai; a visita de Figueiredo a Argentina em 1980; a assinatura da Declaração de Foz Iguaçu entre José Sarney e Raúl Alfonsín em 1985; a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento em 1988 e o Tratado de Assunção em 1991, dando origem ao MERCOSUL.

Corroborando com este cenário de aproximação do Brasil ao Cone Sul, em 1992, foi celebrado o acordo do NAFTA, o qual adicionou o México à “outra América” (FONSECA, 2007). Como resultado, “os países da América Central e Caribe não conseguiriam, sozinhos, atrair as atenções do Brasil para a região, esvaziando a ideia de política externa ‘latino-americana’” (BARBOSA, 2011, p. 25). Ainda como antecedente intermediário, frente ao processo de integração desenvolvido na América do Norte, foi lançada neste mesmo ano, durante o governo de Itamar Franco, a Iniciativa Amazônica com o objetivo de aproximar-se dos países da região norte da América do Sul (DESIDERÁ NETO, 2014). Em seguida, como forma de unificar a frente de atuação brasileira no Cone Sul à amazônica, foi proposta, durante a VII Cúpula do Grupo do Rio (1993), a criação da ALCSA⁵³.

A ALCSA, além de responder à quebra de noção de América Latina pela adesão do México ao NAFTA, também se estabelecia como uma “proteção” ao avance dos EUA em busca do prolongamento do NAFTA para a conformação de uma área de livre comércio integrando toda a América (BARBOSA, 2011). Contudo, tal proposta não teve repercussão nos demais países da região e, assim, foi abandonada. De qualquer forma, segundo Lafer (2001 *apud* COUTO, 2010), a partir de então, o discurso diplomático e político brasileiro passou a reconhecer a região como “circunstância do eu” diplomático.

⁵² Vale lembrar, contudo, que a primeira iniciativa de aproximação entre Brasil e Argentina foi promovida entre os presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondizi, conhecido como Encontro de Uruguaiana, que resultou em um Convênio de Amizade e Consulta. Este momento é referenciado como o “espírito de Uruguaiana”. No entanto, apesar de ratificado no congresso argentino, o golpe militar em Frondizi no ano de 1962 por José María Guido, reestruturou a política externa da Argentina afastando-a do Brasil. Ao mesmo tempo, no Brasil, o convênio foi rejeitado no governo Goulart.

⁵³ A ALCSA abrangia todos os países da América do Sul, com exceção de Suriname e Guiana, na medida em que o bloco foi criado sob o âmbito da ALADI e estes dois países não fazem parte.

Quando chegou Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) à presidência, a frente sul-americana foi reduzida, haja vista o sucesso inicial do MERCOSUL

o comércio exterior [intra-bloco] teve acréscimo de mais de 300% entre 1991 e 1998, alcançando a casa de 20 bilhões de dólares, e a participação do Mercosul no comércio mundial cresceu 141%, alcançando a cifra de 80 bilhões de dólares, enquanto o comércio exterior mundial cresceu em média 32%. Nesse mesmo período, o PIB do Mercosul aumentou 31%, aproximadamente 3,9% ao ano, enquanto no mundo esse incremento foi de 25%, e os investimentos estrangeiros diretos (IED) aumentaram em 450% no Mercosul contra 130% em escala mundial (COSTA, 2011 *apud* COSTA; FERREIRA, 2013, p. 51)

Além disso, as discussões sobre a proposta estadunidense da ALCA durante a I Cúpula das Américas, em Miami (1994), também tomaram atenção do governo brasileiro no período. No entanto, frente às crises econômicas sofridas entre os membros do MERCOSUL (Brasil em 1999 e Argentina em 2001) e as crises financeiras sistêmicas (Ásia em 1997 e Rússia em 1998), assim como o aumento da pressão da ALCA⁵⁴, houve uma inflexão em seu segundo mandato (1999-2002) (VIZENTINI, 2005). Assim, foi promovida pelo governo Cardoso a I Reunião de Presidentes da América do Sul, em 2000, estabelecendo-se a partir daqui os antecedentes recentes da sul-americanização da estratégia brasileira (SÁNCHEZ CABARCAS, 2017, DESIDERÁ NETO (org.), 2014). Segundo Burges (2009), é evidente a correspondência dos países sul-americanos a esta nova postura brasileira, visto a presença de todos os líderes sul-americanos neste primeiro encontro em 2000. Segundo o autor, isto “*suggests an implicit acceptance of the consensual leadership role that Brazil had been accruing over the previous six years [negociações da ALCA]*” (BURGES, 2009, p. 59 – colchetes nossos).

Desta forma a noção de América do Sul passou a ser um conceito-chave na política externa brasileira (PEB), mantendo, contudo, o caráter de regionalismo aberto e um foco especial à questão da infraestrutura e consolidação da democracia na região. (SANTOS, 2013; COUTO, 2010; SARAIVA, 2013). A consolidação desse processo de sul-americanização, contudo, se dá no governo Lula.

⁵⁴ “Se o texto da proposta apresentava elementos que poderiam ser atrativos aos países menores e economicamente pouco diversificados, o mesmo não acontecia para um país com as dimensões do Brasil, com pouca dívida junto ao governo americano e com uma estrutura econômica mais complexa, elementos que resultavam na existência de interesses resistentes ao conteúdo da proposta dos EUA, apesar da presença de um governo apoiado por forças políticas favoráveis à intensificação das reformas liberalizantes.” (DESIDERÁ NETO ORG. 2014, p. 27)

É, a partir de então, que este estudo se foca, trabalhando com a inserção do Brasil na América Latina/América do Sul dos governos de Lula (2003-2010) até o primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014).

4.2 Características gerais da política externa de Lula e Dilma: cenário e principais demandas

A história de Lula se diferencia da de todos os demais presidentes brasileiros, pois se tratava de um metalúrgico que ascendeu politicamente a partir de sua intensa atuação como sindicalista, liderando grandes greves como a primeira greve geral dos metalúrgicos em 1979. A partir do crescimento de seu papel de liderança, Lula fundou em 1980 o Partido dos Trabalhadores (PT). Frente a isso, desde a primeira eleição direta após a ditadura militar em 1989, Lula se candidatou, sem sucesso, ao posto de presidente da república. Foi só então, em 2002, que Lula venceu as eleições e chegou à presidência em 2003.

Domesticamente, segundo Ouriques (2013), o sucesso de Lula foi resultado dos seguintes fatores: poderosa aliança de classe, que ao mesmo tempo permitia ganhos aos capitalistas e aos trabalhadores por meio de programas de inclusão social (GRÁFICO 1); fortalecimento do mercado interno e estabilidade monetária (GRÁFICO 2)⁵⁵; altas taxas de crescimento do PIB (GRÁFICO 3); forte responsabilidade fiscal; e uso do BNDES. Como afirmam Saraiva e Velasco Junior (2016, p. 297), contrariando a expectativa de alguns setores da sociedade, “ao assumir a presidência Lula não rompeu com as políticas liberais do governo anterior, nem mesmo denunciou os acordos com o Fundo Monetário Internacional ou tomou medidas restritivas em relação ao capital internacional”.

⁵⁵ Segundo Ouriques (2013), o governo Lula se beneficiou do governo anterior, além de na questão de estabilidade monetária, mas também na desvalorização do real realizada por FHC, a qual o rendeu maior competitividade no cenário de queda dos preços das commodities, usufruindo ao máximo de seu boom.

Gráfico 1 - Índice de GINI (coeficiente de distribuição de renda) do Brasil (1995-2015)

Fonte: Banco Mundial (2017b)

Gráfico 2 – Índice de Preços ao Consumidor (IPC): Acumulado do Ano – Brasil (1995-2017)

Fonte: FIPE, 2018.

Gráfico 3 - Produto Interno Bruno (PIB) – Brasil (1995-2016)

Fonte: Banco Mundial (2017c)

Isto é, como se pode notar nos gráficos acima, o governo de Lula administrou o controle macroeconômico juntamente com políticas sociais, agradando tanto a classe burguesa quanto aos trabalhadores. Resultado disso pode ser confirmado pela melhor avaliação da história: 83% da população brasileira avaliou o governo Lula como ótimo ou bom segundo pesquisa do Datafolha (2010). Além disso, com base em suas alianças partidárias – principalmente com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) –, o governo conseguiu maioria no Congresso.

Paralelamente a tal cenário interno, o sistema internacional passou por uma transformação frente a dois acontecimentos: i) o *boom* das commodities no mercado internacional a partir de 2003, puxado pela demanda chinesa; e ii) a crise financeira que assolou as economias centrais a partir de 2008. Nesse sentido, ascendeu-se um sistema multipolar, com a emergência de China, Índia, Rússia e Brasil, os quais passaram a ser vistos como pólos alternativos de poder.

A política externa brasileira projetou-se, então, através de um caráter dinâmico, “multi-presencial” (ALMEIDA, 2004) e “global-multilateral” (PECEQUILO, 2008), levando o país a atuar nas diversas regiões do mundo e em diferentes temas. Segundo Hirst, Soares de Lima e Pinheiro (2010, p. 23), o Brasil se coordenou “com outros países em desenvolvimento em temas de comércio, reforma financeira, mudança climática, cooperação internacional, paz e segurança”.

Nesse sentido, Soares de Lima (2005) define a atuação internacional brasileira como a de um *system-affecting state*, o qual se caracteriza por seus recursos e capacidades limitados em comparação às potências, mas com um perfil internacional assertivo, valorizando as arenas multilaterais em busca de maior influência no sistema internacional. Pedroso resume a atuação da política externa no sistema internacional da seguinte forma:

o ativismo internacional brasileiro, no governo Lula, pode ser expresso pelas seguintes diretrizes: América do Sul como região chave para a sua projeção global; foco no estreitamento da relação com outras potências emergentes, atuando em coalizões de geometria variável, como os Brics e o Ibas; relativo distanciamento de Estados Unidos e Europa, mantendo o alto fluxo de relações comerciais com esses blocos; ênfase no multilateralismo “tradicional”, mas também fazendo parte de novos arranjos globais. (PEDROSO, 2014, p. 33)

Frente a isso, Vigevani e Cepaluni (2007) definem a política externa brasileira como “autonomia pela diversificação”, por essa agenda e inserção múltipla. Burges (2013) vai além e destaca a importância de diferenciar as intenções brasileiras das potências médias tradicionais (como Austrália e Canadá). Segundo o autor, seria errôneo categorizar o Brasil como uma potência média, na medida em que as potências médias aceitariam e defenderiam o *status quo*, enquanto que o governo Lula mantinha uma forte ambição “*to be a great power that has major influence over the governance of a multipolar world*” (BURGES, 2013, p. 298).

Talvez uma das iniciativas mais simbólicas da inserção brasileira no sistema internacional e das que mais levantam este possível afincamento em transformar o *status quo* seja sua participação no IBAS e nos BRICS. Enquanto o Fórum IBAS (2003) – composto por Índia, Brasil e África do Sul⁵⁶ – voltou-se, principalmente, para a cooperação no âmbito da redução da desigualdade social e combate à pobreza, os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China)⁵⁷ apontavam-se como grandes economias emergentes e liderança alternativa no sistema internacional.

Contudo, sua atuação na prática parece contraditória no que tange à sua “autonomia” e mudança do *status quo*. Por exemplo, o governo Lula teve protagonismo

⁵⁶ Interesse particular na construção de diálogo com a África do Sul no que tange a implantação de uma zona autônoma de paz e cooperação no Atlântico Sul (ALMEIDA, 2004).

⁵⁷ A África do Sul foi agregada ao grupo em 2011.

na formação do G-20 comercial⁵⁸ na V Conferência Ministerial da OMC em 2003, com objetivo de discutir o protecionismo posto pelos países centrais aos produtos agrários dos periféricos. No entanto, na reunião ministerial em Hong Kong, o Brasil, ao contrário dos interesses da maioria dos países do G-20, se dispôs “a reduzir em 50% suas tarifas alfandegárias sobre produtos industrializados em troca de uma diminuição de 54% dos subsídios estadunidenses e europeus sobre o mercado de produtos agrícolas” (LUCE, 2007, p. 41), além de retirar os entraves às negociações sobre serviços. Ou seja, seu posicionamento só estaria buscando ganhos imediatos (por ser uma grande potência agrícola), sem se preocupar com o aprofundamento do intercâmbio desigual centro-periferia.

No âmbito financeiro, a atuação brasileira também foi controversa. Se por um lado o Brasil teve um papel importante no G-20 financeiro, o qual foi resultado da ampliação do G-7⁵⁹ (prejudicados pela crise financeira), a troca da dívida internacional pela dívida interna impôs alguns questionamentos. No ano de 2006, o governo Lula pagou a dívida adquirida pelos governos anteriores com o FMI, o que demonstrou uma mudança de seu papel no sistema financeiro internacional, deixando de ser devedor para credor. Na realidade, contudo, o que houve foi uma troca da dívida externa pela dívida interna. Segundo Deo (2012), a dívida interna passou a ser a grande financiadora do Estado brasileiro e, principalmente, dos lucros dos rentistas, pela alta taxa de juros proporcionada.

na lógica mundializada pelo capital financeiro, o Estado brasileiro passa a exercer o papel de “lastro” que, por meio de uma intensa “política fiscal”, transfere grande parte da renda salarial dos trabalhadores e da mais-valia social de parcelas do capital produtivo para o capital financeiro. (DEO, 2012, p. 136)

Outra agenda importante do governo Lula no sistema internacional foi a intensificação da defesa pela reforma do CSNU com o objetivo de ocupar uma cadeira permanente, com clara oposição de Argentina⁶⁰, Colômbia e México (MALAMUD; RODRIGUEZ, 2013). Em busca de legitimar tal demanda, liderou a Missão de Paz da

⁵⁸ Grupos dos vinte maiores agroexportadores periféricos.

⁵⁹ EUA, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido.

⁶⁰ Segundo Barreto (2012, p. 31), “O Itamaraty tentava atenuar a oposição argentina à pretensão brasileira com relação ao CSNU”, oferecendo a participação conjunta à delegação brasileira no ano de 2004.

ONU para o Haiti (MINUSTAH), desde 2004, o que será trabalhado no capítulo posterior.

No que tange a sua relação com os EUA, Hirst, Soares de Lima e Pinheiro (2010) destacam que no período do governo Lula havia uma crise de liderança daquele na região, como pode ser percebido na emergência de governos de (centro) esquerda na América Latina, além da menor atenção à região em função de seu foco na guerra ao terror no Oriente Médio e a própria crise financeira de 2008. Por outro lado, Caceña (2005 *apud* LUCE, 2007) discorda e vê a região como peça fundamental na estratégia estadunidense, como na liberalização econômica e na contenção de resistências políticas e ainda analisa o Brasil como um Estado “costura”, ao assegurar o controle dos países “brecha”⁶¹. Assim, pode-se até afirmar que o papel do Brasil como “costura” seria intensificado neste período de maior atenção estadunidense ao Oriente Médio. Como afirma Luce (2007, p. 56), “Os EUA contam com o Brasil como mediador que lhe poupa esforços e um maior desgaste no cenário regional”.

Segundo Moniz Bandeira (2005, p. 115), Lula como candidato poderia dizer o que pensava, mas como presidente “tinha que preservar o relacionamento do Brasil com os Estados Unidos”. Desta forma, o governo Lula buscou manter uma boa relação com os EUA, como demonstrado em seu discurso de posse, quando defende “uma parceria madura, com base no interesse mútuo” (FUNAG, 2008, p. 15). Segundo Soares de Lima e Hirst (2009, p. 63), “As relações entre Estados Unidos e Brasil têm passado por diferentes fases, oscilando entre ‘boas’ e ‘calmas’, sem jamais se tornarem abertamente hostis”. Um exemplo desta parceria foi a aliança energética sobre o etanol brasileiro, o qual estaria, segundo Luce (2007), ajudando o governo estadunidense a reduzir a dependência do petróleo, baixando seus preços e minando o instrumento de poder de países que constroem sua retórica de enfrentamento aos EUA baseados em sua produção de hidrocarbonetos, como Venezuela, Irã, Bolívia e Equador.

Outro exemplo foi o convite de Lula aos EUA e à Espanha a fazerem parte do Grupo Amigos da Venezuela, o qual foi criado para dar apoio ao governo de Chávez frente à tentativa de golpe em 2002, sendo que órgãos do próprio governo estadunidense teriam participado de tal ato (LUCE, 2007). Além disso, Luce (2007) destaca a aprovação, durante o governo Lula, do uso de sementes transgênicas no Brasil, o que beneficiou a atuação de transnacionais estadunidenses, como Cargill e Monsanto.

⁶¹ Ver Capítulo 2.1 Teoria Marxista da Dependência.

Ainda assim, houve alguns pontos de atrito (ou discordância) entre o governo Lula e os EUA, baseada na relação de cooperação antagônica⁶². Um exemplo disso foi a retirada de votação do Congresso do acordo que alugaria a base de Alcântara (Maranhão) aos EUA para lançamento de foguetes. Outra tensão entre Brasil e EUA foi o recrudescimento à entrada de cidadãos estadunidenses em resposta ao forte controle instaurado pela potência hegemônica, o qual afetava também os brasileiros (MONIZ BANDEIRA, 2005).

Por fim, outro exemplo de contraposição a um projeto estadunidense foi a derrota à proposta da ALCA, em trabalho conjunto a outros países sul-americanos. Apesar de não refutar diretamente a proposta de um livre comércio continental, Lula e outros líderes regionais, como Nestor Kirchner e Tabaré Vázquez⁶³, questionavam o interesse estadunidense em incluir temas OMC-Plus no bloco, enquanto que manteria os subsídios à sua produção agrícola. A somatória deste impasse e a impossibilidade de, segundo Desiderá Neto *et. al.* (2014), Lula simplesmente abandonar as negociações, resultou na proposta de uma “ALCA *light*” pelo governo brasileiro, a qual não incluía no acordo nenhum dos principais interesses de Brasil e EUA; ou seja, um total esvaziamento da proposta, resultando em seu abandono.

Após dois mandatos de Lula, o PT conseguiu manter-se no poder pela vitória de Dilma nas eleições de 2010. O governo de Dilma (2011-2014) manteve as linhas gerais da política externa de Lula, sem promover uma “distinção conceitual” (SPEKTOR, 2014). Ainda assim, Dilma teria reduzido o perfil da diplomacia presidencial e da ação política do Itamaraty (BARROS; RAMOS, 2013; SANTOS, 2013; SARAIVA; GAVIÃO, 2015; PECEQUILO; CARMO, 2015). Entre algumas definições encontradas para a política externa de Dilma estão: i) declínio (CERVO; LESSA, 2014; SARAIVA; VELASCO JUNIOR, 2016), contenção na continuidade (CORNETET, 2014) e continuidade por inércia (KALIL, 2014).

Cervo e Lessa (2014) caracterizam o governo Dilma como um período de declínio da inserção internacional do Brasil, em comparação à “ascensão” no governo Lula. Segundo os autores, o governo Dilma não conseguiu dialogar com setores dinâmicos da sociedade. Além disso, faltaram-na “ideias força”, definidas por Cervo e Lessa (2014, p. 134) como “conceitos operacionais com capacidade de movimentar

⁶² Ver capítulo 2.1 (Teoria Marxista da Dependência).

⁶³ Hugo Chávez era totalmente contrário e tinha o discurso mais agressivo.

sociedade e Estado em torno de estratégias de ação externa”. Entre as ideias forças destacadas no governo Lula estariam: “conflito tem dono, solução não tem”; “toda pessoa tem direito a três refeições por dia”; “reciprocidade de benefícios entre as nações”; e “é bom para o Brasil”.

Outra crítica frequentemente feita é a redução do número de viagens realizadas por Dilma em comparação com Lula (CORNETET, 2014). No entanto, Bastos e Hiratuka (2017) defendem que dificilmente a simples presença física ou carisma de um presidente pode por si só resultar em uma maior projeção de um país. Além disso, durante seu governo ocorreram grandes eventos no próprio Brasil (Conferência Rio+20 em 2012, Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Olimpíadas em 2016), o que resultou na vinda em massa de presidentes, ministros e empresários ao país.

Ainda assim, Saraiva e Gomes (2016) destacam que sua relação com o Itamaraty se via deteriorada. Em 2013, o orçamento destinado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi reduzido em quase 50% em comparação ao de 2003, refletindo em atraso no pagamento de salários e aluguéis de postos no exterior, acúmulo de dívidas frente a organismos internacionais e redução do fluxo de criação de vagas para a diplomacia. Além disso, os autores destacam a “morosidade” de Dilma para entregar as credenciais a embaixadores estrangeiros.

Além disso, Dilma teria questionado seus assessores qual o sentido de ela, como presidente, estar presente em reunião de cúpula do IBAS, o que demonstraria desinteresse da presidenta à política externa brasileira (SARAIVA; GOMES, 2016). No entanto, Bastos e Hiratuka (2017) defendem que a adesão da África do Sul aos BRIC (tornando-se BRICS) em 2011 teria reduzido a importância do IBAS. Nesse sentido, o BRICS, no governo Dilma, merece destaque por terem sido acordados em 2014 a criação de um Arranjo Contingente de Reservas (ACR), com o fim de saldar desequilíbrios do balanço de pagamentos, papel esse desempenhado pelo FMI, e a criação do Banco dos BRICS, o qual forneceria empréstimos para investimentos de infraestrutura – não só entre seus membros – atingindo diretamente as funções do Banco Mundial. Ou seja, estes seriam grandes contrapontos ao sistema econômico-financeiro hegemônico, não fosse o fato de que a autonomia, por exemplo, do ACR se vê limitada, na medida em que o uso pleno de seus recursos estaria sujeito a um acordo prévio com o FMI (BASTOS; HIRATUKA, 2017; SARAIVA; GOMES, 2016), o que evidencia a autonomia relativa desta iniciativa.

Cornetet (2014), utilizando-se do mesmo método de análise empregado por Vigevani e Cepaluni (2007) na comparação entre o governo Fernando Henrique e Lula, concluiu que

houve um ajuste – uma mudança de ênfases em um dado programa de política externa, sem que se modificassem seus objetivos –, consistindo esse ajuste em uma contenção. Se a diplomacia brasileira continua buscando a autonomia como meio de garantir o desenvolvimento nacional e a consolidação do país como polo em um mundo crescentemente multipolar (objetivos), e se a forma como busca essas metas se mantêm as mesmas, buscando a autonomia pela diversificação (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), com a afirmação da liderança regional e com a ação em foros multilaterais (meios), a ênfase nesse programa é menor: há menos viagens presidenciais, há iniciativas menos numerosas e mais tímidas e há formação menor de novos diplomatas e de novos postos diplomáticos (CORNETET, 2014, p. 127)

Quanto às causas das mudanças, Cornetet (2014) identificou a diferença entre líderes e os choques externos. Entre as diferenças de Lula e Dilma, foram destacadas: a origem pobre e sem formação educacional extensa de Lula em comparação à família de classe média e à formação acadêmica de Dilma; e a liderança sindicalista e política de Lula frente à participação em guerrilha de Dilma e, posteriormente, seu não envolvimento direto na política via eleições. Segundo Saraiva e Gomes (2016), o perfil de Dilma teria tido peso predominante na política externa brasileira

Seu estilo de liderança áspero que intimida e desencoraja assessores a confrontá-la e seu foco para as questões domésticas levaram a política externa a um automatismo burocrático em que se observa aversão a riscos e pouca ousadia e inovação diplomática (SARAIVA, 2016, p. 84).

Quanto aos choques externos como causa das mudanças, diversos autores também analisam o cenário em transformação do governo Dilma. De acordo com Santos (2013), Oliveira e Silveira (2015) e Bastos e Hiratuka (2017), logo no primeiro ano de seu mandato, Rousseff enfrentou uma conjuntura econômica internacional mais adversa. Segundo Bastos e Hiratuka (2017, p. 3) “a bibliografia parece dar muita importância à postura pessoal da presidenta e pouca ao próprio contexto internacional, o que não é recomendável para a análise de um país que não é uma potência capaz de moldar o cenário em que opera”.

De acordo com os autores, “O contexto internacional também mudou no sentido de diminuir o protagonismo mundial da OMC, a arena que foi objeto da aposta

brasileira de reformulação das instituições multilaterais feita no governo Lula.” (BASTOS e HIRATUKA, 2017, p. 11), como mostram as negociações do TPP, RCEP e *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP). Além disso, Saraiva e Gomes (2016) ainda destacam que, no lugar da crise dos países centrais que se instaurava desde 2008, o cenário internacional no governo Dilma era de recuperação da economia estadunidense e progressivo controle da crise da zona do euro. Desta forma, reduziu-se o papel do G20 financeiro e realocou-se a centralidade do G7.

Quanto ao cenário de conflitos armados, como a Primavera Árabe, Guerra da Líbia, Síria, Ucrânia, tensão pela soberania das Ilhas do Pacífico, somado a crise dos refugiados, reduziu-se o peso dos temas econômicos nas arenas multilaterais os quais o Brasil de Lula, em grande parte, protagonizou. Em contrapartida, ascenderam-se potências militares, como Rússia e China (e as potências tradicionais, principalmente, os EUA). No caso do protagonismo brasileiro no Oriente Médio, principalmente, no acordo com a Turquia e o Irã sobre a questão nuclear deste último firmado durante o governo Lula (2010), os EUA, apesar de se opor naquele momento, cinco anos depois firmaram um acordo muito parecido (BASTOS; HIRATUKA, 2017). Ou seja, deixou claro que lá (Oriente Médio) não seria um campo de atuação da diplomacia brasileira. Além dessa limitação sistêmica, o próprio posicionamento de Dilma contrário à abstenção do Brasil na votação sobre a violação de direitos humanos pelo Irã na ONU resultou em crítica do governo persa à postura da presidenta, o que os teria afastado (MELLO; CHADE, 2011).

Ainda assim, no que tange aos conflitos no Oriente Médio, Dilma buscou contribuir e posicionar o Brasil ao lançar o princípio da “responsabilidade ao proteger” em contraponto ao tradicional “responsabilidade de proteger”. Contudo, segundo Saraiva (2016, p. 302), o Brasil não contou com apoio geral dos BRICS e “a diplomacia brasileira não deu continuidade” ao debate, caindo no esquecimento.

Em relação aos EUA, o governo Dilma precisou lidar com o escândalo de espionagem da potência mundial a empresas brasileiras (como a Petrobras) e à própria presidenta (além de outros presidentes, como a alemã Angela Merkel) em 2013. Em resposta, Dilma cancelou a visita que estava programada aos EUA, além de proferir um discurso duro e apresentar na ONU – juntamente com a Alemanha – o tema da proteção à privacidade digital (BASTOS; HIRATUKA, 2017).

Por fim, domesticamente, segundo Ouriques (2015), a insustentabilidade do “neodesenvolvimentismo”, escancarada pelo fim da alta dos preços das commodities, começou a ser sentida nos protestos de junho de 2013 e contribuiu para a crise do governo Dilma. Segundo Bastos e Hiratuka, “um limite fundamental para a diplomacia ativa e altiva é que a dependência está internalizada na estrutura produtiva e financeira, nos interesses e talvez até na cultura de boa parte dos empresários brasileiros” (BASTOS; HIRATUKA, 2017, p. 35). Assim, frente ao cenário de instabilidade e pressão política-social, as eleições de 2014 se desenvolveram com um profundo embate, o qual deu a vitória à Dilma em segundo turno com uma diferença de apenas três pontos percentuais frente ao candidato Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)⁶⁴.

4.3 A inserção regional dos Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014)

No cenário regional, Lula ascendeu simultaneamente a outros líderes sul-americanos de (centro) esquerda, como na Venezuela, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, Chile e Paraguai (AYERBE, 2008). Desta forma, criou-se um ambiente propício para ações conjuntas e coordenadas na América do Sul construindo o que Sanahuja (2012) chama de regionalismo pós-liberal e Riggiruzzi (2012) de regionalismo pós-hegemônico.

Em meio ao cenário internacional e regional propício, o governo Lula estabeleceu a América do Sul como prioridade e projeto estratégico brasileiro, principal “destino” de sua política externa “ativa e altiva” (SARAIVA; e GAVIÃO, 2015, DESIDERÁ NETO ET. AL, 2014). Segundo Flandes (2010), Lula potencializou a construção da liderança brasileira, como forma de estabelecer-se como potência regional e, a partir disso, projetar-se no sistema internacional.

Desta forma, a delimitação da identidade brasileira no contexto geográfico sul-americano uniu o útil (necessidade de limitar a noção da América Latina frente à adesão do México ao NAFTA) ao agradável – na medida em que, segundo Santos (2014, p. 191), “O Brasil, desde o Império, nunca se sentiu inteiramente integrado nesse universo

⁶⁴ A polarização política e social no segundo governo de Dilma (não inserido no escopo dessa pesquisa) acentuou-se tão fortemente que, em 2016, seu mandato foi interrompido por um golpe institucional travestido de impeachment, liderado pelo partido de seu vice-presidente, Michel Temer, e o PSDB, derrotado nas urnas das eleições de 2014.

conceitual latino-americano” e “parte da elite brasileira tem dificuldade de aceitar-se como latino-americana”. Segundo Moniz Bandeira (2008), o Brasil veria a divisão das América mais por uma noção geográfica do que propriamente étnica.

[...] o atributo cultural que outrora sustentava a identidade latino-americana – a matriz étnico-cultural latina – perde expressividade para uma nova combinação de elementos que define a identidade sul-americana a partir de uma percepção geográfica pragmática (SARAIVA e GAVIÃO 2015, p. 83-84).

É chegada a hora de o mundo parar de considerar o Brasil como parte daquilo que, na segunda metade do século XX, foi chamado de América Latina, um conceito que seguramente perdeu a utilidade que talvez tenha tido alguma vez. (BETHELL, 2009, p. 314)

Em análise realizada do discurso do governo Lula por Barbosa (2011), observou-se que o termo “América do Sul” foi pronunciado 180 vezes, enquanto que “América Latina” 90, sendo que, de acordo com a autora, a afirmação “a América do Sul é prioridade para a política externa” foi repetida diversas vezes durante seus dois mandatos. Segundo Malamud e Rodriguez (2013, p. 169), o Brasil usaria o termo América do Sul quando desejasse delimitar sua área de diferenciação e autonomia frente à área de influência dos EUA e América Latina em situações de “concorrência com outras regiões por um posto em uma organização internacional”.

Um exemplo disso foi sua liderança na MINUSTAH, desde 2004 (BARROS; RAMOS, 2013), o que contrariou seu tradicional limite de atuação na América do Sul, chegando à América Central, zona de influência direta estadunidense (MONIZ BANDEIRA, 2008). O interesse central do Brasil com isso foi legitimar sua reivindicação por um assento permanente no CSNU, mostrando o comprometimento do país para causas maiores. Contudo, tal atuação brasileira na região só foi possível, segundo Luce (2007), por ter poupado esforços dos EUA, que se concentravam em sua intervenção no Iraque e Afeganistão. Além disso, “o fato de o Haiti haver sofrido um golpe de Estado, apoiado pelos Estados Unidos, tornava qualquer tropa estrangeira no Haiti uma força de ocupação e não parte de uma missão de paz da ONU” (MONIZ BANDEIRA, 2008, p. 27).

Outro exemplo de atuação fora da América do Sul foi seu protagonismo na defesa do presidente hondurenho Manuel Zelaya frente ao golpe sofrido em 2009. Em junho de 2009, Zelaya foi deposto pelos militares e levado à Costa Rica. Frente a isso,

Zelaya denunciou o golpe e tentou voltar ao país, mas foi barrado por duas vezes. Então, em setembro do mesmo ano, com a ajuda de Hugo Chávez, Zelaya entrou clandestinamente em Honduras e pediu refúgio na embaixada brasileira. A partir disso, o governo brasileiro trabalhou de maneira ativa na articulação da volta de Zelaya à presidência. Paralelamente, contudo, os EUA também atuaram como mediadores, o que gerou certo conflito com o Brasil, por exemplo, no resultado da eleição em novembro de 2009 que deu a vitória para Porfírio Lobo, do partido conservador, o qual não foi reconhecido por Zelaya e tampouco pelo Brasil, mas sim pelos EUA. Ainda assim, Lobo e Zelaya negociaram um acordo, dando salvo conduto à Zelaya, o que permitiu sua saída da embaixada brasileira. Por fim, mas não menos importante, no que se refere ao Caribe, destaca-se também a expansão dos investimentos de empresas brasileiras via BNDES em Cuba, financiando, por exemplo, a construção do Porto de Mariel a partir de 2009.

De qualquer forma, mesmo com essas participações pontuais em iniciativas na América Central e Caribe, a atuação brasileira teve como prioridade a América do Sul. A partir disso, seu governo promoveu a integração regional tanto em termos de expansão (territorial e temática, vide o MERCOSUL), quanto de institucionalização (pela criação da CASA/UNASUL e seus diversos Conselhos) – que será trabalhado de maneira mais aprofundada no subcapítulo posterior. Ainda assim, Mariano (2014) destaca que a expansão ou a institucionalização da integração promovida pelo governo Lula continuou dentro da lógica da manutenção da autonomia brasileira, ou seja, sem a perda de soberania.

No que diz respeito ao MERCOSUL, de acordo com Sturaro (2011), enquanto no governo Fernando Henrique focou-se no papel econômico, negociador e securitário do bloco, o governo Lula enfatizou seu papel geopolítico⁶⁵. A partir do governo Lula, então, o MERCOSUL passou a ser visto como uma plataforma de união política da América do Sul como um todo⁶⁶, dando um relevante peso a temas sociais e políticos, como visto no capítulo 3 (As iniciativas integracionistas latino-americanas um retrato histórico) e nas seguintes falas de Lula:

⁶⁵ Ver capítulo 3.3.

⁶⁶ A importância do MERCOSUL como núcleo duro da atuação brasileira no hemisfério pode ser verificada pela conceituação dos quatro círculos concêntricos por Vigevani e Araguskú (2014), sendo, nesta ordem, o MERCOSUL, UNASUL, CELAC e OEA.

O MERCOSUL não pode reduzir-se apenas a uma zona de livre comércio ou mesmo a uma união aduaneira. Ele tem vocação de ser um efetivo espaço de integração econômica, política, cultural e de construção de uma nova e ampliada cidadania (LULA, 2005, *apud* GRANATO, 2014, p. 104).

O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração (FUNAG, 2008, p. 15).

Quanto à relação do MERCOSUL com os demais Estados ou blocos, a visão do governo Lula era a de expandir e diversificar suas relações, como forma de fortalecer o bloco e colocar, segundo Saraiva e Gavião (2015), outros países sob a órbita de influência brasileira. Nesse sentido, logo nos primeiros anos de seu governo houve a associação de Peru, Colômbia, Equador e Venezuela, sendo que este último, em 2006 iniciou o processo de adesão plena ao MERCOSUL, tendo sido concluído em 2012, já no governo de Dilma Rousseff.

O processo de admissão da Venezuela como membro pleno do bloco atendeu a formuladores argentinos preocupados com o peso crescente da liderança brasileira, aos autonomistas brasileiros que buscariam a ampliação comercial do bloco e aos progressistas que defendiam maior aproximação com os governos progressistas da região. Mas empacou nos limites da visão bolivariana que tinha expectativas de reformular o caráter econômico do MERCOSUL (SARAIVA, 2013, p. 12)

Confirma-se, portanto, o papel geopolítico com um espectro securitário do MERCOSUL:

A nova missão do Mercosul seria estabilizar uma vizinhança indisciplinada, fornecendo uma arena às autoridades brasileiras para conter conflitos, evitando a escalada de disputas domésticas ou interestatais e o transbordamento para o resto da região. (MALAMUD; RODRIGUEZ, 2013, p. 177)

Apesar do impulso institucional à integração, o Brasil teria continuado a atuar de maneira individual nos foros internacionais, e não como porta-voz, por exemplo, da UNASUL (SANAHUJA, 2012). Dessa forma, a integração continuou sendo uma linha de meio e não fim, como definido por Spektor (2010), pois o interesse em consolidar-se como liderança regional para se projetar no cenário internacional, via organismos

multilaterais (como OMC) ou agrupamentos emergentes (como o BRICS), foi latente em sua agenda de política externa.

Ainda assim, o governo buscou ressaltar em seus discursos sua posição não hegemônica frente a seus vizinhos sul-americanos (BARBOSA, 2011). Segundo Barbosa (2008), o discurso inicial de Lula para a América do Sul exaltava de maneira muito mais clara o papel do Brasil como liderança regional, mas, frente à reação negativa de seus vizinhos, seu discurso passou a ser mais moderado e defender uma atuação conjunta de todos os países sul-americanos, uma união. Nesse sentido, percebe-se que, em termos de blocos regionais, por exemplo, manteve-se a prevalência da tomada de decisão por consenso em todas as iniciativas impulsionadas pelo governo Lula (BURGES, 2009). Ou seja, o cuidado em passar uma imagem subimperialista a seus vizinhos era central.

Frente a isso, a política exterior de Lula para a região também ficou conhecida como uma “política de generosidade”, seguindo a lógica mais estratégica – de manter a região sem conflitos e sob sua liderança – do que altruística (COUTO, 2012). Nesse sentido, três casos se destacam. O primeiro deles foi a nacionalização da exploração dos hidrocarbonetos pelo governo boliviano de Evo Morales em 2006. Frente a isso, apesar da forte reação de setores de oposição brasileiros por uma retaliação ou até mesmo atuação militar, o governo brasileiro “afirmou que a decisão do governo boliviano de nacionalizar as riquezas de seu subsolo e controlar sua industrialização, transporte e comercialização, era reconhecida pelo Brasil como ato inerente à sua soberania” (BARRETO, 2012, p. 54) e aceitou a decisão.

Um segundo caso foi o pedido de reajuste do valor pago pelo Brasil à energia gerada pelo Paraguai na hidrelétrica binacional de Itaipu em 2011. O Brasil, até então, pagava um valor ínfimo pela parte paraguaia, somente US\$ 2,81 por MWh, muito em função do desconto da dívida assumida pelo Paraguai na construção da hidroelétrica (O GLOBO, 2011). Frente a isso, o governo Lula recebeu tal reclamação como justa e aceitou o reajuste, triplicando o valor pago ao Paraguai. Por fim, outro caso foi a adoção de medidas protecionistas argentinas, com o objetivo de proteger a sua indústria e de defender-se dos grandes déficits em sua balança comercial com o Brasil, o que não gerou adoção de quaisquer medidas retaliativas.

Contudo, a assimetria seguia (e segue) sendo um obstáculo para uma maior confiança por parte dos sul-americanos. Segundo Cervo (2009), Saraiva e Gavião

(2015) e Carcanholo (2008), a maior parte das exportações brasileiras é composta por produtos de maior valor agregado, o que resulta em superávit comercial (GRÁFICO 4) com todos os países da região (exceto com a Bolívia, pela compra de gás).

Gráfico 4 - Saldo comercial Brasil - América Latina e Caribe (1997-2017)

Fonte: MDIC (2018)

Ainda assim, na Tabela 1 verifica-se que a participação das exportações e importações da América Latina vem diminuindo de forma inconsistente e paulatina, perdendo espaço, principalmente, para a Ásia⁶⁷. Com exceção do mandato de Lula, a variação anual – tanto das importações quanto das exportações – entre 1997 e 2016 apresenta-se, mormente, negativa (MDIC, 2016).

⁶⁷ Sennes (2012) defende que o fator China se caracteriza como um desafio ao Brasil, no sentido de ajustar seu padrão de relacionamento, pautado na forte exportação de produtos primários e semi-manufaturados. Além disso, Cacciamali, Bobik e Celli (2012) destacam que, para além de no Brasil, a inserção chinesa na América do Sul como um todo reconfigurou o nível de competitividade e aumentou seu protagonismo na região.

Tabela 1 - Participação da América Latina e Caribe frente ao total das exportações e importações brasileiras e Variação Anual (V.A.) (1997-2017)

	Exportações do total	V.A. das Exportações	Importações do total	V. A. das Importações
1997	28,1%		22,1%	
1998	28,4%	-2,3%	21,6%	-5,5%
1999	24,3%	-19,9%	19,4%	-23,2%
2000	25,7%	21,0%	21,4%	24,6%
2001	23,7%	-2,7%	18,4%	-14,3%
2002	19,4%	-14,8%	17,9%	-17,5%
2003	20,7%	29,1%	17,6%	1,0%
2004	24,0%	53,5%	16,7%	23,2%
2005	26,0%	32,3%	16,4%	14,9%
2006	27,0%	20,7%	18,5%	40,2%
2007	26,5%	14,6%	17,8%	26,9%
2008	26,5%	22,4%	16,6%	33,8%
2009	23,8%	-30,3%	18,0%	-20,1%
2010	24,3%	34,7%	17,4%	38,1%
2011	22,8%	19,1%	17,0%	21,5%
2012	21,3%	-11,7%	17,5%	1,5%
2013	22,6%	6,1%	17,3%	6,4%
2014	20,9%	-14,0%	16,6%	-8,5%
2015	20,8%	-15,1%	16,3%	-26,6%
2016	20,3%	-4,2%	16,8%	-17,2%
2017	20,2%	17,3%	16,8%	9,3%
Média	23,7%	7,8%	18,0%	5,4%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MDIC (2018).

Como forma de incentivar o comércio regional, o governo brasileiro criou em 2003 o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), o qual tem como objetivo reduzir as assimetrias comerciais e contribuir para a integração regional mediante a intensificação dos fluxos comerciais entre o Brasil e os demais países da América do Sul a partir da substituição de importações brasileiras de terceiros por importações da região (COUTO, 2010). Contudo, segundo a crítica de Luce (2007), apesar de buscar aumentar a importação de produtos da região em termos de volume, para, assim, reverter a balança comercial superavitária do Brasil com a região, este programa não ataca o caráter desigual do intercâmbio (importação de commodities e exportação de manufatura), perpetuando a assimetria.

Outra política impulsionada pelo governo Lula dentro da questão da assimetria regional foi a criação do FOCEM sob o âmbito do MERCOSUL. Segundo Costa e Ferreira (2013), o governo Lula teria ensaiado ser o país pagador da integração do MERCOSUL, por meio do Fundo criado em 2007, o qual tem como razão

financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas; apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração (MERCOSUL, 2004, p. 1)

Desta forma, seu financiamento se dá da seguinte forma: o Brasil, como maior economia do bloco, aporta mais de 55% ao fundo, enquanto que Argentina e Venezuela 21% cada, e o restante (menos de 3%) é dado por Paraguai e Uruguai. Enquanto isso, no que se refere aos recursos recebidos, a lógica é inversa: Brasil, Argentina e Venezuela recebem 11,5% cada, Paraguai 55% e Uruguai quase 37%. Desta forma, busca-se criar uma proporção de aportes e investimentos de acordo com suas assimetrias. (FOCEM, 2015)

No entanto, Tessari (2009, *apud* MARIANO, 2014, p. 269) destaca que, na realidade, o FOCEM não seria um mecanismo voltado *de facto* à redução das desigualdades intrabloco, mas sim uma estratégia brasileira de amenizar as tensões com os membros menores, mantendo a estabilidade do bloco. Isso pode ser demonstrado pela própria quantia irrisória que é destinada ao fundo (US\$ 100 milhões) frente às profundas debilidades econômico-infraestruturais da região (MARIANO, 2014).

Para além dessa assimetria nas trocas comerciais, o Brasil se destaca também por seu desigual avanço técnico e científico frente aos países da região. Nesse sentido, outra política adotada pelo governo Lula com o fim de reduzir as assimetrias e projetar-se na América Latina (e também na África), foi o uso da cooperação técnica sem condicionais via Agência Brasileira de Cooperação. Segundo Ayllón Pino (2012), entre 2003 e 2010 foram criados um total de 475 projetos de cooperação técnica, tendo como principais parceiros os países africanos de língua portuguesa e os latino-americanos, o que mobilizava uma grande diversidade de ministérios, agências, empresas brasileiras e universidades⁶⁸.

Nesse sentido, pode-se argumentar que o Brasil assumiu uma postura de *paymaster*. Para Saraiva (2013), o Brasil foi assumindo, progressivamente, estes custos da integração regional. No entanto, Mariano (2014) destaca que mesmo em suas ações como *paymaster*, sobressai sua atuação intergovernamental ou até mesmo individual,

⁶⁸ Dentre as principais instituições brasileiras envolvidas estão: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Fundação Oswaldo Cruz, o Sistema S, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (SANTOS, 2013).

como é o caso do financiamento à integração infraestrutural por meio do BNDES que é trabalhado em um subcapítulo posterior.

A relação do governo seguinte, de Dilma Rousseff (2011-2014)⁶⁹, com a América do Sul, por outro lado, não se desenvolveu na mesma intensidade que o governo anterior (BARROS; RAMOS, 2013; CORNETET, 2014; SARAIVA; GAVIÃO, 2015, PECEQUILO; CARMO, 2015). Apesar de manter sua política exterior com os mesmos objetivos conceituais que do governo Lula, a diminuição do papel da diplomacia presidencial e, principalmente, o cenário nacional, regional e internacional comprometeram sua relação com a América do Sul (BASTOS; HIRATUKA, 2017).

No governo Dilma, as adversidades nacionais, regionais e internacionais não permitiram avançar as iniciativas, chegando até mesmo a certa retração. Segundo Saraiva (2013), a América do Sul em seu governo perdeu espaço para a agenda do sul global – vide os avanços nos BRICS –, na medida em que as expectativas brasileiras de receber apoio regional à sua inserção internacional foram sendo frustradas. Ou seja, a estratégia que o governo de Lula desenvolveu, de inserção regional com vista à projeção internacional, passou a não ser correspondida no governo Dilma.

A ascensão de Rousseff esvaziou a dimensão política do comportamento brasileiro frente à região no que diz respeito às ações do Brasil como ator estruturador das instituições regionais e definidor de agendas, embora a UNASUL tenha seguido sendo a referência de atuação brasileira frente a situações de crise (SARAIVA; GOMES, 2016, p. 90)

Ao contrário da valorização das ações via blocos regionais, Rousseff priorizou os vínculos bilaterais com os países sul-americanos (SARAIVA; GAVIÃO, 2015). Um exemplo são os avanços dos acordos de complementação econômica com Chile, Colômbia e Peru (PARAGUASSU, 2014), países esses que mantinham a relação com o Brasil, principalmente, via determinados blocos regionais (como UNASUL).

Quanto ao MERCOSUL, a agenda de Lula foi mantida, mas sem grandes concessões aos parceiros que impedem as exportações brasileiras – como o caso da Argentina. Além disso, Bastos e Hiratuka (2017) destacam o episódio da renúncia de Samuel Pinheiro Guimarães do cargo de Alto-Representante do MERCOSUL em 2012. Segundo os autores “suas queixas envolviam tanto a falta de investimento financeiro do

⁶⁹ Recorda-se aqui que a delimitação temporal desta dissertação inclui somente o primeiro governo Dilma.

Brasil em mecanismos de cooperação econômica no MERCOSUL, quanto a carência de apoio político por parte da presidentia” (BASTOS; HIRATUKA, 2017, p. 2). Além disso, a adesão da Venezuela ao bloco – além de ter resultado em uma situação tensa com o Paraguai por sua suspensão – aumentou as dificuldades de estabelecer-se uma tarifa externa comum no bloco (SARAIVA, 2013).

Para além dessa nova estratégia, o governo Dilma passou, segundo Barros e Ramos (2013), por três momentos de tensão frente à região. O primeiro deles foi o golpe institucional contra o presidente paraguaio, Fernando Lugo, em 2012. Frente a isso, o governo de Dilma, juntamente com os demais membros do MERCOSUL, acionou a cláusula democrática do bloco, suspendendo a participação do Paraguai, o que permitiu a entrada da Venezuela ao bloco, haja vista que o congresso do Paraguai (então suspenso) era o único que ainda não havia ratificado sua adesão. A segunda tensão se deu com a morte de Hugo Chávez e a eleição de Nicolás Maduro (chavista) em 2013. E, por fim, a quarta, última e talvez mais constrangedora foi a crise diplomática com a Bolívia, em função do episódio do senador boliviano Roger Pinto. Segundo Bressan

Entre outras acusações, Roger Pinto estaria envolvido em um massacre indígena na província de Pando na Bolívia, ocasionando sua perseguição política, segundo ele. Após levar sua família ao Brasil via terrestre, o senador solicitou asilo na embaixada do Brasil em La Paz. Contudo, o salvo-conduto não concedido pelo governo boliviano criou um impasse, impedindo-o de sair da embaixada brasileira, permanecendo no confinamento no local por 15 meses consecutivos. Esta condição foi rompida por decisão de Eduardo Saboia, diplomata responsável pela unidade diplomática. Junto a fuzileiros navais, ele transportou Roger Pinto até a fronteira do Brasil em decisão contrária ao do Ministério das Relações Exteriores e da própria Presidência da República, que não havia autorizado o envio do carro diplomático para buscar o senador. Por fim, o imbróglio gerou a demissão do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, o afastamento de Eduardo Saboia do cargo e uma situação constrangedora na política externa brasileira para com o governo boliviano (BRESSAN, 2016, p. 328-319)

Para além desses três episódios, o governo Dilma passou por uma transição da conjuntura sul-americana como um todo, principalmente pela decadência dos governos progressistas na região, vide a crise contestatória ao governo de Nicolás Maduro na Venezuela e de Cristina Kirchner na Argentina. Em termos de processos de integração regional, a criação da Aliança do Pacífico em 2011 se colocou como uma proposta de integração distinta das levadas a cabo na região durante a última década, retomando a ênfase a aspectos comerciais (BRESSAN, 2016).

Outrossim, o avanço da presença chinesa e a perda de competitividade da indústria brasileira fizeram com que as exportações brasileiras, paulatinamente, perdessem espaço na América do Sul (como visto na Tabela 1). Em seguida, o cenário de crise, com queda dos preços das commodities, recrudescceu o protecionismo entre os países da região, o que, certamente, dificultou o avanço dos processos de integração (BASTOS; HIRATUKA, 2017). Além disso, posturas nacionalizantes frearam os investimentos privados brasileiros, como foi o caso da Argentina, quando o governo de Cristina Kirchner reestatizou a empresa petrolífera YPF e instituiu barreiras às exportações brasileiras (CERVO; LESSA, 2014).

Por fim, domesticamente, as denúncias de corrupção envolvendo grandes empresas brasileiras, como a construtora Odebrecht, prejudicaram a atuação das mesmas na região via BNDES

Dados disponibilizados pelo banco revelam a queda nos montantes contratados. Em 2011 o total do valor das operações de projetos contratados chegou a 2,4 bilhões de dólares, enquanto que em 2014 esse número caiu para aproximadamente 1 bilhão de dólares (SARAIVA; GOMES, 2016)

Vista essa análise geral da inserção do Brasil durante os governos Lula e Dilma na América Latina, parte-se, no capítulo seguinte, ao estudo específico de sua atuação via UNASUL.

4.3.1 A UNASUL

Como visto no capítulo anterior (3. As iniciativas integracionistas latino-americanas um retrato histórico), o Brasil teve papel protagonista na criação da UNASUL. Com o gérmen do bloco ainda na proposta da ALCSA em 1994, passando pelas Reuniões dos Chefes de Estado Sul-Americanos (2000 e 2002), desenvolvendo-se na CASA (2004-2008) e, por fim, instituída em 2008 como UNASUL, o bloco é resultado do projeto “sul-americanista” desenvolvido pelo Brasil ao longo de todo esse período.

Quanto ao seu privilégio ao âmbito político, Carmo (2012, p. 314) analisa que “Se o Brasil tentasse fazer um MERCOSUL ampliado, o projeto teria fracassado, porque as discussões girariam em torno da liberalização comercial como estratégia de desenvolvimento e isso inviabilizaria a formação de um consenso sul-americano”. Ou

seja, como descrito no capítulo anterior, sua abrangência resulta também em uma divergência de modelos de desenvolvimento e crescimento econômico.

Pensando na inserção bifronte do Brasil – dividido entre o poder regional e o global – a UNASUL cumpre o papel de formalizador da liderança brasileira na América do Sul “unificada” em um bloco. Desta forma, de acordo com Giacalone (2013, p. 139), *“Si MERCOSUR sirvió para convertir a Brasil en actor económico global, UNASUR le sirve para afirmarse como actor político global”*.

Com base nisso, analisa-se o interesse brasileiro de maneira mais específica dentro das principais iniciativas da UNASUL. Dentre elas estão: o Conselho de Defesa Sul-Americano, o Banco do Sul e a IIRSA/COSIPLAN juntamente com a análise do papel do BNDES na região.

4.3.1.1 Conselho de Defesa Sul-Americano

Como base do empenho brasileiro na criação do CDS está a Estratégia Nacional de Defesa (END) lançada em 2008⁷⁰, a qual tem entre seus objetivos “contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional, com ênfase na pesquisa e desenvolvimento de projetos comuns de produtos de defesa” (BRASIL, 2012, p. 136). Assim, para Leão e Morini (2013), o CDS é um dos principais organismos utilizados pela política externa brasileira nos moldes do conceito da hegemonia consensual.

Yuanqui Guerra (2017, p. 61) afirma que durante o governo Lula estabeleceu-se uma relação entre a defesa e o desenvolvimento, a partir de um plano de incentivo à indústria de defesa, o qual tem como objetivo tanto a atualização do sistema de defesa brasileiro como a promoção de sua indústria bélica⁷¹. Dessa forma, o autor argumenta que *“los países de la Unasur cumplen un rol dual para la industria brasileña: son socios estratégicos y, a su vez, potenciales clientes”*

Dentre as principais vendas já realizadas pelo Brasil a países da região estão os 25 aviões Super Tucano (entre 2006-2008) para a Colômbia e a venda de 12 e 18 aeronaves do mesmo modelo (entre 2009 e 2011), respectivamente, para Chile e

⁷⁰ A END foi atualizada em 2012.

⁷¹ Um dos eixos estruturantes do END (BRASIL, 2012) é “a reorganização da Base Industrial de Defesa, para assegurar o atendimento às necessidades de equipamento das Forças Armadas apoiado em tecnologias sob domínio nacional”.

Equador. No entanto, ressalta-se a presença e ingerência dos EUA ainda sobre a região, quando a potência hemisférica vetou a venda de 26 Super Tucanos à Venezuela por deter algumas das tecnologias contidas deste modelo de aeronave. Ou seja: “Apesar da existência dos esforços regionais pela autonomia, este caso ilustra como o poder de ingerência da superpotência na segurança da América do Sul permanece muito elevado” (DESIDERÁ NETO, 2014).

Ou seja, apesar de Fuccille afirmar que

o Brasil tem trabalhado na América do Sul procurando fomentar uma agenda comum de segurança e contra-arrestar a influência norte-americana na região (originalmente centrada na expansão de bases militares no subcontinente, reativação da IV Frota Naval e combate ao terrorismo e às drogas). (FUCCILLE, 2014, p. 116).

A “obediência” brasileira aos parâmetros estadunidenses se apresenta de forma clara, como na viagem do então ministro de defesa brasileiro à Washington para apresentar a proposta do CDS. Frente a isso, segundo Montoya (2009, *apud* Yuanqui Guerra, 2017), foram feitas críticas de alguns governos sul-americanos pela falta de autonomia; sendo o Brasil, portanto, um “satélite subregional estadunidense”. Fortalecendo tal crítica, tem-se a aprovação da iniciativa pelo governo de George W. Bush (YUANQUI GUERRA, 2017), que “liberou” o Brasil a seguir com tal iniciativa.

Outro problema levantado na relação do Brasil com o Conselho é a baixa participação dos militares brasileiros no projeto (FUCCILLE, 2014). Isto porque, apesar do grande empenho político e institucional na criação do organismo, o Ministério da Defesa (mormente, os militares) estaria pouco envolvido em tal processo, o que fragiliza sua concretização. Neste contexto, o Fuccille (2014, p. 124) levanta a desconfiança de tal categoria ao CDS, considerando-o como uma “extravagância”, fruto de devaneios de um governo esquerdista, que não encontraria correspondência na realidade”.

4.3.1.2 Banco do Sul

O Banco do Sul levou o Brasil a entrar em um profundo dilema. De um lado seguir sua estratégia autônoma de investimentos pelo BNDES, o qual carrega o ônus de incitar desconfianças e “denúncias” de subimperialismo desde seus vizinhos. De outro, investir na proposta multilateral do Banco do Sul, onde limitaria seu poder de decisão sobre a alocação e uso dos recursos, mas aumentaria a confiança e a parceria com os

demais países sul-americanos, permitindo impulsionar ainda mais o Brasil como liderança regional. (CALIXTRE; BARROS, 2010)

Segundo Carvalho e Sennes (2009)

A proposta inicial de Hugo Chávez, Néstor Kirchner, Evo Morales e Rafael Correa era criar um banco que combinasse as funções de desenvolvimento, gestor das reservas externas e banco central regional, capaz de apoiar os bancos centrais em caso de crises cambiais e de, mais adiante, tornar-se o emissor da moeda regional. Para entrar no processo, o Brasil exigiu que as negociações voltassem ao ponto de partida e conseguiu dos sócios que o desenho do banco seguisse o modelo de um banco de desenvolvimento, como um BNDES regional. (CARVALHO; SENNES, 2009, p. 24)

Assim, Santos (2013) destaca que o Brasil só aceitou negociar o Tratado Constitutivo do Banco caso este fosse incluído nos futuros financiamentos da IIRSA. Outrossim, o Brasil não estaria de acordo com a utilização das reservas internacionais dos países para o fundo do Banco, e defendia uma captação mais voltada para o mercado de capitais, assim como acontece no BNDES. Além disso, outra discordância brasileira seria o critério “um país - um voto”, defendendo a igualdade de contribuição, o que reduziria drasticamente a reserva/efetividade do Banco (CARVALHO *et al.*, 2009, *apud* MARIANO, 2014). Desta forma, o Brasil só teria entrado no Banco do Sul para tentar mudar tais características.

Como defende Ouriques (2015), os projetos regionais que não estão sobre sua “liderança”, como o Banco do Sul (e outros como a Telesur e o SUCRE), não são impulsionados de fato pelo Brasil; no caso do Banco do Sul, por exemplo, fica clara a preferência pelo uso do BNDES.

La importancia del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES) en este siglo XXI, y su estrategia después de la expansión de grandes empresas privadas (y/o mixtas), han dejado poco espacio para la proposición práctica alternativa, como la del Banco del Sur, formulada originalmente por Venezuela y Ecuador (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2013, p. 51)

Uma demonstração da falta de interesse do governo brasileiro na iniciativa pode ser percebida pela demora de solicitação do Poder Executivo à ratificação ao Congresso Nacional (MARIANO, 2014), ratificação essa que não foi realizada até a data desta dissertação.

4.3.1.3 A atuação de construtoras e “empresas brasileiras” via IIRSA e BNDES

Segundo Couto (2006) e Honório (2013), o conceito de Eixos de Integração e Desenvolvimento adotados pela IIRSA foi desenvolvido, primeiramente, por Eliezer Batista, ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce e ex-ministro de Minas e Energia do Governo de João Goulart. A partir disso, tal conceito foi transplantado ao nível regional pela IIRSA, hierarquizando os projetos de infraestrutura na América do Sul.

Desta forma, a infraestrutura pode ser posta como prioridade número um da inserção brasileira na integração sul-americana. Como mesmo afirma Lula

O alicerce da Comunidade Sul-Americana é a integração da infraestrutura física. Estamos dando passos firmes na execução dos projetos que elegemos como prioritários no marco da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, IIRSA. (FUNAG, 2008, p. 57)

Nesse sentido, Giacalone (2006) e Padula e Fiori (2016) apontam como um dos principais interesses brasileiros na criação da IIRSA o de conectar-se com o Peru, e, assim, alcançar o oceano pacífico, driblando o Canal do Panamá de controle estadunidense. Desta forma, isso privilegiaria a expansão das empresas brasileiras não só na região, mas fora dela, com ênfase na pujante Ásia. Além disso, no que tange a integração energética, Couto (2006, p. 12) coloca que “ao se analisar a carteira mais ampla de projetos da IIRSA, percebe-se que boa parte dos empreendimentos do setor de energia visava atender à demanda do mercado brasileiro”.

Ainda assim, Honório (2013) aponta que

A liderança brasileira na proposta da iniciativa, no entanto, não pode ser estendida ao campo do avanço institucional. O Brasil não atuou politicamente de maneira a buscar maior centralização das atividades ou mesmo a conformação de uma instância com poderes deliberativos. O país enxergou a IIRSA durante a década de 2000 como um órgão técnico e de diálogo entre os 12 países (HONÓRIO, 2013, p. 42-43)

Com base nisso, em análise realizada do discurso de Lula, Honório (2013) identificou que a partir, principalmente, de 2006, a menção à IIRSA ou qualquer outra iniciativa foi substituída pelo termo “integração da infraestrutura”. Este discurso mais amplo sobre a integração infraestrutural pode estar relacionado com tentativa de atenuar

citações diretas às iniciativas brasileiras na região, vide sua intensa atuação unilateral via BNDES.

O governo Lula passou a utilizar o BNDES⁷² como promotor da infraestrutura por fora da IIRSA (ALMEIDA, 2004), na medida em que o Banco estava excluído da direção executiva da IIRSA (COUTO, 2012), o que alimenta seu papel como, na conceituação de Cervo (2003), Estado logístico⁷³. Segundo Couto (2012, p. 184) “entre 2000 e 2010, o patamar de desembolsos do banco se multiplica por 7”.

Ainda, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores (2010), entre 2003 e 2010 foram financiados mais de 80 projetos de infraestrutura na América do Sul, totalizando por volta de US\$ 10 bilhões aprovados⁷⁴, financiamentos estes somente a “empresas brasileiras”. Contudo, precisa-se aqui definir melhor o conceito de empresas brasileiras, haja vista que a maioria destas estão, na realidade, sob controle acionário estrangeiro (DOMINGUES, 2008). Além disso, Fontes (2009) destaca que, ademais dos capitais multinacionais presentes na atuação brasileira, há profundas forças internas, burguesas, o que não indica um interesse nacional de expansão, mas sim de classe:

Há uma escala imperialista de acumulação e concentração de capitais em determinados setores; o conjunto da burguesia brasileira, em que pese seu caráter subalterno, constituiu extensa organicidade interna, revelada por exemplo, no papel desempenhado pelo Estado para assegurar tanto o impulso à concentração, quanto a expansão externa de tais capitais (FONTES, 2009, p. 222)

No caso do BNDES,

⁷² O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 1952 como uma autarquia federal, atuando em convergência com a Comissão Mista Brasil-EUA em prol do desenvolvimento infraestrutural e industrial do Brasil. Em 1970, o BNDE se tornou uma empresa pública e passou a ter papel fundamental no processo de substituição das importações, a partir do investimento nos setores de bens de capital, insumos básicos e, até mesmo, em segmentos de ponta como informática e microeletrônica. A partir da década de 1980, com a profunda crise econômico-político-social, o Banco passou a dar maior atenção às questões sociais, tornando-se BNDES. Também a partir dessa década, o BNDES teve um papel fundamental na agenda de privatizações no país. Na década de 1990 e, principalmente, 2000, o BNDES passou a ser a ferramenta central no financiamento de exportações brasileiras e também da promoção de infraestrutura, nacionalmente – com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) – e regionalmente, com a criação de um departamento específico sobre integração sul-americana no organograma do Banco.

⁷³ O Estado logístico, segundo Cervo (2003), promove apoio logístico aos empreendimentos públicos e privados, com o fim de torná-los competitivos e aliados ao desenvolvimento nacional.

⁷⁴ Destaca-se aqui o uso intensivo do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) pelo governo brasileiro a partir do governo Lula. O CCR, criado em 1982, sob o âmbito da ALADI, é composto por “um sistema de garantias de conversibilidade, transferibilidade e de reembolso automático, que garante ao exportador a cobrança da operação comercial” (BCB, 2017), o qual promove maior segurança aos financiamentos realizados pelo BNDES à região. (MARIANO, 2014)

Além de contar com as usuais fontes de recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de dotações orçamentárias da União, de captações no exterior e de suas próprias operações, o BNDES passou a contar com recursos de vultosos empréstimos concedidos pelo Tesouro Nacional (SANTOS, 2013, p. 201)

Ou seja, o BNDES permite a realização de altos investimentos. A termos de comparação, Santos (2013) aponta que enquanto o Banco Mundial emprestou US\$ 43 bilhões, em 2011, o BNDES alcançou US\$ 73 bilhões. Ainda segundo o autor (p. 203), “O volume de empréstimos do banco na América Latina somente fica atrás dos desembolsos realizados pelo Banco de Desenvolvimento da China (BDC) e o EximBank chinês”.

Santos (2013) destaca que fatores como a dificuldade de acesso a outros financiadores, a ausência de grandes empresas regionais de infraestrutura e a inexistência de condicionalidade facilitam a atuação brasileira na região. Além disso, ainda de acordo com o autor (p. 198), a questão da infraestrutura é central, na medida em que, mesmo com rivalidades ou divergências de perspectivas sobre a integração regional, todos os países têm “interesses, por exemplo, na interconexão de transportes a portos dos dois oceanos, no abastecimento e distribuição de gás, petróleo e energia hidrelétrica e biocombustíveis e no financiamento de suas infraestruturas”; ou seja, estabelece-se aí um ponto de convergência total na região.

No entanto, Couto (2012) destaca que a ordem dos investimentos do BNDES aos países sul-americanos obedece, basicamente, sua colocação nas exportações brasileiras.

A contribuição à redução da concentração econômica na região não é foco de sua atenção, embora não possa ser totalmente descartado. De partida, no entanto, o direcionamento dos desembolsos à Argentina e Venezuela indica uma concentração nos países mais abastados com os quais o Brasil apresenta as maiores correntes de comércio, e também os países mais íntimos da diplomacia presidencial de Lula, atraindo 70% do valor total (COUTO, 2012, p. 194)

Para além de sua função no financiamento da integração infraestrutural da América do Sul, o BNDES desempenhou um papel fundamental na internacionalização de grandes “empresas brasileiras”, principalmente as construtoras nessas obras de infraestrutura, o que fez ampliar de maneira significativa a presença brasileira,

atendendo à demanda dos setores empresariais e produtivos nacionais (BARROS; RAMOS, 2013).

Desta forma, visando ampliar a base exportadora (mormente de bens e serviços de maior valor agregado), a capacidade de geração de emprego e renda no país e também atender a burguesia nacional (e acionistas internacionais) houve um aumento dos investimentos às exportações de US\$ 3,9 bilhões em 2002 para US\$ 11,3 bilhões em 2010 (SANTOS, 2012).

Vemos agora o BNDES repetindo a mesma história de internacionalização de capitais, sob a farsa de uma integração regional como substrato ideológico e como moldura institucional adequada à gestão integrada de corredores de exportação e clusters em escala continental (NOVOA, 2009, p. 198)

Dentre as medidas adotadas pelo Banco em prol de atender esse “projeto” de expansão de presença brasileira na região e no mundo estão:

a modificação estatutária possibilitando o apoio do banco a investimentos no exterior, com a condição de que esses investimentos resultassem em exportações de produtos domésticos; a criação do Programa de Apoio ao Investimento de Empresas Brasileiras de Capital Nacional no Exterior; a formação de grupo de trabalho sobre a internacionalização; a abertura de escritório de representação em Montevidéu e de subsidiária em Londres; etc. (SANTOS, 2013, p. 201)

Dentre as empresas que se beneficiaram de empréstimos para a abertura de novas filiais, compras e fusões, além de licitações de obras infraestruturais, se destacam as seguintes: Petrobras, Odebrecht, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Votorantim, Companhia Siderúrgica Nacional, Camargo Corrêa, Gerdau, JBS e Andrade Gutiérrez⁷⁵ (HIRST, SOARES DE LIMA e PINHEIRO, 2010). Alguns exemplos de transações financiadas pelo BNDES são: a incorporação do maior frigorífero argentino, Swift Armour, pela Friboi; a compra da companhia siderúrgica estatal peruana pela Gerdau; a aquisição da cervejeira Quilmes pela Ambev; a compra da maior fabricante argentina de cimento, Loma Negra, pela Camargo Correa; e a aquisição da refinaria peruana Zinc Cajamarquilla e de ações da Companhia Mineira Milpo pela Votorantim (LUCE, 2007). Esta amostra nos permite chegar a algumas conclusões:

⁷⁵ A relação de parceria entre o governo brasileiro e essas empresas é tão profunda que os grupos Andrade Gutiérrez e Odebrecht eram patrocinadores na revista *Diplomacia, Estratégia e Política* do Ministério das Relações Exteriores, abrindo espaço até para a promoção institucional nas últimas páginas (LUCE, 2007).

(1) verifica-se a relação, discutida pela teoria da internacionalização da firma, entre exportações e investimento no exterior; (2) o perfil das maiores firmas exportadoras de capital brasileiro concentra-se em atividades intensivas em recursos naturais; (3) a exploração de renda diferencial oriunda do uso de recursos naturais abundantes perfila-se como uma vantagem competitiva que pode explicar a projeção das empresas além-fronteiras; (4) parte importante das firmas (as três maiores exportadoras e a 4ª e a 5ª mais internacionalizadas) consiste de ex-estatais privatizadas ou semi-privatizadas, revelando combinação do legado da indução estatal e a projeção estimulada pelas pressões por ganhos de rentabilidade por parte dos novos acionistas, no mercado de capitais. (LUCE, 2007, p. 99-100)

Todo esse alastramento de empresas brasileiras (públicas/mistas ou privadas) não ocorreu, contudo, sem atritos. Talvez um dos mais polêmicos foi a nacionalização dos hidrocarbonetos pela Bolívia (tratado no subcapítulo anterior), a qual afetou diretamente a atuação da Petrobrás no país (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010). Também na Bolívia, houve protestos de comunidades indígenas que estavam sendo prejudicadas com o asfaltamento da rodovia Villa Tunari (2011), o qual era financiado pelo Banco brasileiro (COUTO, 2012). No Equador, também houve um importante conflito envolvendo a construtora Odebrecht, na medida em que o governo equatoriano questionou o fato do empréstimo do BNDES ter “sido concedido diretamente à construtora brasileira Odebrecht, mas ‘legalmente’ ter constado como sendo uma dívida do Equador com o Brasil” (BARRETO, 2012, p. 90). Neste caso, após um momento inicial de embate, o Equador restabeleceu o pagamento do empréstimo e as relações foram restabelecidas.

Desta forma, há um

Aprofundamento de uma especialização produtiva desigual na América do Sul, com a transferência de propriedade de ativos econômicos dos países vizinhos para segmentos da burguesia brasileira, com a consequente extração do produto excedente pelas empresas de capital brasileiro (LUCE, 2007, p. 85)

Como afirma Richard Haas, “O mundo realmente mudou. E, nesse novo cenário, até para os nacionalistas de plantão o ‘imperialismo’ passou a ser visto com olhos bem mais benevolentes. Afinal, imperialismo, agora, também é coisa nossa” (RICHARD HAAS, *apud* LUCE, 2007, p. 83).

5 O MÉXICO FRENTE À AMÉRICA LATINA

Ao longo deste capítulo é analisada a inserção mexicana na América Latina. Para isso, em um primeiro momento é descrita a postura do México frente à região – tanto seus princípios como sua postura ao longo da história. Em um segundo momento, foca-se nos três governos envolvidos no período analisado – Fox (2000-2006), Calderón (2006-2012) e Peña Nieto (2012-) –, levando em consideração seu contexto e suas principais agendas de política externa. A partir desse pano de fundo, são analisadas as posturas e iniciativas desenvolvidas por cada um desses governos frente à América Latina. Por fim, dedica-se à análise particular do México na Aliança do Pacífico, destacando tanto seus interesses comerciais como político-estratégicos.

5.1 A postura mexicana frente à região: parâmetros e perspectiva histórica

Primeiramente, é preciso ressaltar o caráter birregional do México, pois ao tentar classificar o território mexicano dentro de um dos subcontinentes americanos já se iniciam as primeiras dificuldades. Geograficamente, o México se insere nos livros didáticos como América do Norte, o que é compreensível ao visualizar-se sua longa fronteira com os EUA – 3.141 km – e o grande racha existente entre o México e a América do Sul, divididos pela diminuta América Central. Por outro lado, ao elevar-se o aspecto linguístico-cultural, o México se descola da América do Norte para juntar-se ao grupo latino-americano.

Como afirma Pellicer (2006, p. 2), *“One of the largest obstacles for an improved Mexican position in international politics or the acquisition of middle power status has been the difficulty of defining the country’s specific regional identity”*, pois *“despite Mexico’s strong links to the United States, the two countries are not political allies; and although it forms part of Latin America, Mexico is not a regional leader”*. No mesmo sentido, Gómez Buera (2015, p. 238) concorda ao afirmar que *“Mexico’s geographical location, spread between North and Central America, is also a source of confusion for its leaders, who are still not comfortable with a specific regional identity”*. Dessa forma, o México se estabelece como um país ponte cuja base econômica está no norte e sua tradição cultural está no sul. Como afirma Ojeda Gómez (2010, p. 147), *“Suele decirse*

que el estómago de México está en América del Norte, pero su corazón en América Latina”.

Segundo Gonzáles (2006), apesar da insistência retórica dos distintos governos mexicanos na vocação latino-americana da política exterior, o México, de fato, só prestou atenção de forma inconstante e segmentada na região. Desta forma, Pellicer (2006) e Gonzáles (2006) argumentam que existe uma brecha entre o discurso e a realidade da inserção mexicana na América Latina.

Visto isso, o histórico paradoxo entre aproximação simbólica e distância real é explicado, de acordo com Gonzáles (2006), por meio da identificação de cinco características que marcam a existência de uma base de continuidade histórica no trato do México com a América Latina, que vai adequando-se conforme a relação do momento histórico nacional e as forças do cenário internacional.

A primeira característica apresentada é os EUA serem o ponto de referência básico na formulação e desenvolvimento da política externa mexicana para a América Latina. Segundo Starr (2006, p. 50), *“the core characteristics of Mexican foreign policy: legalistic, concentrated on the United States in fact, but rhetorically diversified”*. Dessa forma, Rocha, Loza e Morales (2010) definem a hierarquia das relações regionais do México da seguinte forma:

1. Norteamérica, geopolítico y geoeconómico, 2. Centroamérica, más geopolítico que geoeconómico, 3. Sudamérica y Caribe, más geopolíticos que geoeconómicos, 4. Europa, más geoeconómico que geopolítico; 5. Ásia-Pacífico, más geoeconómico que geopolítico; 6. Medio Oriente, solamente geoeconómica (ROCHA; LOZA; MORALES, 2010, p. 223).

A segunda característica, segundo Gonzáles (2006), é a variação do nível de atenção do México para a América Latina ao longo do tempo em função das intervenções estadunidenses, diretas ou indiretas, na região, assim como em função das transformações políticas e econômicas no subcontinente. De acordo com a autora, no triângulo México-EUA-América Latina, o vértice de maior peso é o da relação com os EUA, sendo secundárias as relações México-América Latina. Ou seja, o México exerce historicamente uma atuação defensiva, na medida em que, na grande maioria das vezes em que houve algum tipo de interação com a região, esta foi resultado de alguma instabilidade, seja ela por razões externas ou internas.

Além disso, ainda no que se refere ao nível de atenção do México à região, Gonzáles (2006) destaca duas distintas áreas de interesse mexicano, em ordem de importância. A primeira delas é a América Central e o Caribe, onde a integração ocorre seguindo um padrão de assimetria, em função da diferença de poder do México para com os demais países da sub-região. Já na segunda, encontram-se os cinco maiores Estados da América do Sul – Brasil, Argentina, Chile, Venezuela e Colômbia – com uma interação baseada no princípio do equilíbrio de poder e na relação competição/cooperação.

A terceira característica identificada por Gonzáles (2006) é a proeminência dos interesses estratégicos, políticos ou ideológicos sobre os econômicos nas relações do México com o continente latino-americano. Segundo o ex-embaixador mexicano Gustavo Iruegas “*La agenda bilateral con Estados Unidos contrasta con la agenda bilateral de México hacia prácticamente todos los países de América Latina*” (IRUEGAS, 2003, p. 18). Ao contrário do relacionamento México-EUA, fortemente marcado pelos interesses econômicos pautados na intensa relação comercial e financeira, os laços entre México e América Latina podem ser divididos em dois: a) os interesses ideológico-culturais e políticos e b) o interesse estratégico de contraponto.

Primeiramente, os interesses ideológico-culturais baseiam-se na própria identificação cultural e pela similar subordinação internacional, o que impulsiona aspirações em desenvolvimento econômico e social similares entre as nações latino-americanas. Segundo Gonzáles e Velázquez Flores (2013, p. 572) “*Para la diplomacia mexicana la identidad cultural compartida con América Latina ha tenido un significado simbólico especial como base para la proyección de la imagen internacional y la presencia multilateral del país*”.

Como afirma Gonzáles (2006), manteve-se ao longo de todos os presidentes mexicanos o discurso da forte identidade e vocação latino-americana do México. No entanto, os pontos fulcrais desse discurso estariam, na realidade, muito além de sua identidade linguístico-cultural, atingindo seus interesses políticos. O que de fato impulsionava esse discurso eram dois elementos intrinsecamente nacionais: o caráter revolucionário da Revolução Mexicana e a posterior “ditadura partidária” do Partido Revolucionário Institucional (PRI).

Sucintamente, a Revolução Mexicana (1910-1917) teve como objeto deflagrador a reeleição fraudulenta de Porfírio Díaz. Díaz governou o México por 39 anos, com

diversas eleições forjadas, sendo esse período conhecido como “*porfiriato*”. Sua política se baseava na facilitação de investimentos externos e na exploração do setor exportador, apoiando, por exemplo, a expansão dos latifúndios. Com base nisso, em 1910 foi deflagrada uma revolta política que se espalhou aos setores populares e camponeses, transformando-se em uma profunda revolução na sociedade mexicana. Tal processo resultou em dez anos de disputas pelo poder, principalmente, pela pressão dos grupos liderados por Emiliano Zapata (ao sul) e Pancho Villa (ao norte), os quais lutavam por reformas sociais e agrárias. Por fim, em 1917, foi outorgada uma constituição a qual legalizava a reforma agrária e iniciou-se, a partir de então, um processo paulatino de estabilização (CEPIK; JORNADA; BORBA, 2012).

Baseando-se no furor da Revolução Mexicana, foi criado em 1928, por Plutarco Elías Calles – presidente do México entre 1924 e 1928 –, o Partido Nacional Revolucionário (PNR). A partir deste ano, iniciou a dinastia do partido. Em 1938, frente à ruptura entre Calles e o então presidente Lázaro Cárdenas, realizaram-se mudanças na direção do partido, resultando na troca de seu nome para Partido de la Revolución Mexicana (PRM) e, em 1946, nomeando-se finalmente como PRI. Ou seja, a partir de então, o partido, como seu próprio nome diz, institucionaliza a revolução. Assim, somaram-se um total de 14 presidentes do partido entre dezembro de 1928 e novembro de 2000.

Frente a esse histórico político-social mexicano, a necessidade de manter a legitimidade do regime – dada a pressão interna de grupos de esquerda e/ou latino-americanistas – pesava de maneira incontestável nos discursos e ações do governo mexicano priista. Como afirma Starr (2006, p. 52), “*Supporting revolution abroad and demonstrating Mexico’s independence from the United States were extremely useful instruments for legitimating one-party rule in Mexico, especially as economic problems began to mount during the 1960s*”. Ou seja, a inserção do México na América Latina teve ao longo da história um papel estabilizador de seu próprio sistema.

O interesse estratégico de contraponto mexicano, por outro lado, se estabelece no sentido de usar a América Latina como um ponto de contenção ou equilíbrio político-estratégico em relação aos EUA. Segundo a tese de Ojeda (1981, p. 93), “*the US recognizes and accepts Mexico’s need to dissent from US policy in everything that is fundamental for Mexico, even if it is important but not fundamental for the US. In*

exchange, Mexico cooperates in everything that is fundamental or merely important for the US, though not for Mexico”.

De acordo com Starr (2006), os EUA só “aceitavam” o comportamento mexicano por três motivos:

(1) the recognized importance of an independent, revolutionary foreign policy to the legitimacy of the PRI and hence to political stability in Mexico; (2) the need for political stability on the U.S. frontier during the Cold War; and (3) the predictable limits of Mexican “disloyalty” to the United States. (STARR, 2006, p. 52)

A quarta característica na relação México-América Latina é a ausência de vontade explícita e sustentável de projeção de poder sobre a região por parte do México, dado seu caráter essencialmente defensivo em relação aos acontecimentos no subcontinente. Ao invés de se buscar a construção de uma zona de influência própria, de projeção de poder econômico, de exportação de um modelo próprio de desenvolvimento ou de promoção de uma visão alternativa de regras do jogo internacional, o México, na prática, busca usar a região como um contrapeso aos EUA, para conter os efeitos negativos dos problemas e crises ocorridas na região sobre si e para dar legitimidade interna ao governo (GONZÁLES, 2006).

Por fim, Gonzáles (2006) indica a quinta característica como a preferência mexicana pelo multilateralismo regional limitado, seletivo e jurídico. Dessa forma, o México geralmente não busca o aprofundamento de organizações multilaterais regionais no sentido de estabelecer um centro de cooperação diverso. A atuação mexicana seria dirigida fundamentalmente pela atividade unilateral no âmbito da ONU e por meio de mecanismos de concertação política regional *ad hoc*.

5.1.1 Desenvolvimento histórico da inserção mexicana na América Latina

Tendo como base essas cinco características fundamentais da inserção mexicana na América Latina, parte-se agora para o aspecto histórico. Gonzáles (2006) divide o período em quatro grandes etapas: da diplomacia de contrapeso defensivo (1945-1970), da diplomacia de contrapeso via diversificação (1970-1990), da estratégia de associação econômica especial com os EUA (1990-2000) e do surgimento de um multilateralismo liberal incipiente (2002-2005). Dando continuidade às etapas definidas por Gonzáles

(2006), pode-se afirmar que o multilateralismo liberal incipiente segue até 2011, quando se iniciou uma nova etapa, do multilateralismo liberal institucionalizado (2011 -).

Durante a etapa da diplomacia de contrapeso defensivo (1945-1970) “*la política consistió en una serie de reacciones defensivas frente a situaciones de cambio político en la zona que llevaron a acciones de intervención por parte de Estados Unidos*” (GONZÁLES, 2006, p. 488). Tal etapa pode ser dividida em dois momentos distintos, sendo que de 1945 a finais de 1950, o México mantinha uma indiferença geral frente à região e uma crescente desilusão com as instituições interamericanas, como a OEA; e de 1959 a 1970, o México passou por suas primeiras tentativas de uma política de diversificação por meio do uso da estratégia de contrapeso defensivo e defesa jurídica.

Durante este segundo momento mais proativo, sua estratégia se consistiu, primordialmente, no princípio da não intervenção⁷⁶, na desconfiança às instituições regionais (mas, ao mesmo tempo, cooperando informalmente com EUA no combate ao comunismo), no apoio aos projetos incipientes de integração sub-regional e regional – como a ALALC –, na implantação de iniciativas de desarmamento nuclear regional e na aproximação com os países centro-americanos (GONZÁLES, 2006).

O caso mais claro desta etapa foi seu posicionamento frente a Cuba. O Estado mexicano foi o primeiro a reconhecer o governo de Fidel Castro, apenas quatro dias após sua tomada do poder (OJEDA GÓMEZ, 2010). Defendendo os princípios de não intervenção e de autodeterminação dos povos, em 1962, o governo mexicano se absteve da proposta dos EUA de suspender Cuba da OEA e, dois anos depois, “*fue el único país en votar en contra de la propuesta estadounidense de romper relaciones diplomáticas con la isla*” (GONZÁLES; VELÁZQUEZ FLORES, 2013, p. 576). Além disso, a política de apoio a Cuba também se pautava na manutenção da estabilidade do PRI no poder, seja para “agradar” a esquerda mexicana, seja pelo receio da implosão de um regime socialista no país com apoio do governo castrista⁷⁷.

Entretanto, o fim do período de crescimento com estabilidade durante a década de 1960, a crise de legitimidade e erosão dos mecanismos de controle político depois de

⁷⁶ O princípio de não intervenção é originado da Doutrina Carranza de 1918, a qual estabelece a igualdade entre os Estados e oposição a intervenção a assuntos internos.

⁷⁷ Segundo Gonzáles (2006), a relação México-Cuba se baseava em um vínculo singular, em que dois regimes não democráticos compartilhavam valores similares, provenientes de duas revoluções e dois nacionalismos, articulados frente à mesma presença hegemônica: EUA. Enquanto o México se opunha ao isolamento internacional de Cuba promovido pelos EUA, Cuba não incentivaria movimentos da esquerda radical no México.

1968⁷⁸ e o avanço do protecionismo estadunidense levaram o México a adotar uma diplomacia de contrapeso via diversificação (1970-1990) para tentar sanar este momento de crise econômica e política. Assim, a resposta a estas instabilidades, segundo Gonzáles (2006), foi a busca por novos mercados e fontes de financiamento e a recomposição das bases do regime político mediante uma política externa visivelmente ativa. De acordo com López Montero e Contreras Romero (2010, *apud* FRANZONI, 2017), inicia-se nesse período o caráter mítico da diversificação das relações exteriores mexicanas, na medida em que, de fato, tal discurso teria mais fins políticos do que práticos até a atualidade.

Neste sentido, o México passou a levantar causas no sistema internacional em favor do multilateralismo, da reforma da ordem econômica internacional, das causas dos países em desenvolvimento, do pluralismo ideológico e do não alinhamento (terceiro-mundismo). O presidente que liderou essa postura mexicana foi Luis Echeverría Álvarez (1970-1976). A partir disso, iniciou-se uma aproximação mexicana à América Latina em busca de aliados para suas causas, principalmente aos governos revolucionários (GAVIÑO, 2008) da Venezuela de Carlos Andrés Pérez, do Chile de Salvador Allende, além da relação já estabelecida com Fidel Castro.

Contudo, apesar dessa aproximação política do México à América Latina, não houve avanços concretos em matéria de diversificação econômica, pois, segundo Gonzáles (2006)

Las principales limitaciones fueron de carácter interno, y tuvieron que ver con la incapacidad de llevar a cabo reformas para generar fuentes internas de financiamiento y ahorro, así como para dismantelar la red proteccionista que reducía la competitividad de la economía nacional (GONZÁLES, 2006, p. 492).

A partir da segunda crise do petróleo em 1979, o ativismo diplomático mexicano passou a ser mais seletivo de maneira a diminuir o ativismo terceiro-mundista para se focar mais ao âmbito sub-regional e à coordenação com países em desenvolvimento, principalmente em relação à América Central e Caribe, exercendo uma postura de potência média – muito apoiada na ampliação de sua capacidade econômica por ser um importante produtor de petróleo. No âmbito político, segundo Gaviño (2008), houve um

⁷⁸ Neste ano ocorreu o chamado Massacre de Tlatelolco, quando a polícia mexicana agiu contra um protesto estudantil que manifestava contra a situação política (falta de democracia *de facto*) do país, gerando o massacre que matou centenas de estudantes (HERNANDEZ, 2008).

incremento nas relações com Cuba, colocando o México como mediador em relação aos EUA, além de o Estado mexicano ter apoiado a soberania no Canal do Panamá (1979), o que demonstra a pró-atividade da política externa mexicana na região durante o período.

De fines de los años setenta a principios de los ochenta, la política de México hacia los países centroamericanos se puede caracterizar como una política activa que dio apoyo a los movimientos sociales en la región, se desarrolló de manera independiente con respecto a Estados Unidos y desempeñó un papel fundamental en la búsqueda de la paz en el área. (TOUSSAINT RIBOT, 2014, p. 174).

Um dos presidentes mais ativos nesse sentido foi José López Portillo (1976-1982), quem, apoiado no auge do preço do petróleo, promoveu uma política de liderança regional e condenação de ingerência estrangeira, principalmente, na América Central (VEGA, 2011a; ROCHA VALENCIA, 2006). Assim, o governo mexicano apoiou os movimentos de libertação na Nicarágua e em El Salvador

por medio del otorgamiento de asilo en las sedes diplomáticas, la ruptura de relaciones con Anastasio Somoza en Nicaragua, el Comunicado franco-mexicano que daba a la guerrilla salvadoreña el carácter de fuerza representativa, y el reconocimiento al Gobierno Sandinista de Reconstrucción Nacional (TOUSSAINT RIBOT, 2014, p. 177).

No entanto, em função do recrudescimento da crise econômica mexicana na década de 1980, o México já não detinha poder político tampouco econômico para atuar de forma unilateral nos conflitos centro-americanos. Frente a isso, passou a utilizar do multilateralismo para não enfrentar sozinho as intervenções estadunidenses na região (GAVIÑO, 2008; TOUSSAINT RIBOT, 2014; VEGA, 2011a). Foram empreendidos, então, diversos grupos multilaterais *ad hoc*, como por exemplo, o Acordo de San José, no qual se estabeleceu uma coordenação com a Venezuela para o fornecimento de petróleo aos países centro-americanos e caribenhos em condições preferenciais, buscando assim amenizar as crises na região. Outra demonstração de grupo multilateral *ad hoc* com ativa participação mexicana foi o Grupo Contadora de 1983, expandido como o Grupo do Rio em 1986, como visto no capítulo 3.

Contudo, com a pacificação dos conflitos na América Central e a aproximação do fim da Guerra Fria, o interesse especial do México pela região foi reduzindo-se,

assim como o peso das relações México-EUA foi aumentando (GONZÁLES, 2006). De acordo com Gonzáles e Velázquez Flores

Durante las administraciones de Miguel de la Madrid (1982-1988), Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) y Ernesto Zedillo (1994-2000), hubo una continuidad en esta política exterior: mayor acercamiento hacia Estados Unidos debido al tema económico y, por lo tanto, mayor alejamiento político con la región de América Latina. (GONZÉLEZ; VELÁZQUEZ FLORES, 2013, p. 577)

Logo, iniciou-se a etapa da estratégia de associação econômica especial com os EUA (1990-2000) (GONZÁLES, 2006) e, conseqüentemente, a perda paulatina de peso político e presença diplomática na região (GAVIÑO, 2008; SUDAREV, 2013; DOMINGUEZ GUADARRAMA, 2016). Somada à elevação da temática comercial, a diplomacia política e de mediação de conflitos perdeu lugar para a política de cooperação (primordialmente com a América Central) e a diplomacia econômica, comercial e financeira (DOMINGUEZ GUADARRAMA, 2016; TOUSSAINT RIBOT, 2014). Nesse sentido, Gonzáles (2006) definiu o papel do México como rádio frente aos países latino-americanos mais desenvolvidos e de centro frente aos países menos industrializados da região. Segundo Rocha (2006, p. 331), a partir de então, o “*México hace uso de su comercio y de los TLC’s para sentar su presencia en el mundo y reforzar su vocación mundial*”.

Como se verifica no quadro abaixo (Quadro 3), a difusão dos acordos de complementação econômica ou tratados de livre-comércio do México com a América Latina se deu de maneira intensa, mormente, a partir de 1993-1994, ou seja, concomitantemente com a criação do NAFTA.

Quadro 3 - Acordos México-América Latina

Iniciativas bilaterais	Acordos	
Argentina	Acordo de Complementação Econômica (1993) ¹	
Bolívia	Tratado de Livre Comércio (1994) ^{1 2}	Acordo de Complementação Econômica (2010) ¹
Brasil	Acordo de Complementação Econômica (2002) ¹	
Colômbia	Tratado de Livre Comércio entre México, Colômbia e Venezuela (1994) ^{1 3}	
Costa Rica	Tratado de Livre Comércio (1994)	
Cuba	Acordo de Complementação Econômica (2001) ¹	
Chile	Tratado de Livre Comércio (1998) ¹	
Equador	Acordo de Alcance Parcial (1983) ¹	
El Salvador	Tratado de Livre Comércio entre México, El Salvador, Guatemala e Honduras (2001)	
Guatemala	Tratado de Livre Comércio entre México, El Salvador, Guatemala e Honduras (2001)	
Honduras	Tratado de Livre Comércio entre México, El Salvador, Guatemala e Honduras (2001)	
Nicarágua	Tratado de Livre Comércio (1998)	
Panamá	Tratado de Livre Comércio (2014)	
Paraguai	Acordo de Alcance Parcial (1993) ¹	
Peru	Acordo de Complementação Econômica (1987) ¹	Acordo de Integração Comercial (2011) ¹
Uruguai	Tratado de Livre Comércio (2004) ¹	

¹ Sob o marco da ALADI

² Decreto em 2010 põe fim ao efeito do TLC

³ Venezuela se retira do TLC em 2006

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pela Secretaria Econômica do México (2017) e ALADI (2017)

Ainda assim, segundo Starr (2006), mesmo com a implementação dessas políticas neoliberalizantes nas décadas de 1980-1990, o governo mexicano seguia sendo governado pelo PRI e na maior parte da população ainda estava enraizada a lógica nacionalista e autônoma de política exterior. Nesse sentido, os governos mexicanos da época buscaram utilizar como contrapeso a esse novo modelo de desenvolvimento a continuidade na relação com a América Latina e o apoio a Cuba. Além disso, Toussaint Ribot (2014) e Vega (2011a) destacam que pela “*inércia de los acontecimientos*” o Estado mexicano ainda atuou bilateralmente em dois outros conflitos na América Central: El Salvador, em 1992, e Guatemala, em 1996.

Ou seja, o caráter estratégico do México frente à região continuava, em especial com a América Central. Como Guerra-Borges (1996, p. 58, *apud* ROCHA, 2006, p. 334) destaca “*La iniciativa de crear una zona de libre comercio partió de México, cuyos intereses con Centroamérica no son tanto comerciales como geopolíticos*”. A primeira iniciativa do México nesse sentido foi a criação da Comissão Mexicana para a Cooperação com a América Central, em 1990. No ano seguinte, realizou-se a I Cúpula de Presidentes do México e da América Central – que passou a chamar-se Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla – quando foram assinados acordos para a promoção da paz e da democracia na região.

Outro marco importante do Mecanismo foi a estipulação em 2000 do conceito de “*mesoamérica*” e “*comunidad mesoamericana de naciones*”, ao invés de Estados mexicanos e centro-americanos, identificando a região por seus problemas e interesses comuns (ROCHA, 2006; TOUSSAINT RIBOT, 2014). Segundo Rocha (2006, p. 338), “*Estas ideas fuerza, por el consenso que reciben de las partes y por la identificación que generan en las partes, son fundadoras de una hegemonía regional*”.

Contudo, Toussaint Ribot (2014, p. 187) destaca que muitos dos acordos firmados sob este âmbito “*se quedan solo en el papel y no van más allá de las buenas intenciones y, otros más, se enfrentan a severos problemas de falta de recursos e incapacidad de los gobiernos para cumplir con lo acordado*”. Segundo Vega (2011a, p. 20), “*Como dichos mecanismos han mostrado un alto grado de inoperancia, queda abierta la duda sobre el verdadero lugar que ocupa la región dentro de la agenda internacional del gobierno mexicano*”.

Tendo em vista o advento dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 aos EUA, o fator econômico passou a disputar atenção com a segurança nacional estadunidense, gerando uma grande perda no aprofundamento do NAFTA, principalmente no quesito da imigração, de suma importância para o México. A partir de então, a relação México-América Latina passou a ser pautada pelo surgimento de um multilateralismo liberal incipiente (2002-2005), pela classificação de Gonzáles (2006)⁷⁹.

⁷⁹ Para Rodríguez Añuez e Prado Lallande (2015) não haveria essa divisão e a política externa mexicana desde Salinas seria de continuidade, chegando os autores a defini-la como uma política de Estado. Para eles, a política externa mexicana para a América Latina desde então se resume a dois grandes temas: i) a promoção do livre comércio e a assinatura de tratados comerciais; e ii) a ausência do México em temas controversos, a fim de não criar confrontações com os demais governos da região (sendo o governo Fox uma exceção neste tema).

Neste momento, acentuou-se o papel do México como articulador entre o norte e o sul, por meio do fomento à liberalização econômica na América Latina concretizada em tratados de livre comércio e complementação econômica e agrega o estímulo a acordos multilaterais. Segundo Sudarev (2013), a perda de influência mexicana na região desde 1990 estava colocando em risco a estratégia estadunidense de criar um bloco de livre comércio hemisférico – a ALCA –, o qual necessitava de aliados, e assim, o México deveria trabalhar para atrair os países latino-americanos para tal bloco.

Aos poucos, a partir do avanço de sua estratégia multilateral incipiente, a congruência entre seus interesses neoliberais com outros países da região levaram ao estabelecimento de uma estratégia multilateral liberal institucionalizada (2011-) tendo como marco a criação da Aliança do Pacífico – que será melhor trabalhada à frente. Com isso, o Estado mexicano ultrapassou os acordos e tratados de livre comércio para o estabelecimento de um bloco regional liberal.

A partir de então é que se avaliará a inserção do México na América Latina, desde o mandato de Vicente Fox (2000-2006), passando por Felipe Calderón (2006-2012), até chegar no atual Henrique Peña Nieto (2012-).

5.2 Características gerais da política externa de Fox, Calderón e Peña Nieto: cenário e principais demandas

O governo Fox (2000-2006) significou um passo importante para a democracia e política nacional mexicana. Pela primeira vez, depois de sete décadas de controle político do PRI, outro partido conseguiu chegar à liderança executiva do México, o Partido de Ação Nacional (PAN). Abalado pela crise econômica na década de 1980, pela ruptura com os setores mais à esquerda⁸⁰ e pela mudança do paradigma de desenvolvimento na década de 1990, o PRI foi perdendo cada vez mais sua legitimidade, enquanto que o PAN crescia com sua plataforma neoliberal pró-NAFTA (CEPIK; JORNADA; BORBA, 2012).

A vitória de Fox lhe garantiu um “bônus democrático” sem precedente, o qual impulsionou a imagem do México mundo afora, agora como um verdadeiro discípulo do neoliberalismo democrático. A partir disso, propôs-se atuar de maneira incisiva no cenário internacional, partindo de três grandes objetivos: a inserção e promoção do

⁸⁰ Dissidentes da esquerda do PRI fundarão o Partido da Revolução Democrática (PRD).

México em organismos e temáticas internacionais os quais o país tradicionalmente evitava – como o CSNU e os direitos humanos –, o aprofundamento das relações com os EUA e a diversificação das relações com a América Latina (GONZÁLEZ; VELÁZQUES FLORES, 2013; MUÑOZ, 2006).

Segundo Castañeda (2003), então chanceler do governo Fox, o México adotou uma estratégia internacional chamada “bilateralismo multilateral”, onde se buscava a convergência com diversos países dentro de foros multilaterais. Um dos primeiros fracassos do governo Fox nesse sentido foi a declaração de que o TIAR se tratava de algo obsoleto e resquício da já findada Guerra Fria, dias antes do ataque às Torres Gêmeas em Nova Iorque em 11 de setembro de 2001. Mesmo com o ocorrido, mantendo seu posicionamento, no ano seguinte, o México se retirou do tratado, esperando ser acompanhado por outros países latino-americanos. No entanto, sua estratégia de bilateralismo multilateral se mostrou fracassada e nenhum outro membro o acompanhou⁸¹.

Ainda no quesito multilateral, ocorreu sua eleição como membro não permanente no CSNU em 2002-2003, mais de 20 anos desde a última vez que ocupou a cadeira⁸². Isto representou uma mudança significativa na tradição da política externa mexicana, na medida em que, segundo Pellicer (2013, p. 880), existem questionamentos dentro do Estado mexicano sobre os reais benefícios ou a conveniência em participar do Conselho de Segurança, na medida em que correriam o risco de ou “*enfrentar o vernos subordinados a Estados Unidos*”, o que seria um desgaste desnecessário. Esta iniciativa reafirmou, então, a nova postura do governo mexicano, de maior projeção no sistema internacional via multilateralismo.

No entanto, este talvez tenha sido um dos momentos mais delicados para estar no Conselho de Segurança, pois o México teve que posicionar-se frente à invasão estadunidense ao Iraque. Este caso provou ser verdadeira a preocupação histórica da política externa mexicana em fazer parte do Conselho. Frente a essa delicada situação, o governo mexicano “recuou” em sua pretensão política de intensificação das relações com os EUA e se opôs a qualquer uso da força, satisfazendo os anseios nacionalistas da opinião pública mexicana. Além disso, de acordo com Manaut (2006), havia o receio de que um apoio aos EUA convertesse também o México em um alvo do terrorismo.

⁸¹ Somente dez anos depois, quatro países se retiraram no TIAR (Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela).

⁸² Até então, o México só havia assumido essa posição duas vezes: em 1946 e em 1980-1981.

No que tange à promoção dos direitos humanos, o governo mexicano aceitou o estabelecimento de uma Oficina do Alto Comissariado das ONU para os Direitos Humanos (CHABAT, 2014), passou a enviar relatórios de direitos humanos à ONU e reconheceu a atuação de organismos não governamentais como o *Human Rights Watch*⁸³. Além disso, aderiu à Carta Democrática da OEA, demonstrando essa nova fase da democracia mexicana com a alternância partidária. No entanto, toda essa nova postura resultou em uma quebra da tradição de política externa mexicana frente a Cuba (e outros países da região) a partir de uma sequência de gafes diplomáticas e enfrentamentos diretos, descritos no subcapítulo posterior.

No que tange aos EUA, a expectativa era de uma relação bastante fluída. A confiança e credibilidade política de Fox por seu bônus democrático juntamente com sua relação próxima ao então presidente estadunidense George W. Bush basearam a busca do governo mexicano pelo aprofundamento do NAFTA, principalmente sob a temática que lhe era de maior interesse: a imigração. Nesse sentido, propôs-se a criação de um acordo de imigração apelidado de “*la Enchilada Completa*” (DOMINGUEZ GUADARRAMA, 2016). No entanto, a resistência já existente por parte dos EUA a essa temática tornou-se ainda mais evidente com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. A partir de então, a agenda estadunidense se focou na securitização de tudo o que era (ou parecia ser) uma ameaça à sua segurança nacional, eliminando por completo a hipótese de um acordo migratório com o México e contabilizando mais um fracasso ao governo Fox.

Frente a essa nova agenda da potência mundial, a relação bilateral México-EUA foi redirecionada. O primeiro ato nesse sentido foi o *Plan de Acción de la Asociación Fronteriza* assinado entre México e EUA em 2002, o qual basicamente aumentou a segurança e o controle do movimento de pessoas e mercadorias (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2002). Paralelamente, no âmbito nacional, a violência promovida pelos grupos narcotraficantes foi intensificando-se, alcançando seu ápice em 2005 (CHABAT, 2010). Essa situação doméstica somada à política de securitização promovida pelos EUA resultou na assinatura da Aliança para a Segurança e Prosperidade da América do Norte (ASPAN) no ano de 2005 com o objetivo de atrelar as políticas econômico-comerciais com uma agenda de segurança.

⁸³ Vale destacar que ao fim de seu mandato, a organização elaborou uma análise crítica sobre os resultados da política de Direitos Humanos durante o período: “*La ambiciosa agenda de Fox en DD.HH. no logró sus objetivos principales*” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2006).

Enfim, todas as grandes agendas do governo Fox não tiveram o sucesso esperado, seja por erro de cálculo político, seja por acontecimentos além de seu controle. Ainda assim, para Velázquez Flores (2002, *apud* ROCHA, 2006), o fato é que ao fim e ao cabo não houve grandes mudanças na política exterior de Fox em relação aos seus antecessores Salinas de Gortari e Ernesto Zedillo, mantendo a política liberalizante e de atrelamento aos EUA.

Felipe Calderón, também do PAN, se elegeu acusado de fraude eleitoral pelo Partido da Revolução Democrática (PRD) e seu candidato de esquerda López Obrador, que perdeu por uma margem de menos de um ponto percentual. Além disso, o PAN não conseguiu a maioria no Congresso. A disputa estava tão intensa, que Calderón nem conseguiu realizar seu discurso de posse frente ao Congresso mexicano. Dessa forma, sua legitimidade foi questionada e a sociedade mexicana estava polarizada.

Quanto ao cenário externo, este não era muito alentador, haja vista que em dois anos de mandato estourou a crise financeira em 2008, o que limitou sua margem de manobra por sua dependência ao centro da crise, os EUA. Como se pode notar no gráfico abaixo, o PIB mexicano foi severamente afetado por esta crise financeira (Gráfico 5).

Gráfico 5: Crescimento do PIB mexicano (%) (1990-2016)

Fonte: Elaborado pela autora com base em CEPALSTAT (2017)

Segundo Velázquez Flores (2010), não houve uma mudança substancial na política exterior de Calderón em relação à de Fox. Seguindo a agenda de atuação multilateral do governo anterior, o México obteve mais uma vez um assento não

permanente no CSUN entre 2009 e 2010. Para Covarrubias Velasco (2013), isto representa uma continuidade em relação ao governo de Fox de valorização dos foros multilaterais e, principalmente, do posicionamento do México frente a eles.

Além disso, presidiu o Conselho de Direitos Humanos entre 2006-2007, sediou a reunião do G20 em 2012 e a 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 16) em 2010. No caso da promoção e defesa dos direitos humanos, o governo de Calderón continuou a aplicá-las, mas de forma a não comprometer suas relações bilaterais com os demais países, como veremos em seguida no caso do reestabelecimento das relações com Cuba (e outros governos latino-americanos).

Em continuidade à securitização iniciada no governo Fox, a principal agenda de seu governo era o combate ao narcotráfico (RODRIGUEZ AÑUES e PRADO LALLANDE, 2015). O combate aos narcotraficantes iniciado por Fox provocou um desequilíbrio entre os cartéis no país, resultando em profundos conflitos entre eles mesmos, com destaque à disputa entre o cartel de Sinaloa e o Del Golfo (CHABAT, 2010). Frente a isso, Calderón e George W. Bush pactuaram em 2007 a Iniciativa Mérida, também conhecida como Plano México, em alusão ao Plano Colômbia⁸⁴. Segundo Covarrubias Velasco (2013), tal iniciativa ainda seguia a lógica tradicional de assistência estadunidense, verticalista, e não uma cooperação mútua.

La Iniciativa Mérida consistió en el otorgamiento inicial de 1400 millones de dólares de Estados Unidos a México para la lucha contra el narcotráfico. Descansaba en tres "pilares": 1) que cada país actuaría en su propio territorio; 2) la cooperación bilateral; y 3) la transferencia de equipo y tecnología estadounidense a México y el entrenamiento de personal mexicano.²⁶ El presupuesto se dividía en tres grandes rubros: 1) combate al narcotráfico, el terrorismo y la seguridad fronteriza; 2) seguridad pública y aplicación de la ley; 3) construcción institucional y Estado de derecho (COVARRUBIAS VELASCO, 2013, p. 463).

Outra questão central que levanta a autora é que todo esse dinheiro “dado” ao México só poderia ser utilizado para compra de insumos de origem estadunidense. Ou seja, ao final, todo o investimento posto pelos EUA era revertido em sua própria indústria bélica.

⁸⁴ O Plano Colômbia foi um acordo pactuado entre o governo estadunidense e colombiano de combate ao tráfico de drogas e às guerrilhas, como as FARC. Segundo Chabat (2010, p. 4-5), “los gobiernos de Estados Unidos y México decidieron llamar a este plan de colaboración como ‘Iniciativa Mérida’ a fin de evitar las comparaciones con el ‘Plan Colombia’ que suponía una presencia militar norteamericana que no contemplaba el Plan México-Estadounidense”.

Para além dessa temática securitária, a agenda México-EUA não avançou muito em outras áreas. Segundo a então chanceler mexicana, a ênfase da relação bilateral seria na questão dos investimentos e turismo e não mais no tema migratório (EL UNIVERSAL, 2006). A título de ilustração, Calderón não visitou os EUA em seu primeiro ano de mandato, o que era uma tradição. Tal fenômeno pode ser compreendido, contudo, mais do que como um afastamento dos EUA, mas um afastamento da imagem negativa do governo W. Bush ao final de seu mandato. Isso se confirma com o aprofundamento das relações bilaterais com a chegada de Barack Obama à presidência estadunidense em 2009, mas ainda com ênfase na pauta de segurança (VELÁZQUEZ FLORES; DOMÍNGUEZ, 2013).

Ainda assim, estiveram presentes momentos de tensão entre o governo de Calderón e Obama. O primeiro deles foi a reclamação de Calderón feita ao congresso estadunidense sobre a não aprovação de um acordo migratório, em 2010, ou seja, o tema migratório não estava esquecido. Em seguida, o escândalo de espionagem pelas revelações do Wikileaks, em 2011, resultando no pedido de retirada do embaixador estadunidense. Por fim, em 2012, houve o ataque a diplomatas estadunidenses pela polícia federal mexicana⁸⁵ (CHABAT, 2014; VEJA, 2012).

Apesar da continuidade nas linhas mestras da política externa mexicana de Calderón em comparação à de Fox, Velázquez Flores (2010) destaca que houve uma mudança na “forma de atuação”. Nesse sentido, a política exterior de Calderón teria sido menos ideologizada, de menor perfil (a fim de evitar confrontações com outros Estados), e de, por consequência destas primeiras características, busca por maior aproximação aos governos de esquerda latino-americanos como forma de aumentar sua legitimidade nacionalmente. Dessa forma, em consequência, portanto, da instabilidade política interna – por sua falta de legitimidade e guerra ao narcotráfico – e econômica externa – pela crise econômico-financeira de 2008/2009 – a atuação internacional mexicana durante o governo Calderón foi de baixo perfil, focada no controle de tais crises e recuperação de relações políticas com outros países (GONZÁLES; VELÁZQUEZ FLORES, 2013).

Em 2012, o PRI desponta novamente nas eleições para a presidência e elege Peña Nieto (2012-). No entanto, apesar da troca de partido, a condução e as políticas de

⁸⁵ Policiais federais mexicanos perseguiram e alvejaram um carro da embaixada estadunidenses que estava patrulhando uma região no estado de Morelos em busca de criminosos (VEJA, 2012).

um governo para outro mudaram pouco. Mais uma vez, a política externa estava posta em segundo plano, e dessa vez em função do “*Pacto por México*”, um acordo entre os principais partidos e líderes políticos do México para a instauração de reformas estruturais, com o fim de “dinamizar” – ou melhor, liberalizar (ainda mais) – o país para promover o crescimento. Entre alguns dos setores alvos das reformas estão: a educação, as telecomunicações e, o mais polêmico, o energético⁸⁶. No exemplo do setor energético, o objetivo é permitir concessões de contratos a empresas privadas.

Um fato inovador na política externa mexicana durante o governo Peña Nieto foi o anúncio da participação do país em operações de paz da ONU, inclusive com a alteração da constituição federal mexicana. Até então, a participação do México em operações de paz era negada por todos os presidentes mexicanos, muito em função da Doutrina Carranza⁸⁷ de não intervenção. Por fim, congruente com a agenda nacional de aprofundamento da liberalização estatal, a atuação do governo Peña Nieto tem sido pautada em grande medida na diversificação das relações econômicas, inclusive pela atuação em foros multilaterais e na promoção de acordos regionais com a Ásia-Pacífico – como o TPP – e a América Latina, que será trabalhado abaixo.

Concluindo, como forma de ilustrar comercialmente a evolução e resultados dos esforços empreendidos pelo México nos últimos anos na temática constante em sua agenda de política externa – comércio –, analisa-se abaixo (Tabela 2) a distribuição das exportações e importações mexicanas em relação a todos os continentes.

⁸⁶ Barrientos del Monte e Añorve (2014, p. 226) destacam que já foram feitos pactos similares por governos anteriores do PRI com setores sociais e outros partidos, “*principalmente entre 1982-2000 en el contexto de la introducción de las reformas neoliberales, como el ‘Pacto de Solidaridad Económica’ (PSE) en 1987 y el ‘Pacto para la Estabilidad y el Crecimiento Económico’ en 1988, ambos bajo la presidencia de Miguel de la Madrid Hurtado. El ‘Pacto para la Estabilidad, la Competitividad y el Empleo’ (PECE) en 1992 con Carlos Salinas de Gortari, y los ‘Compromisos para el Acuerdo Político Nacional’ en enero de 1995 con Ernesto Zedillo Ponce de León.*”

⁸⁷ “*Establecida el 1° de noviembre de 1918 durante la administración de Venustiano Carranza (1917-1920). Sostiene la igualdad entre los Estados y desaprueba toda intervención de los asuntos internos de otra nación así como la equivalencia de derechos de nacionales y extranjeros ante las leyes de un país. Mediante esta doctrina, se fija el principio de la no intervención, a partir de la invasión militar norteamericana a México como respuesta a los ataques de Pancho Villa a Columbus*” (LEVY, 2009, p. 121).

Tabela 2 - Porcentagem das exportações (X) e importações (M) mexicanas por região
(1993 – 2017)

Porcentagem das importações mexicanas por região em relação ao total												
	A. do Norte		A. Latina		Europa		Ásia		África		Oceania	
	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M
1993	86%	71%	6%	4%	6%	13%	3%	11%	0,0%	0,2%	0,1%	0,4%
1994	87%	71%	5%	4%	5%	13%	3%	12%	0,0%	0,2%	0,1%	0,4%
1995	86%	76%	6%	3%	5%	10%	3%	11%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%
1996	86%	77%	7%	2%	4%	10%	3%	10%	0,1%	0,2%	0,1%	0,3%
1997	87%	76%	6%	3%	4%	10%	2%	10%	0,1%	0,3%	0,1%	0,3%
1998	89%	76%	5%	2%	4%	10%	2%	10%	0,1%	0,3%	0,1%	0,3%
1999	90%	76%	4%	2%	4%	10%	2%	11%	0,0%	0,3%	0,1%	0,3%
2000	91%	75%	4%	3%	4%	10%	1%	12%	0,0%	0,3%	0,1%	0,3%
2001	90%	70%	4%	3%	4%	11%	1%	15%	0,1%	0,4%	0,1%	0,4%
2002	90%	66%	4%	4%	4%	11%	2%	19%	0,1%	0,2%	0,1%	0,4%
2003	89%	64%	4%	5%	4%	12%	2%	19%	0,1%	0,2%	0,1%	0,4%
2004	89%	59%	5%	6%	4%	12%	2%	23%	0,1%	0,3%	0,2%	0,4%
2005	88%	56%	5%	6%	4%	13%	2%	24%	0,2%	0,3%	0,2%	0,5%
2006	87%	54%	6%	6%	5%	12%	3%	27%	0,2%	0,3%	0,2%	0,5%
2007	84%	52%	7%	6%	6%	13%	3%	28%	0,2%	0,5%	0,2%	0,5%
2008	83%	52%	8%	5%	6%	14%	3%	28%	0,3%	0,7%	0,3%	0,4%
2009	84%	51%	7%	5%	5%	13%	3%	31%	0,3%	0,4%	0,3%	0,5%
2010	84%	51%	7%	4%	5%	12%	4%	32%	0,2%	0,4%	0,2%	0,4%
2011	82%	52%	8%	4%	6%	12%	4%	31%	0,2%	0,5%	0,3%	0,4%
2012	81%	53%	8%	4%	6%	12%	5%	31%	0,2%	0,4%	0,3%	0,3%
2013	82%	52%	7%	4%	6%	12%	5%	31%	0,2%	0,3%	0,3%	0,2%
2014	83%	51%	6%	4%	6%	12%	4%	32%	0,2%	0,3%	0,3%	0,2%
2015	84%	50%	6%	3%	5%	12%	4%	34%	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%
2016	84%	49%	5%	3%	6%	12%	5%	35%	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%
2017	83%	49%	5%	3%	6%	13%	6%	35%	0,2%	0,3%	0,3%	0,2%
Média	86%	61%	6%	4%	5%	12%	3%	22%	0,1%	0,3%	0,2%	0,3%

Fonte: INEGI (2018)

Ao analisar-se a porcentagem da distribuição das exportações mexicanas por região, verifica-se que, entre 1993 e 2016, as exportações destinadas à América do Norte representam, em média, 86% do total, enquanto que a América Latina aparece em um distante segundo lugar, com uma média de 6% (INEGI, 2017). Em relação às importações, observa-se que a participação da América do Norte (média de 62%) vem em queda em contraposição à ascendência das importações asiáticas (INEGI, 2017), o que, de acordo com Hernández (2010), reflete o aumento da presença de empresas chinesas em território mexicano, na medida em que este se tornou uma plataforma de exportação aos EUA para empresas de todo o mundo. Ou seja, a centralidade e dependência dos EUA são latentes e limita, em grande medida, o sucesso de qualquer política que vise à diversificação.

É nesta conjuntura, a partir deste breve relato do cenário e das principais demandas dos governos Fox, Calderón e Peña Nieto, que se parte para a análise particular da inserção mexicana à América Latina.

5.3 A inserção regional dos governos Fox, Calderón e Peña Nieto

O governo Fox, para além de ter sido um divisor de água na política interna, também o foi na relação com a América Latina. No início de seu mandato, Fox declarou-se em favor da aproximação do México à América Latina (MUÑOZ, 2003), chegando inclusive a escolher a região como o primeiro destino de suas visitas presidenciais, mais especificamente, à América Central. Nesse sentido, antes mesmo de assumir o cargo de presidente, em 30 de novembro de 2000, foi proposto por Fox aos países da América Central a criação de um plano de desenvolvimento abrangendo desde o estado mexicano de Puebla até o Panamá, descrito como um esquema de cooperação para a integração e desenvolvimento da região. Com base nisso, no ano seguinte, durante a Tuxtla V, foi lançado oficialmente o Plan Puebla-Panamá

Segundo Gonzáles (2005),

A diferencia de los programas de los años ochenta, no era propósito del PPP servir de contrapeso a las políticas de Estados Unidos sino mejorar la imagen de México entre los países de la región y atemperar los serios problemas de seguridad y migración en la frontera sur 9 a través de un mecanismo que facilitara la canalización de recursos internacionales para el desarrollo hacia la región (GONZÁLES, 2005, p. 9)

Ou seja, como descrito no capítulo 5.1, o México deu continuidade à sua política de cooperação regional aliada à promoção do livre comércio. No entanto, de acordo com Domingues Guadarrama (2013, p. 80), “*el Plan Puebla Panamá no dio buenos resultados, sobre todo por la lucha de intereses económicos entre la elite mexicana y las distintas centroamericanas*”. A grande disparidade de poder entre México e América Central está no centro dessa problemática. O México, com toda a sua economia já totalmente liberalizada, mantém uma relação tão assimétrica com a América Central quanto a sua com os EUA.

No entanto, em termos bilaterais, seu governo foi marcado por profundos conflitos com importantes parceiros políticos até então: Cuba e Venezuela. O caso de Cuba foi o mais preocupante, na medida em que historicamente a relação México-Cuba

foi utilitária aos governos mexicanos como contraponto aos EUA e apaziguamento das forças políticas de esquerda internas. Contando com o bônus diplomático, sem a necessidade de justificar-se com os grupos esquerdistas nacionais e com sua agenda de defesa dos direitos humanos, Fox ignorou por completo sua relação com Cuba. Segundo Ojeda Gómez (2010), o governo de Fox teria deixado de lado o pragmatismo e assumiu uma posição ideológica.

Obviamente México y Cuba no eran los mismos en los años sesenta, los ochenta y a inicios del siglo XXI y el sistema regional tampoco: un México con una economía abierta, socio comercial de Estados Unidos y con un presidente proveniente del partido de oposición, el PAN, y una Cuba socialista sin su aliado soviético, en crisis económica y cerrada en lo político han tenido que redefinir su relación bilateral (VEGA, 2011b, p. 23)

A primeira polêmica se deu em sua visita à ilha em 2002, onde para além de se reunir com o governo de Fidel Castro, também se encontrou com a dissidência cubana. A segunda polêmica foi a condenação de Cuba pelo México na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Com esses dois casos, o governo mexicano ignorou por completo os princípios históricos de não intervenção em assuntos internos de outros países e autodeterminação dos povos, princípios esses que eram fundamentais para a histórica boa relação político-diplomática entre esses países. Por fim, a terceira foi no contexto da Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento promovido pela ONU em 2002, na cidade de Monterrey (México), quando Fox pediu por chamada telefônica a Castro para que voltasse a Cuba antes que o presidente George W. Bush chegasse ao evento, a grande gafe conhecida como “*come y te vas*”.

Segundo Levy (2009), essa intensa promoção dos direitos humanos a nível internacional estava, em grande medida, condicionada aos interesses estadunidenses. Nesse sentido, Dominguez Guadarrama (2016) afirma que o governo Fox teria usado a postura dura frente a Cuba como uma moeda de troca na negociação da “*Enchilada Completa*” com os EUA. Além disso, o governo Fox, de acordo com Guajardo Soto (2008), acreditou que o governo cubano não contava com muitos apoios a seu regime; no entanto, o fato é que os conflitos se estenderam a outros países da região que se declararam a favor de Cuba.

Com a Venezuela o conflito se iniciou logo durante o golpe contra Chávez em 2002, quando, apesar de Fox condenar e, inclusive, evocar a Carta Democrática Interamericana, também direcionou críticas ao governo venezuelano (COVARRUBIAS

VELASCO, 2016). Contudo, o ápice da tensão entre os países se deu no contexto das Cúpulas das Américas de negociação da ALCA. Com uma política agressiva de defesa da criação da ALCA, o governo mexicano sob Fox desenvolveu grandes embates, em especial com o então presidente venezuelano Hugo Chávez, quem chamou o presidente mexicano de “*cachorro del imperio*”, resultando na retirada dos embaixadores de ambos os países (VELÁZQUEZ FLORES, 2008).

Além desses dois conflitos bilaterais maiores, outro desconforto foi criado pelo lançamento da candidatura do secretário de Relações Exteriores mexicano Luis Ernesto Derbez para secretário geral da OEA em 2005. Segundo Gonzáles e Velázquez Flores (2013), o governo de Fox já havia declarado anteriormente seu apoio ao candidato chileno José Miguel Insulza. Mesmo assim, ao final apresentou seu próprio candidato, gerando uma profunda perda de prestígio frente a seus pares latino-americanos.

Como forma de diferenciar-se de seu antecessor, Calderón buscou passar a imagem de “*una diplomacia profesional, constructiva, pragmática y discreta*” (GONZÁLES; VELÁZQUEZ FLORES, 2013, p. 573). A partir do reconhecimento da perda de influência na região, o governo de Calderón desenvolveu uma postura conciliatória com a região como forma de restabelecer as relações com parceiros importantes, como Cuba, e de apaziguar a esquerda nacional que apontava a ilegitimidade de seu governo pela suposta fraude eleitoral.

En el fondo, el nuevo presidente buscaba dar continuidad a la política inaugurada por Fox en materia de promoción de la democracia y los derechos humanos, pero tuvo que darle un distinto matiz para no profundizar la polarización política que vivía el país al principio de su administración.
(GONZÁLES; VELÁZQUEZ FLORES, 2013, p. 574)

Sua postura reconciliatória começou antes mesmo de tornar-se presidente. Ainda como presidente eleito, Calderón realizou uma viagem a dez países latino-americanos, sendo eles: Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica, Colômbia, Peru, Chile, Argentina e Brasil. Também antes da tomada de posse, frente à cirurgia realizada por Fidel, Calderón enviou ao líder cubano uma carta desejando-lhe rápida recuperação, enquanto que Fox “*ni siquiera realizó un gesto de cordialidad diplomática*” (GONZÁLES; VELÁZQUEZ FLORES, 2013, p. 586-587).

Já em posse do governo, Calderón propôs a retirada de Cuba do mecanismo de observação especial do Conselho de Direitos Humanos. Além disso,

fue de gran ayuda que el Consejo de Derechos Humanos - sucesor de la Comisión de Derechos Humanos de la Organización de Naciones Unidas - optara por un sistema en el que no habría resoluciones de condena o de solicitud para que ciertos países aceptaran la observación o el diagnóstico de observadores de derechos humanos o relatores especiales (COVARRUBIAS VELASCO, 2013, p. 468).

Além disso,

El silencio ante el tema de los Derechos Humanos en Cuba se mantuvo, incluso, en momentos críticos, tal como el ocurrido tras la muerte del disidente cubano Orlando Zapata, o cuando la huelga de hambre de Guillermo Fariñas. En esas situaciones, el gobierno mexicano no hizo algún tipo de declaración (RODRÍGUEZ AÑUEZ; PRADO LALLANDE, 2015, p. 21)

Dessa forma, a política do governo Calderón, apesar de não negar a defesa dos direitos humanos, buscou não afetar suas relações com Cuba (COVARRUBIAS VELASCO, 2013). Além disso, foram desenvolvidas outras ações para reaproximação do governo mexicano a Cuba, como pela normalização das relações financeiras e comerciais frente à dívida cubana, a concessão de novas linhas de crédito à ilha e o acordo de deportação de imigrantes cubanos indocumentados (COVARRUBIAS VELASCO, 2013).

Quanto à relação com a Venezuela, esta foi restabelecida em 2007, com a mudança do embaixador mexicano em Caracas. Ainda assim, dois casos foram especialmente perigosos para um ressurgimento de conflito entre México e Venezuela, mas que foram bem administrados por Calderón (RODRÍGUEZ AÑUEZ e PRADO LALLANDE, 2015). O primeiro deles foi o conflito crescente entre Colômbia e Venezuela (discorrido no capítulo 3), no qual, apesar da maior afinidade político-ideológica com a Colômbia, levou a apenas pedidos de construção de um diálogo respeitoso entre os países por Calderón. Já o segundo, foi a expropriação de empresas pelo governo venezuelano, atingindo empresas mexicanas, mas que apesar dos pedidos destas, o governo de Calderón não emitiu nenhum tipo de nota ou pressão (GONZÁLES; VELÁZQUEZ FLORES, 2013).

Em ambos os casos (Cuba e Venezuela), portanto, as relações foram restabelecidas com sucesso. Desta forma, a política exterior de Calderón retomou as relações e, ao mesmo tempo, evitou qualquer política ou mesmo pronunciamento que levassem a mais um conflito. Ainda assim, segundo Gonzáles e Velázquez Flores (2013,

p. 607), *“fue difícil llevar la relación a niveles de cooperación y entendimiento similares a las que existieron en otros momentos”*.

Além da superação dos conflitos gerados no governo anterior, o governo de Calderón buscou alguns avanços institucionais em sua relação com a região. Além da Aliança do Pacífico que é trabalhada no subcapítulo posterior, destacam-se outras duas iniciativas. A primeira delas foi o relançamento do Plan Puebla Panamá em Projeto Mesoamérica em 2008, expandindo o bloco com a adesão da Colômbia. O grande objetivo desse relançamento foi tornar a elaboração, articulação e implantação mais efetivos, por meio do fortalecimento da institucionalidade (TOUSSAINT RIBOT, 2014). No entanto, segundo Gonzáles e Velázquez Flores (2013, p. 610), *“el Proyecto Mesoamérica tuvo un final similar al Plan Puebla Panamá: no cuajó debido a la falta de interés y de recursos económicos”*.

Outra iniciativa foi a realização da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe em 2010, quando reuniu todos os líderes da região e propôs a criação da CELAC. Segundo Soriano (2012), o México teria dois interesses em apoiar a CELAC: reiterar sua identidade latino-americana e reavivar o regionalismo latino-americano e caribenho como um todo para contrapor-se ao regionalismo sul-americano.

Al proponer un esquema de coordinación que integrara a todos los países latinoamericanos, México reivindicaba su identidad, no sólo como uno de los componentes más importantes de América Latina, sino como el iniciador de una nueva propuesta de integración que cerraba la brecha que se había abierto entre el norte y el sur (PELLICER, 2013, p. 877).

Para Caballero (2013), a promoção da CELAC pelo México recuperou sua “latino-americanidade” e reverteu o processo de sul-americanização promovido pelo Brasil. No entanto, Gonzáles e Velázquez Flores (2013) e Pellicer (2013) destacam o ônus do desaparecimento do Grupo do Rio, haja vista a importância histórica que tinha o grupo para a inserção político-diplomática do México na região, por ser um acervo de experiência. Para Gonzáles e Velázquez Flores (2013, p. 575), *“después del lanzamiento de la organización, el liderazgo mexicano perdió todo su impulso”*. Além disso, Pellicer (2013) destaca o risco de ascensão da ideologia “livre do império”, o que não é interessante para suas relações com os EUA.

No entanto, Gonzáles e Velázquez Flores (2013) destacam que, apesar do discurso de aproximação da América Latina

En lo general, la actitud de México fue más reactiva que proactiva, aunque no puede calificarse de pasiva pues el gobierno de Calderón buscó empujar una agenda de acercamiento comercial basada en la negociación de nuevos acuerdos de libre comercio y participar, sin ejercer un liderazgo activo, en las negociaciones para otorgar una nueva arquitectura multilateral en la región (GONZÁLES; VELÁZQUEZ FLORES, 2013, p. 587).

Um exemplo disso foi o caso do golpe de Estado contra o então presidente hondurenho Manuel Zelaya. Ao longo de todo o processo, o Estado mexicano proferiu um discurso duro contra o golpe exigindo a recomposição da normalidade democrática. Inclusive, ultrapassando a área de discurso, Calderón convidou Zelaya a ir ao México, recebendo-o como chefe de Estado. Além disso, retirou seu embaixador de Tegucigalpa e ofereceu-se como mediador. No entanto, houve um esfriamento da atuação mexicana – sem nunca deixar de denunciar o golpe – após a declaração de Zelaya em solo mexicano à López Obrador “*En estos países es mejor sentirse Presidente que serlo*”, fazendo alusão de que este último seria o presidente de fato do México e não Calderón. Paralelamente, o Brasil aproveitou-se da brecha para liderar o processo de mediação de tal conflito, como visto no capítulo anterior (RODRÍGUEZ AÑUEZ; PRADO LALLANDE, 2015).

O retorno do PRI com Peña Nieto ao poder não significou grandes mudanças na política externa mexicana, na medida em que ele continuou com a promoção de um bom relacionamento com a região, dando prosseguimento à política externa desenvolvida por Calderón. No que diz respeito a Cuba, Covarrubias Velasco (2016) afirma que o governo Peña Nieto teria dado continuidade à política de (re)aproximação à ilha. Um exemplo disso seria o relançamento, em 2013, dos acordos de extradição, assistência jurídica mútua em matéria penal, complementação econômica, cooperação turística e reconhecimento/validação mútua de títulos acadêmicos. Também foi firmado um memorando sobre meio ambiente e recursos naturais, uma carta em prol da cooperação bilateral e a ampliação do crédito a Cuba, com o perdão a grande parte da dívida cubana.

Em relação à Venezuela, o governo de Peña Nieto seguiu a mesma política diplomática de boas relações, chegando a oferecer assistência ao funeral de Chávez (COVARRUBIAS VELASCO, 2016). Apesar disso, foram recebidas pelo governo mexicano a esposa e mãe do opositor venezuelano preso Leopoldo López, o que foi

prontamente criticado pela chanceler venezuelana, acusando o México de estar atendendo às “ordens imperiais” (COVARRUBIAS VELASCO, 2016).

Além disso, a não participação do México no restabelecimento das relações diplomáticas entre EUA e Cuba em 2014 certamente demonstrou a distância e falta de liderança regional mexicana, principalmente por ambos países serem tão centrais na história e no presente da política externa mexicana. Esse caso é uma fotografia clara da inserção mexicana na América Latina na atualidade: manutenção de um bom relacionamento, fundamentando sua política de “diversificação”, mas sem comprometimento ou ambições maiores de liderança.

A CELAC é mais um exemplo. Durante o mandato de Peña Nieto, Franzoni (2017) afirma que justo no momento que o bloco seria importante para ser um contraponto frente aos EUA, ele perdeu importância na política externa mexicana. Entre os motivos apontados pela autora estariam a crise político-econômica do Brasil e da Venezuela. No entanto, a falta de interesse na promoção da liderança mexicana somada à crise na América do Sul resultou na perda da oportunidade de projeção mexicana, como demonstra o fato de Peña Nieto não ter participado nas Cúpulas do bloco em 2015 e 2017.

Para concluir, se a liderança não é cobiçada, o comércio tampouco parece ultrapassar a barreira do discurso liberalizante no período (como visto na Tabela 1). Frente a isso, Rodriguez Añuez e Prado Lallande (2015, p. 20) apontam três respostas possíveis para a relação entre alta promoção de tratados comerciais com a região *versus* o baixo impacto real das trocas comerciais. A primeira delas é que ainda não tenham sido aproveitados. A segunda é que o México usa a abertura comercial como uma bandeira, assinando acordos comerciais irrelevantes. E a terceira seria que *“que la política comercial hacia América Latina no está en discusión a pesar de su poca pertinencia”*.

5.3.1 A Aliança do Pacífico

Um dos objetivos singulares da Aliança do Pacífico – em comparação às demais iniciativas de integração levadas a cabo na América Latina ao longo da história como visto no capítulo 3 – é sua projeção à região Ásia-Pacífico. Nesse sentido, para compreender a inserção e o interesse mexicano na Aliança do Pacífico, é importante

dedicar alguns parágrafos à análise do histórico de relação do México com a Ásia-Pacífico.

Os primeiros contatos do México com a região têm sua origem ainda antes de sua independência, como vice-reinado da Nova Espanha, mais especificamente como ponto de articulação da colonização das ilhas filipinas. Mas, as relações de fato entre o México como Estado-nação e a região iniciaram-se a partir da segunda metade do século XIX, particularmente com Japão e China. No entanto, desde esse período até o início da década de 1980, essa relação se deu primordialmente por meio de convênios de direito internacional na busca de “*consolidar su doble status de Estado-nación y potencia emergente, vía una mayor presencia internacional*” (LEÓN-MANRÍQUEZ; TZILI APANGO, 2015, p. 134). Além disso, destacam-se os momentos de suspensão de relações, como durante a Segunda Guerra Mundial com o Japão e a Revolução Comunista na China⁸⁸ (LEÓN-MANRÍQUEZ; TZILI APANGO, 2015).

Foi só então, a partir da criação da *Comisión Mexicana en la Cuenca del Pacífico* (CMCP), em 1988, que o interesse mexicano na região foi relançado, agora sob as bases da liberalização comercial. Paralelamente, tem-se o crescimento das economias regionais, a maioria baseada no livre-comércio. Frente a isso, o México passou a investir em sua inserção na região, seja por meio da negociação de acordos comerciais, seja pela participação em blocos regionais da Ásia Pacífico.

O primeiro desses blocos foi a APEC, criado em 1989, por doze países lindeiros ao oceano Pacífico⁸⁹ com o objetivo de promover o livre comércio e a cooperação econômica na região. Em 1993, o México se tornou membro do bloco, o que, segundo Anguiano Roch (2001), seria resultado mais de uma situação conjuntural – seu acordo de livre comércio com EUA e Canadá, ambos já membros da APEC – do que de um objetivo governamental. Além disso, o interesse também partia da Ásia, na medida em que, frente à criação do NAFTA, os grandes exportadores asiáticos (como Japão, Coreia do Sul, China e Taiwan) se viram ameaçados e, então, passaram a atuar no México como uma ponte ao mercado estadunidense, o que pôde ser verificado no aumento da porcentagem das importações do continente asiático na Tabela 2.

⁸⁸ Suas relações foram retomadas em 1972, com o rompimento das relações diplomáticas mexicanas com Taiwan.

⁸⁹ Austrália, Brunei Darussalam, Canadá, EUA, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Singapura e Tailândia.

Em novembro de 2011, o México, durante a reunião da APEC, expressou seu interesse em fazer parte das negociações do TPP. Segundo Rosenzweig Mendiáldúa (2012), o risco do México não participar desse acordo megarregional liderado pelo seu principal parceiro comercial seria muito alto, porque perderia competitividade e atratividade de investimentos externos. Então, em março de 2012, durante a reunião da Cúpula do G20 ocorrida em Los Cabos, o Estado mexicano foi aceito pelos países negociantes do acordo e em outubro do mesmo ano tornou-se membro pleno (SECRETARIA DE ECONOMIA DO MÉXICO, 2013).

De acordo com a Secretaria de Economia do México (2013, p. 9), os benefícios do TPP ao país seriam: i) o acesso preferencial a onze das mais importantes economias mundiais; ii) a acumulação de origem e obtenção de reciprocidade dos Estados membros; iii) a diversificação dos mercados; iv) o aumento da atração de IEDs, pensando em seu papel de ponte aos EUA; v) a expansão das exportações mexicanas, inclusive da melhora da qualidade destas, haja vista que *“Cerca de 90% de las importaciones mexicanas provenientes de Asia-Pacífico son productos intermedios o de capital”*.

A partir desse breve histórico das relações México-Ásia Pacífico, verifica-se que *“todos los momentos de acercamiento con Asia Pacífico se produjeron como respuesta a desafíos de coyuntura, más que a raíz de un planeamiento cuidadoso de la inserción internacional del país”* (LEÓN-MANRÍQUEZ; APANGO, 2015, p. 135). Como afirma Vega (2011c), enquanto a Ásia exerce um comércio ativo, o México segue um padrão passivo em relação aos asiáticos.

É neste contexto que o México se apresenta na Aliança do Pacífico. Com base no discutido até então, verifica-se que o século XXI vem apresentando ao México três grandes desafios: i) a dependência econômica aos EUA, paralelamente ao declínio econômico estadunidense – que compromete sua estabilidade –; ii) o crescimento da região Ásia-Pacífico como maior centro dinâmico; e iii) seu afastamento das principais iniciativas de integração na América Latina na atualidade. Desta forma, a presença do México na Aliança do Pacífico pode ser compreendida como uma forma combinada de responder este cenário. Entende-se, portanto, duas linhas mestras da inserção mexicana na Aliança do Pacífico: i) o interesse comercial-empresarial e ii) o interesse geopolítico.

No que diz respeito ao primeiro, Giacalone (2017) destaca a existência de um maior número de encadeamentos produtivos externos do que domésticos na economia

mexicana, o que impulsionaria a atração de investimentos externos às empresas mexicanas. Ou seja, sua situação favorável de inserção no maior mercado consumidor do mundo se estabelece como uma vantagem incomparável de atração de investimentos. Com a abertura garantida pela legislação do NAFTA, os IEDs ganharam grandes proporções no financiamento, particularmente, do setor manufatureiro mexicano. No entanto, como se pode notar no Gráfico 6, os IED's oriundos do NAFTA, com destaque aos EUA, junto com os europeus são centrais. Enquanto isso, Chile e Colômbia são insignificantes⁹⁰.

Gráfico 6 - Origem dos IEDs direcionados ao México (%) (1999-2016)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pela INEGI (2018)

Continuando na temática comercial, Menezes e Banzatto (2016) apontam que frente à dependência estrutural ao mercado estadunidense e ao abalo da crise de 2008/2009, a estratégia mexicana de inserir-se na Aliança do Pacífico pode ser vista como uma busca pela redução de tal dependência e ganho de espaço no mercado latino-americano. Como aponta Giacalone (2017), existe a possibilidade de expandir suas exportações com os parceiros do bloco, na medida em que mantém uma balança comercial superavitária com a Aliança. Além disso, destaca-se a qualidade de troca comercial com os países do bloco, pelo país poder tornar-se um grande provedor de produtos de alto valor agregado, pois os setores chave de sua economia são as

⁹⁰ No Banco de Informação Econômica do INEGI, não se apresentam os dados de IEDs individuais em relação ao Peru.

manufaturas e o setor automotriz (MORALES FAJARDO; SARRACINO JIMÉNEZ, 2013). Ou seja, a superioridade industrial do México trabalharia a seu favor na evolução da balança comercial da Aliança do Pacífico.

No entanto, ao analisarem-se as trocas comerciais até então do México frente a seus parceiros do bloco, a baixa intensidade tanto das importações como das exportações chama atenção (Gráfico 7), na medida em que a Aliança do Pacífico representa apenas 1,6% do total das exportações e 0,9% do total das importações no ano de 2017 (INEGI, 2018).

Gráfico 7: Exportações (X) e Importações (M) México-Aliança do Pacífico (2010-2017)

Fonte: INEGI (2018)

De qualquer forma, a partir da análise dos fluxos bilaterais de comércio do México com os demais países do bloco realizada por Ortiz (2015, p. 50-52), observaram-se diferenças significativas entre o comércio potencial e o efetivo, o que indica que tanto suas exportações como suas importações poderiam ser beneficiadas, principalmente em relação à Colômbia e Peru, com os quais há um menor grau de integração econômica.

Adentrando o aspecto empresarial, a existência do Conselho Empresarial na estrutura organizacional do bloco demonstra a centralidade dos setores empresariais no desenvolvimento do bloco, como visto no capítulo 3.5. Segundo o documento de constituição do Conselho (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2012b), seus membros são escolhidos a partir do reconhecimento e da representatividade que determinados empresários têm no setor empresarial de seu país. Desta forma, no que se refere aos

representantes mexicanos, têm-se sete nomes de grande peso no setor empresarial: Valentín Díez Morodo (líder do Conselho mexicano), Carlos Slim Domit, Francisco del Valle, Luis Robles, Juan Pablo Castañón, Sergio Contreras e Francisco Gonzáles.

Díez Morodo foi um dos responsáveis pela expansão da Telefónica, Zara e OHL no México e hoje é membro do Grupo Financeiro Banamex, Zara México, Bodegas Vega Sicilia, Banco Nacional de Comércio Exterior, além de ser proprietário do time de futebol Toluca. Slim Domit é filho do homem mais rico do México e quarto do mundo, Carlos Slim Helú, sendo presidente do conselho da America Movil, Grupo Carso, Grupo Sanborns e Telmex.

Del Valle é presidente da Elementia (materiais de construção), diretor do Grupo Pochteca (produtos químicos), chefe executivo da Controladora Gek SAPI, e diretor da Kalus AS, Mexicana de Servicios para la Vivienda e Banco Inmobiliario Mexicano SA. Robles é presidente do Grupo Financiero BBVA Bancomer e da Associação de Bancos do México. Castañón é presidente e diretor geral das Industrias Vepinsa (biotecnologia), da Campo J y F, da Bienes Raíces Empresariales e da Almacenes El Faro de Los Mochis. Contreras é presidente da seção de Europa do Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior e da Latin Capital S.C. (consultoria ítalo-mexicana). Por fim, Gonzáles já foi embaixador do México na Alemanha e Conselheiro Comercial para a Bancomext e hoje é Diretor Geral da ProMéxico (entidade governamental responsável pela promoção do comércio e do investimento internacional).

A participação empresarial de alto nível no Conselho Empresarial da Aliança do Pacífico pelo lado mexicano reflete, portanto, a expectativa desse setor no desenvolvimento do bloco. O posicionamento do empresariado mexicano também pode ser verificado em uma pesquisa realizada pela PwC México (2014) com mais de 120 empresários dos quatro membros da Aliança do Pacífico, onde as expectativas dos mexicanos frente ao bloco apresentam-se da seguinte forma: pouco mais de 50% com expectativas altas, 30% com expectativas baixas e pouco menos de 20% não têm expectativa qualquer. Já referente à pergunta sobre o quão preparada sua empresa está para a Aliança do Pacífico, pouco mais de 20% se diz muito preparada e por volta de 52% se diz moderadamente preparada. Ou seja, percebe-se que o posicionamento do empresariado mexicano ainda é duvidoso, mas seu otimismo pode ser entendido como um reflexo da própria estratégia de inserção regional do México, que por décadas

privilegia o livre comércio e a participação deste grupo nas tomadas de decisões do Estado.

Contudo, como afirma Bartesaghi (2014), o interesse mexicano na Aliança do Pacífico vai muito além do que a agenda comercial e financeira promovida pelo bloco, pois seu interesse também se baseia em sua inserção geopolítica e estratégica, com um aumento de influência na América Latina. Segundo González e Velázquez Flores,

En general, para México las consideraciones políticas, geopolíticas y simbólicas han tenido mayor peso que los intereses económicos y materiales, aunque estos últimos han ganado importancia a raíz de la crisis financiera de 2008-2009 con el consecuente estancamiento de sus principales socios comerciales y la necesaria búsqueda de diversificación económica. (GONZÁLEZ; VELÁZQUEZ FLORES, 2013, p. 572-573)

Diversos autores convergem ao analisar a inserção mexicana na Aliança do Pacífico como uma tentativa de retomar um papel mais ativo no século XXI, depois de seu afastamento da região durante a década de 1990 (SERRANO; GALARRETA, 2013, p. 22; ARANDA, 2014, p. 571; BARTESAGHI, 2014, p. 53-54; BILBAO; FLORES, 2015, p. 64). Neste ponto são levantadas duas questões. A primeira é a convergência político-econômico-ideológica do México com o Chile, Colômbia e Peru. Como vimos no capítulo 3, sobre a integração latino-americana, a partir da virada do século XXI, iniciou-se a onda rosa, com a ascensão de presidentes questionadores das políticas neoliberais da década de 1990. No entanto, essa onda não foi geral.

Nesse sentido, o México, como fiel seguidor da doutrina neoliberal e do livre comércio, encontrou parcerias sul-americanas para sua inserção (MORALES FAJARDO; SARRACINO JIMÉNEZ, 2013). Pode-se, inclusive, verificar a relativa perda de peso de relações históricas com Cuba e Venezuela – haja vista o abalo nas relações ocorrido principalmente no governo Fox –, em contraponto com a ascensão de Chile, Colômbia e Peru na agenda de política externa mexicana. Como afirma Giacalone (2017), estabeleceu-se uma compatibilidade de valores e políticas econômicas do México com os demais membros do bloco.

Já a segunda questão é o contrapeso à liderança brasileira na América do Sul. Pastrana (2015) e Giancalone (2017) veem a inserção do México à Aliança do Pacífico como uma resposta à sul-americanização da integração latino-americana pelo Brasil. Resposta essa que pode ser compreendida não somente partindo do México, mas também por parte dos membros sul-americanos do bloco, os quais estariam ainda mais

preocupados com a assimetria de poder com o Brasil e, em menor medida, com a Venezuela em seu auge petrolero. Dessa forma, o bloco desenvolve seu papel geopolítico de balanceamento do poder na integração latino-americana entre duas forças político-econômicas: o Brasil e o México.

Villamar (2013) vai além e entende que a Aliança do Pacífico ajudaria ao México converter-se em uma potência emergente. No entanto,

Esta propuesta no representa el liderazgo mexicano porque, como se ha observado, fue una iniciativa peruana y que, hoy en día, también Colombia imprime su sello en la negociación. Sin embargo, la propuesta es acorde a los intereses económico-comerciales que sustenta la política exterior mexicana. Por tanto, este proyecto responde de manera clara a los fundamentos del segundo regionalismo y que defiende la postura mexicana. Inclusive para el propio gobierno de México, la Alianza del Pacífico representa una oportunidad porque es un esquema pragmático y flexible (MORALES FAJARDO; ALMONTE, 2012, p. 128)

Ou seja, a timidez do México em projetar-se ou, pelo menos, afirmar-se como liderança, coloca em xeque as possibilidades não só da Aliança do Pacífico, mas do próprio Estado mexicano como potência regional para se contrapor ao projeto de liderança brasileiro. Dessa forma, a inserção do México na América Latina se apresenta de maneira débil seja comercialmente seja político-estratégicamente. Mas a decadência dos governos tidos como progressistas da “onda rosa” – inclusive o Brasil – pode elevar o México e a Aliança do Pacífico como novos pólos de poder regional.

6 ANÁLISE COMPARATIVA DA INSERÇÃO BRASILEIRA E MEXICANA NA AMÉRICA LATINA: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Ao longo dos capítulos anteriores, a América Latina, sua integração e a inserção de Brasil e México foram debatidos nos mais diversos aspectos. Com base, portanto, na análise realizada até então, pode-se verificar a existência tanto de divergências quanto semelhanças das posturas, estratégias e interesses de Brasil e México frente à América Latina. Assim, este capítulo se dedica ao levantamento dessas semelhanças e diferenças, como forma de concluir esta dissertação com um quadro comparativo claro da inserção brasileira e mexicana na integração latino-americana no período analisado.

Semelhanças

Posicionamento dependente no sistema internacional: A semelhança central entre Brasil e México é seu caráter dependente frente ao sistema econômico capitalista mundial. Como defende a TMD, os países latino-americanos, inserindo-se no sistema capitalista, automaticamente se colocam na posição dependente e subdesenvolvida em relação aos países centrais e desenvolvidos. Dessa forma, sua política trabalha em função dessa dependência. Ou seja, trabalha dentro da divisão internacional de trabalho, oferecendo matéria prima, mão de obra e mais valia ao centro de acumulação capitalista. Por esse motivo, sua autonomia varia entre nula e relativa e suas políticas são resultado dessa situação estruturante em dialética com sua realidade nacional.

Discurso de autonomia pela integração latino-americana: Ambos os países utilizam em discurso a promoção da integração regional como forma de elevar sua autonomia frente às economias centrais e aos abalos do sistema internacional. O antagonismo central de ambos é a influência dos EUA. Assim, o investimento em discursos ou ações direcionados à América Latina funciona como contrapeso à influência estadunidense na região. A proposta brasileira da ALCSA frente à Iniciativa das Américas, o MERCOSUL frente ao NAFTA, a Cúpula de Presidentes Sul-Americanos e a CASA frente a proposta da ALCA são exemplos disso. No caso mexicano, sua construção histórico-política nacional, com os resquícios da Revolução Mexicana e preponderância do PRI impulsiona esse discurso, buscando neutralizar a pressão dos partidos de esquerda/latino-americanistas.

Posição da América Latina em sua estratégia de política externa: Ambos os países, Brasil e México, se caracterizam como bifronte, mas com “frontes” diferentes. Enquanto o México se divide, ainda que desequilibradamente, entre a América do Norte

e a América Latina, o Brasil assume pretensões mais globais, investindo na base sul-americana em prol da inserção mundial. Assim, destaca-se outra uma semelhança: o papel secundário da América Latina. Como demonstrado pela porcentagem de trocas comerciais e pelo próprio peso político-estratégico do NAFTA, a relação do México com os EUA é central. Da mesma forma, apesar de colocar a América do Sul como prioridade número um da agenda de política externa brasileira, a relação do Brasil com a região foi, na realidade, o meio para alcançar sua projeção global, como pelos organismos internacionais, IBAS e BRICS.

Interesse na integração infraestrutural: Em 2000, enquanto o Brasil lançou a IIRSA na América do Sul, o México apresentou o PPP na América Central. Os objetivos de ambas as iniciativas são similares: a promoção da integração infraestrutural regional. De igual maneira, as dificuldades e críticas também são as mesmas: falta de financiamento a altura da deficiência infraestrutural da região, muito em função da dependência de agências de financiamento e projetos mais favoráveis ao escoamento da produção do que da interconexão da região em si. Ainda assim, o maior sucesso do Brasil na promoção da integração infraestrutural foi garantido pela atuação unilateral de seu banco nacional de desenvolvimento (o BNDES) e a expansão de suas construtoras na região – com ajuda no governo federal. Agrega-se ainda no caso brasileiro o lançamento do FOCEM durante o governo Lula sob o âmbito do MERCOSUL.

Internacionalização de empresas: Segundo Rojas Aravena (2013, p. 16), “Un estudio de 2008 sobre las translatinas emergentes demostró que 85 de las 100 principales eran de México o Brasil y que 35 de las 50 más rentables eran de origen mexicano o brasileño”. Ou seja, em função de seu peso econômico e de seu próprio maior desenvolvimento tecnológico/competitivo relativo, as empresas brasileiras e mexicanas se expandem por toda a América Latina em busca da expansão de mercados ou de matéria-prima.

Assimetria na relação com a região: Por se tratarem das maiores e mais industrializadas economias da América Latina, Brasil e México mantêm uma relação de profunda assimetria em relação aos demais países da região. Ambos os países são grandes exportadores de produtos manufaturados aos países latino-americanos, enquanto que importam produtos de baixo valor agregado. Assim, Brasil e México reproduzem a lógica da divisão internacional do trabalho no nível regional.

Diferenças

Relação com os EUA: Enquanto o Brasil desenvolveu em grande medida uma cooperação antagônica com a potência hemisférica, mantendo uma relação especial com enfrentamentos focalizados, o México adotou uma integração hierárquica vertical, partindo de um alinhamento automático, muito em função das próprias limitações que a dependência gerada pelo NAFTA implicam para seu relacionamento com os EUA. Rocha Valência (2006, p. 321) define o México como “subordinado relativamente” e o Brasil como “autônomo relativamente”, pois “*México acepta relativamente y Brasil resiste relativamente la redefinición o refundación de la hegemonía de los EE.UU.*”.

Projeto de liderança regional: O Brasil tem um projeto de liderança regional mais claro – ainda que não se portando como um *paymaster de facto*, enquanto que o México investe em projetos menos ambiciosos, como acordos comerciais. O posicionamento dentro dos blocos regionais nos quais participam deixa clara a diferença de atuação nesse quesito, pois enquanto o Brasil se enquadra como impulsionador e país central na UNASUL, o México, apesar de ser o país de maior peso político-econômico dentro da Aliança do Pacífico, não foi quem lançou a iniciativa e, tampouco, se nomeia como uma liderança. Ainda assim, verifica-se uma tentativa de liderança mexicana, como no caso, principalmente, do PPP/Projeto Mesoamérica dentro da América Central, e, em menor medida, na impulsão da CELAC.

Caráter subimperialista do Brasil: Uma característica fulcral da postura brasileira frente à América Latina é seu caráter subimperialista de inserção regional. Como se pode constatar no capítulo 2.1, a TMD aponta o Brasil como o único país latino-americano que conseguiu alcançar o status de subimperialista, sendo que o período analisado (governos Lula, principalmente, e Dilma) foi um dos mais destacados nesse quesito. Enquanto isso, a profunda dependência e vinculação do México aos EUA limita sua margem de manobra para criar um projeto subimperialista.

Sub-regiões de maior atenção: O nível de atenção dedicado por Brasil e México às diferentes sub-regiões da América Latina também é diferente e responde muito ao próprio recorte geográfico da região. O Brasil, desde a década de 1990, vem investindo em sua projeção na América do Sul, buscando delimitar sua liderança regional e evitar sub-regiões mais próximas à influência dos EUA. Dentre as iniciativas que podem ser elencadas nesse sentido são: a proposta da ALCSA, a Cúpula dos Presidentes Sul-Americanos, a IIRSA, a CASA, a UNASUL e CSD. Ainda assim, destaca-se que, no

caso brasileiro, existe ainda uma microrregião de atenção fundamental, núcleo de sua inserção na América do Sul: o Conesul, representado pelo MERCOSUL. Já o México eleva a América Central e Caribe, haja vista seu próprio histórico de mediação nos conflitos e tensões dessas regiões desde a Revolução Cubana em 1959. Em comparação à atuação do Brasil na América do Sul, a inserção do México é mais limitada no plano de blocos regionais – como o PPP ou Projeto Mesoamérica – e mais intensa no âmbito bilateral, via tratados de livre comércio (todos países centro-americanos, exceto Belize). Claramente, um fator restritivo da atuação mexicana na subregião é ela ser também um foco de atenção primordial da política externa estadunidense – mais conhecido como quintal dos EUA.

América Latina como contraponto à América do Sul: Ao passo que o Brasil buscou desenvolver uma esfera de influência e liderança na América do Sul, o México – e outros países preocupados com a projeção assimétrica brasileira – defende o tratamento da América Latina como um todo. Um exemplo disso foi o lançamento da CELAC pelo esforço do México em 2010, com apoio de outros países de peso, como a Argentina. Ou seja, o prejuízo do conceito de América do Sul à inserção do México na região é evidente, e por isso, o país trata de apoiar a concepção latino-americana de integração, em contraponto à sul-americana do Brasil.

Agenda política versus agenda comercial: A diferença de conteúdo entre as iniciativas brasileiras e mexicanas na integração latino-americana durante os governos analisados é evidente: enquanto o México segue na promoção de acordos de livre comércio, o Brasil amplia sua agenda comercial da década de 1990 (como o MERCOSUL) e agrega elementos políticos, culturais, securitários, entre outros. Como se pode constatar, tanto no MERCOSUL como na UNASUL, esses temas ganharam maior atenção dos governos brasileiros, vide alguns desses instrumentos: MERCOSUL Social, MERCOSUL Cultural, FOCES, UNASUL, CSD, Banco do Sul.

UNASUL X Aliança do Pacífico: A diferença de projeto de integração entre a UNASUL e a Aliança do Pacífico se baseia na diferença anterior apontada. Enquanto a UNASUL investe em uma proposta política, infraestrutural, securitária e cultural, a Aliança do Pacífico retoma os preceitos do regionalismo aberto, focando na integração comercial. Assim, o uso destes blocos como ferramentas de inserção regional, respectivamente, de Brasil e México, demonstram as prioridades dos governos analisados, sendo a UNASUL uma delimitação de uma zona de influência e projeção

política brasileira e a Aliança do Pacífico uma estratégia de reinserção comercial mexicana na América do Sul, assim como, de relação com a Ásia-Pacífico e seus possíveis mega-acordos regionais (TPP e RCEP).

Ao mesmo tempo, destaca-se a maior congruência entre a Aliança do Pacífico e o MERCOSUL, os quais têm como objetivo fundamental a promoção da integração comercial entre seus membros. Nesse sentido, é importante destacar um trabalho de aproximação dos blocos liderado pelo Chile (GIANCALONE, 2017; MENEZES; BANZATO, 2016, p. 143). Especificamente sobre a relação do Brasil com a Aliança do Pacífico, Menezes e Banzatto apontam três momentos:

O primeiro deles foi marcado pela percepção por parte do Brasil de que a AP representa um contraponto a sua estratégia de integração regional, implementada desde 2003, quando o País se afastou dos preceitos do período do regionalismo aberto em favor de uma integração pós-liberal - isto é, uma integração multidimensional para além dos aspectos econômicos comerciais, na qual as dimensões produtiva, energética e física foram agregadas ao processo. No segundo momento, a então presidente Dilma tentou contornar as dificuldades que a AP impunham a partir do pragmatismo da liberação comercial adotado, propondo a antecipação do acordo de livre comércio com o Peru, Chile e Colômbia ao mesmo tempo em que firmou novos acordos com o México, como no setor automobilístico. E no terceiro - o da acomodação - a AP passa a ser entendida como “parceiros naturais do Brasil” (MENEZES; BANZATTO, 2016, p. 143).

Visto isto, pode-se concluir que as semelhanças e diferenças nos posicionamentos e estratégias de inserção regional adotadas por Brasil e México frente à América Latina são pautadas nos seguintes fatores: i) sua situação de dependência no sistema capitalista internacional; ii) a construção histórica de sua relação com a região; iii) a dialética entre os interesses políticos e econômicos nacionais com o sistema internacional; iv) o modelo de desenvolvimento econômico adotado; v) a característica dos governantes em questão; vi) sua própria localização geográfica; vii) o tipo de relação desenvolvida com os EUA; e, por fim, viii) o contexto político-econômico nacional, regional e internacional de maior ou menor margem de manobra para o investimento em políticas mais autônomas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS – PERSPECTIVAS PARA O NOVO CENÁRIO REGIONAL

O cenário regional e internacional a partir de 2013 mudou drasticamente em relação aos dez anos pregressos. No cenário global, o ciclo de crescimento econômico baseado na expansão econômica chinesa teve um declínio. Paralelamente, a crise econômico-financeira vivida pelos EUA e pela Europa deu lugar à sua recuperação e retomada do crescimento e estabilidade. Politicamente, a postura conservadora e nacionalista ascendeu nos países centrais, como se pode constatar pela votação em favor da saída da Grã-Bretanha da União Europeia (2016) e a eleição de Donald Trump (2017-) à presidência dos EUA.

Frente a este cenário de reduzida margem de manobra, ao contrário da adoção de medidas “anti-cíclicas” ao conservadorismo e retomada de espaço das potências regionais, a região recuou tanto no que diz respeito ao crescimento econômico quanto à integração regional. Como reflexo da queda dos preços das *commodities* e do petróleo, grande parte das economias sul-americanas foi afetada e teve seu crescimento e estabilidade reduzidos drasticamente, como é o caso da Argentina, Brasil e Venezuela. No plano político, os governos progressistas da onda rosa foram perdendo sua base e espaço para a ascensão de lideranças mais conservadoras e alinhadas a reformas neoliberais, vide eleição de Macri na Argentina (2015-), o “impeachment” de Dilma e a crise político-econômico-institucional do governo Maduro na Venezuela.

No caso do Brasil com o governo Temer (2016-), a agenda política foi ocultada em lugar da econômico-comercial, como pode constatar-se na transferência da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior e a Agência de Exportações (APEX) do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio (MDIC) para o MRE. Assim, as iniciativas de maior cunho político e de liderança características do governo Lula e, em menor medida, de Dilma, foram substituídas para uma lógica mais comercialista e uma maior atenção à instabilidade político-econômica nacional. Enquanto isso, o governo de Peña Nieto enfrenta pelo lado econômico um cenário mais favorável à sua inserção ao mercado estadunidense recuperado, mas pelo lado político as ameaças de Trump ao fim do NAFTA e às políticas imigratórias mais rígidas, como pelo aumento da extensão do muro fronteiriço.

Dessa forma, fica aberta para pesquisas futuras a análise da postura brasileira e mexicana frente à América Latina nesse momento de fim do ciclo de *boom* das

commodities, retorno de governos neoliberais na América do Sul, estabilização econômica dos países centrais e conservadorismo nacionalista dos EUA. Dentre os questionamentos que podem ser levantados estão: a) sobreviverão as iniciativas de integração pós-liberais ou pós-hegemônicas, como a ALBA, UNASUL, CSN e Banco do Sul?; b) como a não concretização do TPP afetará o desenvolvimento da Aliança do Pacífico?; c) seria o recrudescimento das relações México-EUA uma oportunidade de ascensão da agenda México-América Latina na lógica de contraponto da política externa mexicana?; d) estaria o governo de Temer *de facto* colocando a América do Sul em segundo plano na agenda de política externa brasileira?; e) com governos mais próximos político-economicamente, Brasil e México poderiam atuar de maneira conjunta?

As perspectivas para a integração latino-americana podem não parecer prósperas, mas o fato é que Brasil e México, devido ao peso político, econômico e geoestratégico que detêm, seguirão sendo uma das peças chave para a compreensão do desenvolvimento e integração de nossa região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALADI. **Acuerdos**. 2017. Disponível em: <<http://www.aladi.org/nsfaladi/textacdos.nsf/vpaisesp/mexico>>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- ALIANÇA DO PACÍFICO. **Declaração de Lima**. 2011. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/?wpdmdl=1329>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- ALIANÇA DO PACÍFICO. **Acuerdo Marco de la Alianza del Pacífico**. 2012. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/?wpdmdl=4464>>. Acesso em: 14 ago. 2017.
- _____. **Constitución del Consejo Empresarial de la Alianza del Pacífico**. 2012b. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/?wpdmdl=2153>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de Almeida. Uma política externa engajada a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 162-184, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n1/v47n1a08.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2017.
- ALVEREZ BÉJAS, Alejandro. El Plan Puebla Panamá desarrollo regional o enclave transnacional. **OSAL**, p. 127-133, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.winisisonline.com.ar/tea/info/TEA0572.PDF>>. Acesso em: 06 nov. 2017.
- ALVES, Rodrigo. O investimento externo direto brasileiro a América do Sul enquanto destino estratégico. **Meridiano 47**, v. 12, n. 127, p. 25-15, set./out. 2011. Disponível em: <<http://www.ibri-rbpi.org/?p=8702>>. Acesso em: 19 set. 2017.
- AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.
- ANGUIANO ROCH, Eugenio. Las relaciones México-APEC, 1995-2000. **Foro Internacional**, vol. 41, n. 4, p. 840-860, 2001. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27739095>>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- ARANDA. Nuevas configuraciones económicas en el Asia-Pacífico y sus consecuencias para América Latina desde el APEC a la Alianza del Pacífico. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n2/a09v57n2.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- ARAÚJO, Lucas. AP VS Mercosul Uma análise histórica sob o ponto de vista econômico e institucional. **Carta de Economia e Negócios**, v. 2, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/CEN/article/view/6425/4038>>. Acesso em: 18 set. 2016.
- AYERBE, Luis Fernando (ORG.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: UNESP, 2008.

BALASSA, Bela. **The Theory of Economic Integration**. Westport: Greenwood, 1961.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BANCO DO SUL. **Convênio Constitutivo do Banco do Sul**. 2011. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/convenio-constitutivo-do-banco-do-sul/at_download/arquivo>. Acesso em: 14 ago. 2017.

BANCO MUNDIAL. WorldData Bank, 2017a. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

_____. Gini index, 2017b. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=BR&view=map>>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. GDP, 2017c. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?end=2014&locations=BR&start=1995>>. Acesso em: 19 set. 2017.

BARBOSA, Gabriela. **A inserção da América do Sul no discurso diplomático brasileiro no Governo Lula (2003-2010)**. 2011. 192 f. Dissertação – Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2011. Disponível em: <<http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/1994/1/PDF%20-%20Gabriela%20Goncalves%20Barbosa.pdf>>. Acesso em 23 jan. 2017.

BARBOSA, Rubens. O Brasil e a integração regional: a ALALC e a ALADI (1960-1990). In ALBURQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira**. Diplomacia para o desenvolvimento. São Paulo: NUPRI, v. 2, 1996.

_____. A Política Externa do Brasil para a América do Sul e o Ingresso da Venezuela no Mercosul. **Interesse Nacional**, 2008. Disponível em: <http://rbarbosaconsult.com.br/publicacoes/Cartao_Assinante/Pol%C3%ADtica_Externa_Brasil4.pdf>. Acesso em; 19 set. 2017.

BARRETO, Fernando de Mello. **A Política Externa após a Redemocratização**- Livro II. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/951-A_Política_Externa_após_a_redemocratização_TOMO_II.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

BARRETO MOLARES. Argentina Brasil Venezuela Líderes en la integración latinoamericana y caribeña contemporánea. **Aldea Mundo**, v. 17, n. 34, p. 19-29, dez. 2012.

BARRIENTOS DEL MONTE, Fernando; AÑORVE, Daniel Añorve. México 2013: Acuerdos, reformas y descontento. **Revista de Ciência Política**, v. 34, n. 1, p. 221-247, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/revcipol/v34n1/art11.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

BARROS, Pedro; RAMOS, Felipe. O Novo Mapa da Integração Latino-Americana balanço e perspectiva da estratégia da política externa brasileira para a região (2003-2013). **Revista ImeaUnila**, v. 1, n. 2, p. 7-20, 2013. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/IMEA-UNILA/article/view/177/178>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

BARTESAGHI, Ignacio. El Mercosur y la Alianza del Pacífico más diferencias que coincidências. **Revista Mundo Asia Pacífico**, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2014/14651.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

BASTOS, Luciana Aparecida et. al. Os reflexos das crises internacionais da década de 1990 nas economias-membro do Mercosul. **Revista NUPEM**, v. 4, n. 6, jan./jul. 2012, p. 163-181. Disponível em: <<http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/104/104>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

BASTOS, Pedro. A economia política da integração da América do Sul no mundo pós- crise. **Observatório da Economia Global**, n. 10, p. 1-82, abr. 2012. Disponível em: <http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/observatorio/OBSERVATORIO_10.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

BASTOS, Pedro; HIRATUKA, Celio. **A política econômica externa do governo Dilma Rousseff comércio, cooperação e dependência**. Texto para discussão (Instituto de Economia), n. 306, p. 1-42, jun. 2017. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3535&tp=a>. Acesso em: 19 set. 2017.

BATISTA, Paulo Nogueira. **Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BCB. CCR - Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Rex/CCR/folheto_da%20aladi_sobre_ccr.asp?idpai=infoccr>. Acesso em: 19 set. 2017.

BERNAL-MEZA, Raúl. Modelos o esquemas de integración y cooperación en curso en América Latina (UNASUR, Alianza del Pacífico, ALBA, CELAC): una mirada panorámica. **IBERO-ONLINE.DE**, v. 12, p. 3-21, jun. 2013. Disponível em: <http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Ibero-Online/Ibero_Online_12.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. **Est. Hist.**, v. 22, n. 44, p. 289-321, jul-dez 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n44/v22n44a01.pdf>>. Acesso em 18 set. 2017.

BEYHAUT, Gustavo. Dimensão Cultural da Integração na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 20, p. 183-198, jan./abr. 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a19.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

BILBAO, L.; FLORES, R. México, el MERCOSUR y la Alianza del Pacífico: intereses, identidades y prioridades regionales. **Miríada**, v. 7, n. 11, 2015. Disponível em: <<http://p3.usal.edu.ar/index.php/miriada/article/viewFile/3452/4348>>. Acesso em: 19 set. 2016.

BIZBERG, Ilán (Coord.). **Variedades del capitalismo en América Latina**: los casos de México, Brasil, Argentina y Chile. Cidade do México: El Colegio de México, 1 ed., 2015.

BIZZOZZERO, Lincoln. América Latina a inícios de la segunda década del siglo XXI: entre el regionalismo estratégico y la regionalización fragmentada. **Revista Brasileira de Política Internacional**. n. 1, v. 54, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v54n1/v54n1a03.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

BOLÍVAR, Simón. **Carta al Coronel Patricio Campbell**. 1829. Disponível em: <<http://www.biblioteca.org.ar/libros/153489.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

BOYE, Otto. A integração da América Latina como resposta a um mundo com hegemonia unipolar. In: **Globalização e Integração das Américas**. DOS SANTOS, Theotonio (coord.). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, p. 51-65, 2005.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Brasília: Senado, 1988.

_____. Política Nacional de Defesa / Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

BRESSAN, Regiane Nitsch. O espaço da América Latina na política externa brasileira. In: SERBIN, Andres. **Fin de Ciclo y reconfiguración regional**. Buenos Aires: CRIES, p. 311-333, 2016. Disponível em: <<http://eprints.ucm.es/36476/1/Cap%C3%ADtulo%20Sanahuja.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três perspectivas da dependência. **Perspectivas**, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09.11.tres_interpretacoes_dependencia.perspectivas_26.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BRICEÑO RUIZ, José. La Iniciativa del Arco del Pacífico Latinoamericano Un nuevo actor en el escenario de la integración regional. **Nueva Sociedad**, n. 228, p. 44-59, jul./ago. 2010. Disponível em: <http://biblioteca.hegoa.ehu.es/system/ebooks/18881/original/Mare_Nostrum.pdf?1332902051>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. El ALBA como propuesta de integración regional. In: ALTMANN BORBÓN, J. **ALBA: ¿una nueva forma de integración regional?**. Buenos Aires: Teseo-Flacso-Fundación Carolina-Oirla, 2011.

_____. Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina. **Estudios Intenacionales**, v. 45, n. 175, p. 9-39, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/rei/v45n175/art01.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2015

_____. Del regionalismo abierto al regionalismo poshegemónico en América Latina. In ACOSTA, Willy Soto. **Política Internacional e Integración Regional Comparada en América Latina**. São José: FLACSO, 2014, p. 23-34. Disponível em: <<http://www.flacso.org/sites/default/files/Documentos/libros/secretaria-general/Pol%C3%ADtica%20Internacional%20e%20integracion%20en%20America%20Latina.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

BRICEÑO RUIZ, José; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Post-hegemonic regionalism, UNASUR, and the reconfiguration of regional cooperation in South America. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 40, n. 48-62, p. 48-62, 2015.

BRUCKMANN, Monica. **La unidad latinoamericana como proyecto histórico**. Agência Latinoamericana de Informação, 2014. Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/active/79724>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BURGES, Sean W. Leadership in Brazilian Foreign Policy. In _____. **Brazilian Foreign Policy after Cold War**. University Press of Florida, p. 43-63, 2009.

_____. Mistaking Brazil for a Middle Power. **Journal of Iberian and Latin American Research**, v. 19, n. 2, p. 286-301, 2013.

BURNS, E. Bradford. **The Unwritten Alliance: Rio-Branco and Brazilian-American Relations**. Nova Iorque: Columbia University, 1966.

CABALLERO, S. Integración en América Latina: Dos lógicas en pugna. **Estudios de Política Exterior**, n. 154, jul./ago. 2013. Disponível em: <<http://www.politicaexterior.com/articulos/politica-exterior/integracion-en-america-latina-logicas-en-pugna/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

CACCIAMALI, Maria Cristina; BOBIK, Márcio; CELLI, Umberto Jr. “Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global”. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/39486/42370>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

CAETANO, Gerardo *et al.* Reforma institucional del Mercosur: análisis de un reto. In: CAETANO, Gerardo (coord.). **La reforma institucional del Mercosur: del diagnóstico a las propuestas**. Montevideo: CEFIR, 2009. Disponível em: <<http://www.inmercociudades.org/download/ciudadania-regional/20.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

CALIXTRE, André Bojikian; BARROS, Pedro Silva. O Banco do Sul e o Brasil na agenda da nova arquitetura financeira regional. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 3, jun. 2010. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4710/3/BEPI_n3_banco.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Além da circunstância: Caminhos da integração sul-americana – do Mercosul à Unasul. In VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian. **Governança Global e Integração da América do Sul**. Brasília: IPEA, 2011, p. 177-196. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_governancaglobal.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do Desenvolvimento Periférico Dependência. **Revista Econômica Contemporânea**, v. 12, n. 2, p. 247-272, mai./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v12n2/03.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. O Banco do Sul – Arquitetura institucional e processo de negociação dentro de uma estratégia alternativa de desenvolvimento na América do Sul. In VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian. **Governança Global e Integração da América do Sul**. Brasília: IPEA, 2011, p. 247-282. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_governancaglobal.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; SALUDJIAN, Alexis. Integración latinoamericana, dependencia a China y subimperialismo brasileño en América Latina. **Mundo Siglo XXI**, v. 8, n. 29, p. 43-62, 2013. Disponível em: <<http://www.mundsigloxxi.ciecas.ipn.mx/pdf/v08/29/03.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

CARMO, Corival Alves do. O projeto integracionista bolivariano de Hugo Chávez e o pragmatismo da política externa Brasileira. In: SERBIN, Andres; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo (coord). **El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe**: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. Buenos Aires: CRIES, p. 301-320, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/6590387/O_projeto_integracionista_bolivariano_de_Hugo_Ch%C3%A1vez_e_o_pragmatismo_da_pol%C3%ADtica_externa_Brasileira>. Acesso em: 19 set. 2017.

CARVALHO, Glauber Cardoso. **A América do Sul em processo de transformação**: desenvolvimento, autonomia e integração na UNASUL. 196 f. Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Dissertao_-_Glauber_Carvalho.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CARVALHO, Carlos Eduardo; SENNES, Ricardo. Integração financeira e internacionalização de empresas brasileiras na América do Sul. **Nueva Sociedad**, p. 17-32, dez. 2009. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/p7-2_1.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

CASA. Declaração presidencial e agenda prioritária. 2005. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/285-Comunidade_Sul-Americana_de_Nacoes.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. Declaração de Cochabamba. 2006. Disponível em: <[http://www.isags-unasur.org/uploads/biblioteca/1/bb\[611\]ling\[1\]anx\[1825\].pdf](http://www.isags-unasur.org/uploads/biblioteca/1/bb[611]ling[1]anx[1825].pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CASTAÑEDA, Jorge G. Discursos: Palabras del secretario de Relaciones Exteriores, Jorge G. Castañeda, en el almuerzo ofrecido por el presidente Vicente Fox al cuerpo diplomático acreditado en México. **Revista Mexicana de Política Exterior**, n. 67/68, p. 163-176, fev. 2003. Disponível em: <<https://revistadigital.sre.gob.mx/images/stories/numeros/n67-68/castaneda2.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

CCT IIRSA. **IIRSA 10 Anos Depois: Suas Conquistas e Desafios**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2011. Disponível em: <<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2011/09348pt.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

CELAC. Procedimientos para el funcionamiento orgánico de la CELAC. 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_CELAC/ESTPROC.2011ES.P.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CEPAL. **El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: La integración económica en servicio de la transformación productiva con equidad**. Santiago: CEPAL, n. 39, 1994. Disponível em <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/4377/lcg1801e.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CEPALSTAT. Tasa de crecimiento del producto interno bruto (PIB) total anual a precios constantes. 2017. Disponível em: <<http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=2207&idioma=e>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

CEPIK, Marco; JORNADA, Helena; BORBA, Pedro. Segurança, política e relações bilaterais com o Brasil. In: DATHEIN, Ricardo. **Parceiros estratégicos para a inserção internacional do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

CEREZAL, Manuel; MOLERO SIMARRO, Ricardo; MONTERO SOLER, Alberto. El SUCRE: orígenes, funcionamiento y perspectivas de futuro para la integración latinoamericana. In MARTINS, Carlos Eduardo (coord.). **Los retos de la integración y América del Sur**. Buenos Aires: CLACSO, 2013, p. 151-172. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20130920035225/GT-RetosIntegracion.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 2, p. 5-25, 2003.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a01.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

_____. **O Brasil e a América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2009. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/534-Livro-Na-Rua-18-O-Brasil-e-a-America-do-Sul.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CERVO, Amado; LESSA, Antônio Carlos. O declínio inserção internacional do Brasil (2011–2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 133-152, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi-57-02-00133.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

CHABAT, Jorge. La Iniciativa Mérida y la relación México-Estado Unidos - En busca de la confianza perdida. **CIDE**, n. 195, p. 1-13, 2010. Disponível em: <<http://libreriacycide.com/librospdf/DTEI-195.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. La política exterior de México: De Calderón a Peña Nieto. In: BONILLA, Adrián; JARAMILLO, Grace (editores). **La CELAC en el escenario contemporáneo de América Latina y del Caribe**. San José: FLACSO, 1 ed, p. 27-40, 2014. Disponível em: <<http://www.flacso.org/sites/default/files/Documentos/libros/secretaria-general/CELAC%20Politica%20Exterior.pdf>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

COELHO, Luciana; SCOLESE, Ana Flor Eduardo. Chávez critica declaração de cúpula e deixa Lula irritado. **Folha de S. Paulo**, 1 out. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0110200509.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

COMUNICADO DE BRASÍLIA. Comunicado de Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.oei.es/historico/oeivirt/cimeira1.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES (CASA). Documentos. Brasília: FUNAG, 2005. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/285-Comunidade_Sul-Americana_de_Nacoes.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

CONSENSO DE BUENOS AIRES. Buenos Aires, 2003. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,leia-o-documento-consenso-de-buenos-aires,20031016p22413>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CORAZZA, Gentil. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaios FEE**, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2114/2496>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff Contenção na continuidade. **Conjuntural Austral**, v. 5, n. 24, p. 111-150, jun./jul. 2014. Disponível

em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/47628/30012>>. Acesso em: 19 set. 2017.

COSIPLAN. Agenda de Proyectos Prioritarios de Integración (API), 2017. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=95>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. API Agenda de Projetos Prioritários de Integração. 2011. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/api_agenda_de_projetos_port.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

COSTA, Rogério; FERREIRA, Paulo. O Desenvolvimento Regional na Estratégia da Política Externa do Governo Lula Para a Integração da América do Sul.

Desenvolvimento em Questão, v. 11, n. 24, p. 41-73, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/752/75229296003.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

COUTO, Leandro Freitas. Política externa brasileira para a América do Sul: As diferenças entre Cardoso e Lula. **Civitas**, v. 10, n. 1, p. 23-44, jan./abr. 2010.

Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/civitas/article/view/6591/6794>>.

Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **Desenvolvimento, Integração e Assimetrias**: Caminhos e descaminhos da aproximação regional na América do Sul. 225 f. Dissertação – Universidade de Brasília. Brasília, 2012. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11226/1/2012_LeandroFreitasCouto.pdf>.

Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana - IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul. **OIKOS**, v. 1, n. 5. 2006. Disponível em:

<<http://revistaioikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/109/77>>. Acesso em: 19 set. 2017.

COVARRUBIAS VELASCO, Ana. La política exterior de Calderón: objetivos y acciones. **Foro Internacional**, v. 53, n. ¾, p. 455-482, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23608712>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. El reacomodo de México en una América Latina cambiante de la euforia democrática a la introversión. **Pensamiento Proprio**, v. 21, p. 325-350, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2017/02/017-covarrubias.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

DABENE, Olivier. **América Latina no século XX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

_____. **Explaining Latin America's fourth wave of regionalism: Regional integration of a third kind**. 2012 Congress of the Latin American Studies Association (LASA). 2012. Disponível em:

<[http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr/opalc/files/Explaining%20the%20fourth%20wave%20\(long%20version\).docx](http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr/opalc/files/Explaining%20the%20fourth%20wave%20(long%20version).docx)>. Acesso em: 23 jan. 2017.

DATAFOLHA. Acima das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história. 2010. Disponível em:

<<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>>. Acesso em: 19 set. 2017.

DECLARAÇÃO DE IGUAÇU. Declaração de Iguaçu, 1985. Disponível em:

<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1985/b_74/>. Acesso em: 14 ago. 2017.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. Integração sul-americana: Oportunidades e desafios para uma maior participação do continente na governança global. In VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian. **Governança Global e Integração da América do Sul**. Brasília: IPEA, 2011, p. 65-94.

DESIDERÁ NETO, Walter (Org.). **O Brasil e novas dimensões da integração regional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_novas_dimensoes.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

DEO, Anderson. Apontamentos sobre o imperialismo brasileiro nos governos Lula e FHC. **Revista Novos Rumos**, v. 49, n. 1, p. 127-138, 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/114913>>. Acesso em: 19 set. 2017.

DOMINGUES, Sérgio. O subimperialismo brasileiro na América Latina. **História & Luta de Classes**, n. 6, p. 85-88, nov. 2008.

DOMÍNGUEZ GUADARRAMA, Ricardo. El cambio de la política exterior de México; entre Estados Unidos y América Latina y el Caribe. In: ROCHA VALENCIA, Alberto; PRECIADO CORONADO, Jaime Antonio. **El proceso de integración de América Latina en el siglo XXI: La competencia-cooperación entre México y Brasil con la presencia de Estados Unidos y China**. Guadalajara: Universidade de Guadalajara, 2016, pp. 61-88.

DOS SANTOS, Theotonio. Dependencia económica y alternativas de cambio en América Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 32, n. 2, p. 417-463, mar./abr. 1970. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3539044>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. **A Teoria da Dependência: balanços e perspectivas**. Civilização Brasileira, 2000.

_____. Economía mundial. Integración regional y desarrollo sustentable: las nuevas tendencias y la integración latinoamericana. In: **Obras reunidas de Theotonio dos Santos**. Instituto de Investigaciones Económicas (UNAM), 2010. Disponível em: <<http://ru.iiec.unam.mx/3091/1/EcoMun.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. A estrutura da dependência. **SEP**, n. 30, p. 5-18, out. 2011a. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/revista/download?id=211>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011b. Disponível em: www.bibliotecayacucho.info/downloads/dscript.php?fname=CP005.pdf. Acesso em: 12 fev. 2017.

EL UNIVERSAL. “Se hará política exterior de Estado”: Patricia Espinosa. 29 nov. 2006. Nación. Disponível em: <http://archivo.eluniversal.com.mx/nacion/145990.html>. Acesso em: 04 nov. 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Frontera inteligente: Acuerdo de 22 puntos del Plan de Acción de la Asociación Fronteriza entre los Estados Unidos y México - Hoja Informativa. Casa Branca, 20 mar. 2002. Disponível em: <http://dosfan.lib.uic.edu/ERC/spanish/ti/pas/mx/gen/38661.htm>. Acesso em: 04 nov. 2017.

ESTAY, A **ALCA e as suas transformações**. In DOS SANTOS, Theotonio (cord.). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005, p. 66-76.

FIGUEIREDO, Alexandre Ganan de Brites; BRAGA, Márcio Bobik. Simón Bolívar e o Congresso do Panamá: O primeiro integracionismo latino-americano. **Passagens**: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, maio-agosto, 2017, p. 308-329. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v9n2a82017.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

FIORI, José Luís. Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana. Brasília: CEPAL, **Textos para Discussão CEPAL-IPEA**, 42, p. 7-34, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1560.pdf. Acesso em: 24 nov. 2017.

FIORI, José Luís. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: Sader, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 31-51. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/10_ANOS_GOVERNOS.pdf. Acesso em: 14 ago. 2017.

FIPE. IPC – Índice de preços ao consumidor, 2018. Disponível em: <http://www.fipe.org.br/pt-br/indices/ipc/>. Acesso em: 15 fev. 2018.

FLEMES, Daniel. A Visão Brasileira da Futura Ordem Global. **Contexto Internacional**, v. 32, n. 2, p. 404-487, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v32n2a05.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

FLEMES, Daniel; WEHNER, Leslie. **Drivers of Strategic Contestation in South America**. German Institute of Global and Area Studies (GIGA), working paper n. 207, out. 2012. Disponível em: <https://www.giga->

hamburg.de/en/system/files/publications/wp207_flemes_wehner.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

FOCEM. El Fondo para la Convergencia Estructural del Mercosur – FOCEM (2005-2015). MERCOSUL, 2015. Disponível em: <http://focem.mercosur.int/docs/FOCEM_es.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

FONSECA, Daniel Machado da. **Integração Sul-Americana como via para a Inserção Internacional do Brasil**. 2007. 128 f. Dissertação – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007. Disponível em: <http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_arquivos/27/TDE-2008-09-22T125632Z-1682/Publico/Danielfonseca-dissert.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

FONTES, Virgínia. O imperialismo brasileiro. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG *et al.* (coord.). **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Expressão Popular, p. 219- 245, 2009. Disponível em: <<http://www.zorraquino.com.br/textos/politica-e-economia/transnacionais.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

FRAMBES BRUXEDA, Aline. Teorías sobre la integración aplicables a la unificación de los países latinoamericanos. **Política y Cultura**, n. 2, p. 269-306, 1993. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26700211>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

FRANZONI, Marcela. La política exterior de México en el gobierno de Peña Nieto: Retos locales e internacionales. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, v. 9, n. 17, p. 1-9, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.contextualizacioneslatinoamericanas.com.mx/pdf/Lapol%C3%ADticaexteriordeM%C3%A9xicoenelgobiernodePe%C3%B1aNietoRetoslocalesinternacionales_17.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

FUCCILLE, Alexandre. O Brasil e a América do Sul (re)pensando a segurança e a defesa na região. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 1, n. 1, p. 112-146, 2014. Disponível em: <<https://rbed.emnuvens.com.br/rbed/article/view/49245/30868>>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. **O Brasil e o Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL: Um novo modelo de defesa sub-regional?**. VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política – Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), jul. 2015. Disponível em: <<http://files.pucp.edu.pe/sistema-ponencias/wp-content/uploads/2015/01/Full-Paper-ALACIP-Fuccille.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

FUNAG. **Discursos selecionados do Presidente Luis Inácio Lula da Silva**. Brasília: FUNAG, 2008. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/505-discursos_selecionados_lula.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GAJATE, Rita Marcela. Instituciones de los procesos de integración sudamericanos. Modelos y tendencias actuales. In MELLADO, Noemí Beatriz. **Problemáticas del regionalismo latinoamericano en los inicios del siglo XXI**. San Salvador: Editorial Delgado, 2013, p. 55-74. Disponível em:

<http://www.ujmd.edu.sv/images/PDF/posgrados/Problem%C3%A1ticas_del_regionalismo_latinoamericano_en_los_inicio_del_siglo_XXI.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

GARDINI, Gian Luca. Proyectos de integración regional sudamericana: hacia una teoría de convergencia regional. **Relaciones Internacionales**, n. 15, outubro 2010, p. 11-31.

Disponível em:

<<http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/article/view/237/210.html>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

GAROFALI PATRÓN, Angela. Integración latinoamericana: una interpretación desde la Teoría marxista de la dependencia. **Rebela**, v. 5, n. 1, jan./mar. 2015. Disponível em:

<<https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/215>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

GAVIÑO, Alejandro del Angel. **Relaciones exteriores entre México, Estados Unidos y América Latina**. Cidade do México: Univerdad del Valle de México, 2008.

Disponível em:

<www.tlalpan.uvmnet.edu/ooid/download/Relaciones%2520M%25C3%25A9xico_04_CSO_RI_PICJS_E.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

GAZOL SÁNCHEZ, Antonio. La Alianza del Pacífico. Una Visión General. In: MORA, José U. Mora; OSORIO-CABALLERO, María Isabel (org.). **La alianza del Pacífico: nuevos retos e implicaciones para Latinoamérica**. Santiago de Cali: Pontificia Universidad Javeriana, 2017, p. 19-30. Disponível em:

<https://www.javerianacali.edu.co/sites/ujc/files/Publicaciones/libro_la_alianza_del_pacifico_nuevos_retos_e_implicaciones_para_latinoamerica.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

GIACALONE, Rita. La Comunidad Sudamericana de Naciones: ¿una alianza entre izquierda y empresarios?. **Nueva Sociedad**, 202, 2006, p. 74-86. Disponível em:

<<http://www.nacionmulticultural.unam.mx/empresasindigenas/docs/2195.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. La dimensión económica en los acuerdos de integración sudamericana. In MELLADO, Noemí Beatriz (coord.). **Problemáticas del regionalismo latinoamericano en los inicios del siglo XXI**. San Salvador: Editorial Delgado, 2013, p. 139-151. Disponível em:

<http://www.ujmd.edu.sv/images/PDF/posgrados/Problem%C3%A1ticas_del_regionalismo_latinoamericano_en_los_inicio_del_siglo_XXI.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. Aspectos Políticos y Geopolíticos de la Propuesta de Convergencia Alianza del Pacífico-Mercosur. In: MORA, José U. Mora; OSORIO-CABALLERO, María Isabel (org.). **La Alianza del Pacífico: nuevos retos e implicaciones para Latinoamérica**. Santiago de Cali: Pontificia Universidad Javeriana, 2017, p. 19-30. Disponível em:

<https://www.javerianacali.edu.co/sites/ujc/files/Publicaciones/libro_la_alianza_del_pa

cifico_nuevos_retos_e_implicaciones_para_latinoamerica.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017

GOLDBAUM, Sergio; LUCCAS, Victor Nóbrega. Comunidade Andina de Nações. In MIYAZAKI, Silvio Yoshiro Mizuguchi; SANTOS, Antonio Carlos Alves dos. **Integração econômica regional**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GÓMES BUERA, Hernán F. To be or not to be: Has Mexico got what it takes to be an emerging power? **South African Journal of International Affairs**, v. 22, n. 2, p. 227-248, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/10220461.2015.1053978>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

GONZÁLEZ, Guadalupe Gonzáles. Las bases internas de la política exterior realidades y retos de la apertura económica y la democracia. **CIDE**, n. 131, p. 1-55, 2005. Disponível em: <<http://dominio1.cide.edu/documents/320058/320502/gonzalezbasesinternasdelapolitica exterior.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. México ante América Latina: mirando de reojo a Estados Unidos. In: SCHIAVON, Jorge A.; SPENSER, Daniela; VÁSQUEZ, Mariano. **En busca de una nación soberana: Relaciones internacionales de México, siglos XIX y XX**. Cidade do México: CIDE/SRE, 2006.

_____. La política exterior de México hacia América Latina en el sexenio de Felipe Calderón (2006-2012): Entre la prudencia política y el pragmatismo económico. **Foro Internacional**, v. 5, n. ¾, p. 572-618, jun./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23608716>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

GRANATO, Leonardo. **A integração na América do Sul em discursão nos governos do Brasil e da Argentina (2003-2010)**. f. 227. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

GUAJARDO SOTO, Guillermo. Viejos puentes y nuevos acervos: Las relaciones de México con América Latina y el Caribe durante el sexenio de Vicente Fox. **Foro Internacional**, v. 48, n. ½, p. 268-296, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27738887>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

GUERRA-BORGES, Alfredo. **La integración centroamericana ante el reto de la globalización (antología)**. Managua: CRIES, 1996.

GUERRA VILABOY, Sergio; MALDONADO GALLARDO, Alejo. Raíces históricas de la integración latinoamericana. In CRISORIO, Beatriz Carolina. **Historia y perspectiva de la integración latinoamericana**. Michoacán: Asociación por la Unidad de Nuestra América, 2000, p. 31-84. Disponível em: <<http://www.ieei-unesp.com.br/portal/artigos/raices.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

GUERRA VILABOY, Sergio. Las repúblicas hispanoamericanas y el Imperio del Brasil en los albores de la integración regional. In ROCHA VALENCIA, Alberto;

PRECIADO CORONADO, Jaime Antonio. **El proceso de integración de América Latina en el siglo XXI: La competencia-cooperación entre México y Brasil con la presencia de Estados Unidos y China.** Guadalajara: Universidade de Guadalajara, 2016, pp. 325-335.

HAKIM, Peter. O Brasil em ascensão os desafios e as escolhas de uma potência global emergente. **Política Externa**, v. 19, n. 1, p. 43-53, 2010. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/1158/o-brasil-em-ascensao-os-desafios-e-escolhas-de-uma-potencia-global-emergente/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

HENDLER, Bruno. Correntes políticas e processos de integração na América Latina: a Aliança do Pacífico em comparação ao Mercosul e à ALBA. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 6, n. 2, p. 222-240, 2015. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/politica/article/view/42025/26892>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

HERNÁNDEZ, David Chacón. Masacre de 1968: Culto a la impunidad y la persistente violación de los derechos humanos. **Revista Alegatos**, n. 70, 2008. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r23200.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

HERNÁNDEZ, Maximiliano Gracia. Importancia de Estados Unidos y Canadá en el comercio internacional de México a partir del TLCAN. **Revista Académica del CISAN-UNAM**, n. 2, v. 5, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193719383006>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

HERNÁNDEZ BERNAL, José Armando; MUÑOZ ANGULO, Luis Guillermo. Comercio y evolución de la Alianza del Pacífico. **Equidad & Desarrollo**, n. 24, p. 97-118, 2015. Disponível em: <<https://revistas.lasalle.edu.co/index.php/ed/article/view/3682/2881>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

HIRST, Monica; SOARES DE LIMA, Maria Regina; PINHEIRO, Letícia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Nueva Sociedad**, p. 22-41, dez. 2010. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/p6-2_1.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

HONÓRIO, Karen dos Santos. **O significado da iniciativa para a integração da infraestrutura regional Sul-Americana (IIRSA) no regionalismo Sul-Americano (2000-2012): um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil.** 2013. 133 f. Dissertação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17431>>. Acesso em: 19 set. 2017.

HUMANS RIGHTS WATCH. La ambiciosa agenda de Fox en DD.HH. no logró sus objetivos principales. 16 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.hrw.org/es/news/2006/05/16/la-ambiciosa-agenda-de-fox-en-ddhh-no-logro-sus-objetivos-principales>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

HURTADO BRICEÑO, Alberto José. Avances en la Integración Financiera de la Alianza del Pacífico. In: MORA, José U. Mora; OSORIO-CABALLERO, María Isabel

(org.). **La alianza del Pacífico: nuevos retos e implicaciones para Latinoamérica**. Santiago de Cali: Pontificia Universidad Javeriana, 2017, p. 125-142. Disponível em: <https://www.javerianacali.edu.co/sites/ujc/files/Publicaciones/libro_la_alianza_del_pacifico_nuevos_retos_e_implicaciones_para_latinoamerica.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

IIRSA. **10 anos depois: Suas conquistas e desafios**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2011. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/lb_iirsa_10_anios_sus_logros_y_desafios_port.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

INEGI. Banco de información económica. Cidade do México, 2018. Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/sistemas/bie/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

IRUEGAS, Gustavo. Las relaciones de México con América Latina y Caribe. **Revista Mexicana de Política Exterior**, n. 67-68, 2003. Disponível em: <<http://www.sre.gob.mx/revistadigital/images/stories/numeros/n67-68/iruegas.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

KALIL, Mariana. Continuidade por Inércia: uma análise empírica das relações internacionais do Brasil entre 2010 e 2014. **Boletim Mundorama**, 2014. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=14008>>. Acesso em: 19 set. 2017.

LAFER, Celso. Descaminhos do Mercosul – a suspensão da participação do Paraguai e a incorporação da Venezuela: uma avaliação crítica da posição brasileira. **Política Externa**, v. 21, n. 3, mar./fev. 2013. Disponível em: <<http://www.ieei-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/03/Politica-Externa-21-03-Celso-Lafer.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

LANA SEABRA, Raphael. La Alianza Bolivariana: el redescubrimiento del antiimperialismo en América Latina. **Revista Politeia**, v. 36, n. 51, 2014, p. 51-81. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1700/170035854003/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://www.antropologias.org/rpc/files/downloads/2010/08/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci%C3%A2ncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

LANDMAN, Todd. **Issues and Methods in comparative Politics**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2008. Disponível em: <<http://discuss.forumias.com/uploads/FileUpload/cc/ce00bb9c0006ddd9ec5f58634b504c.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

LEÃO, André Pimentel Ferreira; MORINI, Cristiano. O Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL e a política externa brasileira. **Monções**, v. 2, n. 3, p. 212-236, jul./dez. 2013. Disponível em:

<<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2821/1698>>. Acesso em: 19 set. 2017.

LEÓN-MANRÍQUEZ, José Luis; TZILI APANGO, Eduardo. México y Asia Pacífico: proximidades y distancias de una dilatada relación. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n.110, p. 113-139, set. 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5211438>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

LEVY, Carlos. Crisis y retos de la política exterior de México 2006-2012. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas**, v. 51, n. 205, p. 119-141, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/rmcps/v51n205/v51n205a7.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

LLENDEROZAS, Elsa. Diálogo y concertación política en América Latina: los alcances de las propuestas regionales. In SERBIN, A. *et al.* (Orgs.). **Anuário de la integración regional de América Latina y El Gran Caribe**, Buenos Aires: CRIES, v. 9, p. 153-73, 2012. Disponível em: <<http://www.ieei-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/10/2012-Anuario-CRIES-1.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

LOGUERCIO, Edgardo Alfredo. **Pan-americanismo versus Latino-americanismo**. Origens de um debate, na virada dos séculos XIX – XX. 2007. 214 f. Dissertação – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-11102012-100307/pt-br.php>>. Acesso em: 20 set. 2017.

LÓPEZ MONTERO, María Elena; ROMERO, Carlos Contreras. El mito de la diversificación de las relaciones exteriores de México: las relaciones con Europa, Asia-Pacífico y Medio Oriente. In.: MONTERO, M. E. L.. (Coord.) **Temas y escenarios en la agenda de política exterior de los gobiernos de la alternancia política em México**. Cidade do México: DGAPA, p. 229-256, 2010.

LUCE, Mathias Seibel. **O Subimperialismo Brasileiro Revisitado: A Política de Integração Regional do Governo Lula (2003-2007)**. 2007. 136 f. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14394>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria**. 2011. 225 f. Tese – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

_____. O subimperialismo: Etapa superior do capitalismo dependente. **Tensões Mundiais**, v. 10, n. 18, p. 43-65, 2014. Disponível em: <<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/view/342/425>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

LUCIANO, Bruno Theorodo; BRESSAN, Regiane Nitsch. **A Comunidade Andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico**. 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014.

MALAMUD, Andrés. Presidential diplomacy and the institutional underpinnings of Mercosur. an empirical examination. **Latin American Research Review**, v. 40, n. 1, p. 138-164, fev. 2005. Disponível em: <<http://lasa-4.univ.pitt.edu/LARR/prot/fulltext/vol40no1/Malamud.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional. **Norteamérica**, v. 6, n. 2, p. 219-249, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193722773008>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

_____. A leader without followers The growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy. **Latin American Politics and Society**, v. 53, n. 3, p. 1-24, 2011b. Disponível em: <http://apps.eui.eu/Personal/Researchers/malamud/laps_53_3_Malamud.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

MALAMUD, Andrés; GARDINI, Gian Luca. Has Regionalism Peaked? The Latin American Quagmire and its Lessons. **The International Spectator**, v. 47, n. 1, p. 116-133, 2012. Disponível em: <http://americo.usal.es/iberoame/sites/default/files/malamud_gardini_has_regionalism_peaked.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

MALAMUD, Andrés; RODRIGUEZ, Júlio. Com um pé na região e outro no mundo O dualismo crescente da política externa brasileira. **Estudos Internacionais**, v. 1, n. 2, p. 167-183, p. jul.-dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/6312/5791>>. Acesso em: 19 set. 2017.

MANAUT, Raúl Benítez. México-Estados Unidos: paradigmas de una inevitable y conflictiva relación. **Revista Nueva Sociedad**, n. 206, 2006. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3400_1.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

MARIANO, Marcelo Passini. O papel do Brasil na integração da infraestrutura da América do Sul: Limites institucionais e possibilidades de mudança. In. DESIDERÁ NETO, Walter (ORG.). **O Brasil e novas dimensões da integração regional**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 229-290, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_novas_dimensoes.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y Revolución**. 3 ed. Siglo Veintiuno: Cidade do México, 1971.

_____. **Dialéctica de la Dependencia**. Buenos Aires/Bogotá: CLACSO, 1973. Disponível em: <http://resistir.info/livros/marini_dialectica_de_la_dependencia.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2017.

_____. La acumulación capitalista y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, n. 12, p. 20-39, abr./jun. 1977. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/052_acumulacion_subimperialismo.html>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Página Aberta, 1992.

_____. **Dos momentos de la integración latinoamericana**. Archivo de Ruy Mauro Marini, con la siguiente anotación: "Texto para El Día Latinoam. y Canadá, 1993. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/076_integracion_latinoamericana.html>. Acesso em: 13 fev. 2017.

_____. **Los caminos de la integración latinoamericana**. Archivo de Ruy Mauro Marini, con la anotación "Publicado por Susan [Jonas] y Tareas [Panamá]", S/D. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/075_caminos_integracion.html>. Acesso em: 12 fev. 2017.

MARTÍ, José. **Nuestra América**. Caracas: Fundação Biblioteca de Ayacucho, 2005. Disponível em: <http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Jos%C3%A9_Mart%C3%AD_-_Nuestra_Am%C3%A9rica.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTLI, W. **The logic of regional integration: Europe and beyond**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1999.

MCCA. Tratado de Manágua. 1960. Disponível em: <[http://legislacion.asamblea.gob.ni/normaweb.nsf/\(\\$All\)/9330AFB547FCA42A062572C9007670C8?OpenDocument](http://legislacion.asamblea.gob.ni/normaweb.nsf/($All)/9330AFB547FCA42A062572C9007670C8?OpenDocument)>. Acesso em: 14 ago. 2017.

MDIC. Séries históricas – Blocos e Países, 2018. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida; TEIXEIRA JUNIOR, Augusto Wagner Menezes; REIS, Elton Gomes dos. Cooperação para autonomia Explicando o paradoxo da política externa brasileira para a Unasul. **Revista de Sociologia Política**, v. 25, n. 61, p. 97-123, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v25n61/0104-4478-rsocp-25-61-0097.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

MELLO, Patrícia Campos; CHADE, Jamil. Irã faz protesto contra crítica de Dilma. **Estadão**, 21 jan. 2011. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,ira-faz-protesto-contra-critica-de-dilma-imp-,665033>>. Acesso em: 19 set. 2017.

MENEZES, Roberto Goulart. La Alianza del Pacífico y la estrategia de integración sudamericana del Brasil. In ACOSTA, Willy Soto. **Política Internacional e Integración Regional Comparada en América Latina**. São José: FLACSO, 2014, p.

81-92. Disponível em:

<<http://www.flacso.org/sites/default/files/Documentos/libros/secretaria-general/Pol%C3%ADtica%20Internacional%20e%20integracion%20en%20America%20Latina.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

MENEZES, Roberto Goulart; BANZATTO, Arthur Pinheiro de Azevedo. Brasil e Aliança do Pacífico: resistência, aproximação e acomodação. SERBIN, Andres; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; PONT, Andrei Serbin (Coord.). **América Latina y el Caribe frente a la encrucijada actual de la globalización**. Buenos Aires: CRIES, 2016. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2017/04/011-menezes-banzatto.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

MERCOSUL. Decreto Constitutivo do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul. 2004. Disponível em:

<http://focem.mercosur.int/uploads/normativa/DEC_045-2004_PT_FOCM-3.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCM (2005-2015). 2016. Disponível em: <http://focem.mercosur.int/docs/FOCM_pt.pdf>. Acesso em 23 jan. 2017.

MEUIER, Isabel; MEDEIROS, Marcelo de Almeida. Construindo a América do Sul Identidades e Interesses na Formação Discursiva da Unasul., v. 56, n. 3, p. 673-712, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/Dados/dados/v56n3/07.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

MÉXICO. Conferencia de Prensa, Madrid España. Cidade do México, 2014. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.mx/multimedia/transmision-del-evento-conferencia-de-prensa-madrid-espana/>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

MILA. Quiénes Somos. 2016. Disponível em:

<<http://www.mercadomila.com/home/resena>>. Acesso em: 18 set. 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Balanço de Política Externa 2003/2010. 2010. Disponível em:

<https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro6/6.1_Politica_Externa.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2009

_____. Política Exterior do Brasil - De FHC a Lula. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. v. 31, 2005. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2313/1405>>. Acesso em: 02 mar 2016.

_____. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. **Revista Temas e Matizes**, v. 7, n. 14, p. 9-32, 2008. Disponível

em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/2477/1902>>. Acesso em 19 set. 2017.

MORALES FAJARDO, María Esther; ALMONTE, Leobardo de Jesús. ¿Un nuevo intento a la integración latinoamericana? México y la Alianza del Pacífico. **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, v. 7, n. 14, 111-133, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319405882_Un_nuevo_intento_a_la_integracion_latinoamericana_Mexico_y_la_Alianza_del_Pacifico>. Acesso em: 04 nov. 2017.

MORALES FAJARDO, María Esther; SARRACINO JIMÉNEZ, Noelly Karla. Los incentivos económicos de México en la Alianza del Pacífico. **Revista Trimestral de Análisis de Coyuntura Económica**, v. 6, n. 2, p. 13-16, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://web.uaemex.mx/feconomia/Publicaciones/e602/Ano_6_Num_2_Abril_Junio_2013_4.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

MUÑOZ, Alejandro Anaya. **La política exterior de México durante el sexenio de Vicente Fox**. Sexenio en perspectivap. 31-36, 2006. Disponível em: <<http://www.uia.mx/web/html/actividades/sexenio/LaPoliticaExterior.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

MUÑOZ, Bibiana Gómez. La política exterior del gobierno de Vicente Fox hacia América Latina. **El Cotidiano**, v. 19, n. 120, p. 37-44, jul./ago. 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32512005>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

NOLTE, Detlef; WEHNER, Leslie. The Pacific Alliance Casts Its Cloud over Latin America. **GIGA**, n. 8, p. 1-8, 2013. Disponível em: <https://www.giga-hamburg.de/en/system/files/publications/gf_international_1308.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

NOVOA, Luis Fernando. O Brasil e seu “desbordamento” o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG *et al.* (coord.). **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Expressão Popular, p. 219- 245, 2009. Disponível em: <<http://www.zorraquino.com.br/textos/politica-e-economia/transnacionais.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

O GLOBO. Itaipu: entenda como é a negociação entre Brasil e Paraguai. 12 mai. 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/itaipu-entenda-como-a-negociacao-entre-brasil-paraguai-2770220>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

OJEDA GÓMES, Mario. **Alcances y límites de la política exterior de México**. Cidade do México: El Colegio de México, 1981.

_____. Los países prioritarios para México. **Foro Internacional**, v. L, n. 1, p. 146-156, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=59921044006>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

OLIVEIRA, A. C. **Aliança do Pacífico**: Um estudo da iniciativa de integração produtiva na América Latina. 2015. 229 f. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Guilherme; SILVEIRA, Isadora. De Lula a Dilma Mudança ou Continuidade na política externa brasileira para a América do Sul. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 6, n. 2, p. 134-159, 2015. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/213/pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

ONUKEI, Janine; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Eleições, política externa e integração regional. **Revista de Sociologia Política**, n. 27, p. 145-155, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n27/10.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

ORTIZ, Pablo Chaves. **AP: Uma visão do bloco através do modelo gravitacional**. 2015. 62 f. Dissertação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2015.

ORTIZ MORALES, Catherine. La Alianza del Pacífico como actor regional: factores de éxito para la cohesión regional hacia la proyección internacional. **Desafíos**, v. 29, n. 1, p. 49-77, 2017. Disponível em: <<https://revistas.urosario.edu.co/index.php/desafios/article/view/4885>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

OURIQUES, Nildo. Crise mundial e integração latino-americana. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 4 jan. 2012. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/crise-mundial-e-integracao-latino-americana/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. La Crisis el Neodesarrollismo y La Teoria Marxista de la Dependencia. **Argumentos** (UAM-Xochimilco), v. 26, n. 72, p. 129-140, mai.-ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/argu/v26n72/v26n72a7.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

PADULA, Rafael; FIORI, José Luis. Brasil geopolítica e “abertura para o pacífico”. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 3, p. 536-556, jul./set. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v36n3/1809-4538-rep-36-03-00536.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

PARAGUASSU, Lisandra. Brasil quer antecipar acordo com Colômbia, Equador e Peru. **Exame**, 31 out. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/pais-quer-antecipar-acordo-com-colombia-equador-e-peru/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

PASTRANA, Eduardo. **La Alianza del Pacífico: de cara a los proyectos regionales y las transformaciones globales**. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2015. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_41780-1522-4-30.pdf?150619155636>. Acesso em: 04 nov. 2017.

PECEQUILO, Cristina. A Política Externa do Brasil no Século XXI Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de Política**

Internacional, v. 51, n. 2, p. 136-153, jul./dez. 2008. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

PECEQUILO; CARMO. **O Brasil e a América do Sul: Relações regionais e globais**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

PEDROSO, Carolina. **Os projetos políticos de Brasil e Venezuela para a América do Sul do Século XXI A UNASUL e a ALBA em uma perspectiva comparada**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em:
<<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/126229>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

PELLICER, Olga. México como potencia media en la política multilateral 2006-2012. **Foro Internacional**, v. 53, n. ¾, p. 873-896, jul./dez. 2013. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/23608727>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. Mexico – a Reluctant Middle Power?. **FES Briefing Paper**, p. 2-9, jun. 2016. Disponível em:
<<http://www.fesmex.org/common/Documentos/Ponencias/Paper%20Olga%20Pellicer.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

PIERI, Vitor S. G. **Dilemas da Integração Sul-Americana: entre a geoestratégica da contenção e a geoeconomia da concorrência**. 2014. 198 f. Tese – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014. Disponível em:
<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/287740/1/Pieri_VitorStuartGabrield_e_D.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Travessa, 2004.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: CEPAL. **Cincuenta años del pensamiento de la Cepal: textos seleccionados**. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 63-130.
PWC México. La Alianza del Pacífico: Una nueva era para América Latina. 2014. Disponível em: <<https://www.pwc.com/mx/es/publicaciones/archivo/2014-10-alianza-pacifico-baja.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

QUIJADA, Monica. Sobre el origen y difusión del nombre América Latina. **Revista de Indias**, v. 58, n. 214, p. 595-615, set./dez. 1998. Disponível em:
<<http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/749/819>>. Acesso em 23 jan. 2017.

QUILICONI, Cintia. Modelos competitivos de integración en el hemisferio occidental ¿liderazgo competitivo o negación mutua. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n.102-103, setembro 2013, p. 147-168. Disponível em: <https://www.cidob.org/.../147-168_CINTIA+QUILICONI.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

QUILICONI, Cintia. Atlántico versus Pacífico: Las alternativas en competencia de la integración comercial en América Latina. **Relaciones Internacionales**, n. 47, 2014, p. 165-184. Disponível em: <<https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/view/965/1140>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

REGUEIRO BELLO, Lourdes Ma. La Alianza del Pacífico en el escenario geopolítico. ROCHA VALENCIA, Alberto; PRECIADO CORONADO, Jaime Antonio. **El proceso de integración de América Latina en el siglo XXI: La competencia-cooperación entre México y Brasil con la presencia de Estados Unidos y China.** Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2016, p. 193-238.

RIGGIROZZI, Pia. Re-territorializando consensos: Hacia un regionalismo post-hegemónico en América Latina. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RANANZINI JÚNIOR, Haroldo. **El Regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos Actores, Nuevos Temas, Nuevos Desafíos.** Buenos Aires: CRIES, 2012. Disponible em: < <http://www.ieei-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/10/2012-Anuario-CRIES-1.pdf>>. Acceso em: 23 jan. 2017.

RIGGIROZZI, Pia; TUSSIE, Diana (eds.) **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism. The Case of Latin America.** Dordrecht: Springer, 2011.

ROCHA VALENCIA, Alberto. La geopolítica de México en Centro América: ¿una hegemonía regional?. **Sociologías**, v. 8, n. 16, p. 308-359, jul./dez. 2006. Disponible em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a12n16.pdf>>. Acceso em: 04 nov. 2017.

ROCHA VALENCIA, Alberto; LOZA, Marta; MORALES, Daniel. La integración regional de México (1940-2006): Procesos, sistemas y actores. **Revista del Colegio de Sociólogos del Perú**, v. 2, n. 2, p. 193-252, 2010.

ROCHA VALENCIA, Alberto; PRECIADO CORONADO, Jaime. El proceso de integración de América Latina en el siglo xxi Contexto de la competencia-cooperación entre México y Brasil ante la presencia de Estados Unidos y China. In: _____. **El proceso de integración de América Latina en el siglo XXI: La competencia-cooperación entre México y Brasil con la presencia de Estados Unidos y China.** Guadalajara: Universidade de Guadalajara, 2016, pp. 9-21.

RODRIGUEZ AÑUEZ, Myrna; PRADO LALLANDE, Juan Pablo. La política exterior de México hacia América Latina y el Caribe durante la presidencia de Felipe Calderón (2006-2012). **Miriada**, v. 7, n. 11, p. 11-24, 2015. Disponible em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5365950>>. Acceso em: 04 nov. 2017.

ROJAS AVARENA, Francisco. Transformaciones globales y cambios en las relaciones de poder. Impactos en América Latina y el Caribe. **Nueva Sociedad**, fev. 2013. Disponible em: <<http://nuso.org/articulo/transformaciones-globales-y-cambios-en-las-relaciones-de-poder-impactos-en-america-latina-y-el-caribe/>>. Acceso em: 18 fev. 2018.

ROSENZWEIG MENDIALDÚA, Francisco L. México y su ingreso al Acuerdo de Asociación Transpacífico. **Revista de Derecho Económico Internacional**, v. 3, n. 1, p. 89-96, 2012. Disponible em: <<http://dei.itam.mx/archivos/revistadiciembre2012/9.%20De%20Rosenzweig.%20Articulo%20TPP.pdf>>. Acceso em: 04 nov. 2017.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **La defensa en la política exterior de Brasil el Consejo Suramericano y la estrategia nacional de defensa**. Real Instituto Elcano, documento de trabajo, 2009. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/116207/WP%2050,%202009_Spanish.pdf>. Acesso em: 14 ago, 2017.

SALUDJIAN, Alexis. Integración económica regional liberal e inserción en la economía mundial: una visión crítica a partir de un estudio del comercio de América del Sur 1985-2009. **Prolam**, v. 12, n. 23, p. 26-41, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/83010>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

SANAHUJA, José Antonio. Regionalismo e integración en América Latina: balance y perspectivas. **Pensamiento iberoamericano**, pp. 75-106, 2007. Disponível em: <<http://eprints.ucm.es/42577/1/Dialnet-RegionalismoEIntegracionEnAmericaLatina-2872515.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post-liberal”: Crisis y cambio en la integración latinoamericana. In: **Anuario de la Integración Regional en América Latina y el Gran Caribe**, CRIES, n. 7, 2009. Disponível em: <<http://www20.iadb.org/intal/catalogo/PE/2009/02450.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. Regionalismo Post-Liberal y Multilateralismo en Sudamérica: El Caso de UNASUR. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RANANZINI JÚNIOR, Haroldo. **El Regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe**: Nuevos Actores, Nuevos Temas, Nuevos Desafíos. Buenos Aires: CRIES, 2012. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/301699581>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. Multilateralismo y regionalismo en clave suramericana el caso de UNASUR. **Pensamiento propio**, ano 16, p. 115-158, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/789490/Multilateralismo_y_regionalismo_en_clave_suramericana_el_caso_de_UNASUR?auto=download>. Acesso em: 19 set. 2017. Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES), jun. 2011.

SANCHEZ CABARCAS, Fabio. **UNASUR: poder y acción en Suramérica**. Bogotá: Universidad Sergio Arboleda, 2017.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. “A América do Sul no Discurso Diplomático Brasileiro”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a10v48n2.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2015.

SANTOS, Marcelo. A presença brasileira na América do Sul Ações e Instrumentos de Política Externa. **Revista Análisis Político**, v. 26, n. 77, p. 195-210, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/anpol/v26n77/v26n77a09.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

SARAIVA, Miriam. Novas abordagens para análise dos processos de integração na América do Sul o caso brasileiro. **Carta Internacional**, v. 8, n. 1, p. 3-21, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/79/53>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. Estancamiento e crise da liderança do Brasil no entorno regional. In: SERBIN, Andres. **Fin de Ciclo y reconfiguración regional**. Buenos Aires: CRIES, p. 295-310, 2016.

SARAIVA, Miriam; GAVIÃO, Leandro. Particularidades da Política Externa do Governo de Lula para a América do Sul. In: THOMAZ, Laís Forti; MATHIAS, Suzeley Kalil; OLIVEIRA, Marcelo Fernandez (Org.). **Diálogos Sul-Americanos**. Marília: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/dialogos-sulamericanos_ebook.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

SARAIVA, Miriam Gomes; VELASCO JUNIOR, Paulo Afonso. A política externa brasileira e o “fim de ciclo” na América do Sul: Para onde vamos? **Pensamiento Propio**, v. 21, p. 295-324, 2016. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2017/02/016-saravia.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

SARAIVA, Miriam; GOMES, Zimmer. Os limites da Política Externa de Dilma Rousseff para a América do Sul. **Revista Relaciones Internacionales**, v. 25, n. 50, p. 81-97, 2016. Disponível em: <<https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/view/2677/2494>>. Acesso em: 19 set. 2017.

SECRETARIA DE ECONOMIA DO MÉXICO. Acuerdo de Asociación Transpacífico tpp. Reunión con la sociedade civil. México: Subsecretaría de Comercio Exterior, 26 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.economia.gob.mx/files/comunidad_negocios/comercio_exterior/presentacion_tpp_soc_civil_26feb2013.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. Tratados y Acuerdos firmados por México con América Latina. Cidade do México, 2014. Disponível em: <<https://www.gob.mx/se/acciones-y-programas/comercio-exterior-paises-con-tratados-y-acuerdos-firmados-con-mexico?state=published>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

SENNES, Ricardo. Brasil na América do Sul Internacionalização da economia, acordos seletivos e estratégia de hub-and-spokes. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 3, p. 113-145, dez. 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6243/1/RTM_v2_n3_Brasil.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

SENNES, Ricardo. “La inserción económica internacional de Brasil: desafíos del Gobierno de Dilma Rousseff”. **CIDOB d’afers internacionals**, n. 97-98, 2012. Disponível em: <http://www.cidob.org/en/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionals/97_98/la_insercion_economica_internacional_de_brasil_desafios_del_gobierno_de_dilma_rousseff>. Acesso em: 06 mar. 2016.

SERRANO; GALARRETA. La Alianza del Pacífico en América Latina Contrapeso regional. **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales**, Regionalismo y Desarrollo,

v. 8, n. 16, jun-dec. 2013. Disponível em:

<<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2014/14682.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

SEVERO, Luciano Wexell. Desdobramentos da entrada da Venezuela no Mercosul.

Revista Orbis Latina, v. 2, n. 1, p. 112-125, 2012. Disponível em:

<<https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/479/428>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

SIERRA, Gerónimo. **América Latina, una y diversa**. Costa Rica: Alma Mater, 2008.

SILVA, André Luis Reis; DA SILVEIRA, Isadora Loreto. Da ALCA à CELAC: O Brasil e os desafios da integração continental. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 2, n. 2, 65-85, 2013. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/2511/2190>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

SLOBODA, Pedro Muniz Pinto. A legalidade da entrada da Venezuela no Mercosul.

Anuario Mexicano de Derecho Internacional, v. 15, p. 701-716, 2015. Disponível

em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/amdi/v15/v15a18.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 24-59, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. A Nova Agenda Sul- Americana e o Papel Regional do Brasil. **Pensamiento Proprio**, ano 39, p. 211-248, 2014. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2014/06/PP-39-web.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

SOARES DE LIMA, Maria Regina; HIRST, Monica. Brasil como país intermediário e poder regional. In HURREL *et al.* **Os BRICS e a Ordem Mundial**. São Paulo: FGV, p. 42-73, 2009.

SORIANO, Juan Pablo. Dilma y México: altibajos en una relación indispensable para América Latina. **Revista CIDOB d'afers internacionals**, n. 97-98, 2012. Disponível em: <http://www.cidob.org/ca/content/download/31857/515515/file/135-150_JUAN+PABLO+SORIANO.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2014.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia internacional contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. América Latina: as ondas de integração. **Oikos**, v. 11, n.1, p. 87-126, 2012. Disponível em:

<<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/296/168>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

SOUZA, Nilson Araújo; SILVA, Luisa Maria Nunes de Moura. A Teoria da Dependência e as novas formas de integração na América Latina: o caso da ALBA. Resultado de Investigação Finalizada. **XXIX Congreso de la Asociación Latino-Americana de Sociología**, 2013. Disponível em:

<http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT12/GT12_AraujoN.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

SPEKTOR, Mathias. Brazil: The underlying ideas of regional policies. In: FLEMES, Daniel (Ed.). **Regional leadership in the global system**. Londres: Ashgate, p. 191-204, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/017_Flemes_CH9.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. Diplomacia de transição. **Folha de São Paulo**, 19 out. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2014/10/1540019-diplomacia-da-transicao.shtml>>. Acesso em: 19 set. 2017.

STARR, Pamela K. Mexican Foreign Policy. In: RANDALL, Lauda (edit.). **Changing Structure of México: Political, social and economic prospects**. Londres: M. E. Sharpe, 2ª ed., p. 49-57, 2006. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4192780>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

STURARO, George. Mudança e continuidade na política externa brasileira no período Cardoso-Lula da Silva (1994-2010): O caso da integração regional no âmbito do Mercosul. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 2, n. 14, p. 150-175, 2011. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/369/295>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

SUDAREV, Vladimir. México y América Latina: Nueva etapa de relaciones. **Латинская Америка**, n. 6, 2013. Disponível em: <http://www.ilaran.ru/pdf/2013/Iberoamerica/IbA_2013_4/Sudarev.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. La recuperación del desarrollismo en el regionalismo latinoamericano. In DESIDERÁ NETO, Walter Antonio; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **Perspectivas para la integración de América Latina**. Brasília: IPEA, 2012, p. 11-36. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1010/1/Perspectivas_para_la_integracion_de_America_Latina.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

TOUSSAINT RIBOT, Mónica. México en Centroamérica del activismo de los años ochenta a la nueva agenda del siglo XXI. **Cuadernos Intercambio sobre Centroamérica y el Caribe**, v. 11, n. 1, p. 173-203, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=476947241009>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

TUSSIE, Diana A. Latin America: Contrasting Motivations for Regional Projects. **Review of International Studies**, v. 36, p. 1-31, fev. 2009. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/231902003>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

UNASUL. Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/TRAT_CONST_PORT.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. Cúpula Extraordinária da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) – Costa do Sauípe, Bahia, 16 de dezembro de 2008 – Declaração e Decisões. 2008b. Disponível em: <<http://www.resdal.org/csd/declaracion-unasur-creacion-consejo-de-defensa-sudamericano-diciembre-2008.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR. Santiago, Chile, 2008c. Disponível em: <https://repo.unasursg.org/alfresco/service/unasursg/documents/content/ESTATUTO_DEL_CONSEJO_DE_DEFENSA_SURAMERICANO_DE_LA_UNASUR.pdf?noderef=ddb8870e-73fa-4573-bd12-ec3aaf67f55>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. Declaración de la Moneda. 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/DECL.2008.LAMONEDA.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Protocolo Adicional al Tratado Constitutivo de UNASUR sobre el Compromiso con la Democracia. 2010. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/uploads/61/5e/615e42826e009f160d8d8d420a2086bf/Protocolo-adicional-compromisocon-la-democracia.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

VEGA, Mercedes (coord.). **Historia de las relaciones internacionales de México**. Cidade do México: Secretaria de Relaciones Exteriores, v. 2, 2011a. Disponível em: <https://acervo.sre.gob.mx/images/libros/RI/vol_2_centroamerica.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. **Historia de las relaciones internacionales de México**. Cidade do México: Secretaria de Relaciones Exteriores, v. 3, 2011b. Disponível em: <https://acervo.sre.gob.mx/images/libros/RI/vol_2_centroamerica.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. **Historia de las relaciones internacionales de México**. Cidade do México: Secretaria de Relaciones Exteriores, v. 6, 2011c. Disponível em: <https://acervo.sre.gob.mx/images/libros/RI/vol_6_asia.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra. O regionalismo pós-liberal, na America do Sul: origens, iniciativas e dilemas. Santiago: CEPAL, **Série Comércio Internacional**, n. 82, 2007. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4428/1/S2007612_pt.pdf>. Acesso em: 14 ago, 2017.

VEJA. Polícia mexicana atira em diplomatas dos EUA por engano. Da redação, 25 ago. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/mundo/policia-mexicana-atira-em-diplomatas-dos-eua-por-engano/#>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

VELÁZQUEZ FLORES, Rafael (coord.). El proyecto de política exterior de Vicente Fox: ¿Continuidad o Cambio? In: **La política exterior de México bajo un régimen democrático**. ¿Cambio o continuidad? México: Plaza y Valdés. 2002.

_____. El proyecto de política exterior de Felipe Calderón: golpe de timón?. **Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM**, n. 125, p. 121-155, set./dez. 2010.

Disponível em:

<<http://www.journals.unam.mx/index.php/rri/article/view/21569/20373>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

VELÁZQUEZ FLORES, Rafael. Balance General de la Política Exterior de México, 2000-2006. **Foro Internacional**. Distrito Federal de México, v. XLVIII, n. 1-2, p. 81-122, jan./jun. 2008. Disponível em:

<http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/Y64F13F6F4SI5HBQQQ5EP9V79J1VEB.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

VELÁZQUEZ FLORES, Rafael; DOMÍNGUEZ, Roberto. Balance de la política exterior de México en el sexenio de Felipe Calderón bajo los tres niveles de análisis: límites y alcances. **Foro Internacional**, v. LIII, n. 3-4, p. 483-516, jul./dez. 2013.

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59931907002>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

VIGEVANI, Tullo; ARAGUSUKU, Juliano A. S. Atitudes brasileiras para as organizações hemisféricas Círculos concêntricos. **Pensamiento Proprio**, v. 39, n. 19, p. 163-210, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115351>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: A estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, jul./dez. 2007. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

VILLAMAR, Zirahuén. La política exterior mexicana tras el regreso del PRI. **Nueva Sociedad**, n. 247, p. 16-26, set./out. 2013. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Zirahuen_Villamar/publication/316940020_La_politica_exterior_mexicana_tras_el_regreso_del_PRI_Una_vision_para_los_proximos_seis_anos/links/5919f657a6fdccb149f37b25/La-politica-exterior-mexicana-tras-el-regreso-del-PRI-Una-vision-para-los-proximos-seis-anos.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

VIZENTINI, Paulo G. F. Dez anos do Mercosul: a crise da integração e o desafio da ALCA. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 29, n. 3, p. 9-29, 2001. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1282/1648>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

_____. “De FHC a Lula: Uma década de política externa (1995-2005)”. **Civitas**, Porto Alegre, n. 2, v. 5, 2005. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9/1602>>. Acesso em: 04 set. 2015.

WYNIA, Gary W. Central American Integration: The Paradox of Success. **International Organization**, v. 24, n. 2, p. 319-334, 1970.

YUANQUI GUERRA, José Manuel. **¿Hacia una comunidad de seguridad?** El proceso de institucionalización del Consejo de Defensa Suramericano (2008-2016) y sus implicancias en la seguridad regional. 172 f. Dissertação – Potifícia Universidad Católica del Perú. Lima, 2017. Disponível em: <<http://tesis.pucp.edu.pe/repositorio/handle/123456789/8653>>. Acesso em: 15 fev. 2018.